

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LUCIANO OLIVEIRA SILVA

**UTOPIA E REALISMO: A CONSTRUÇÃO NARRATIVA SOBRE
GOIÂNIA NA DÉCADA DE 1940**

GOIÂNIA

2014

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Luciano Oliveira Silva		
E-mail:	lucianosilva.historia@gmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	☒ Sim	☐ Não	
Vínculo empregatício do autor	Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	UF:	CNPJ:	
Título:	Utopia e realismo: A construção narrativa produzida sobre Goiânia na década de 1940		
Palavras-chave:	Narrativa, utopia, realismo, Goiânia		
Título em outra língua:	Utopian and realism: The narrative construction produced on Goiania in 1940		
Palavras-chave em outra língua:	Narrative, utopian, realism, Goiânia.		
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	20/11/2014		
Programa de Pós-Graduação:	História		
Orientador (a):	Cristiano Pereira Alencar Arrais		
E-mail:			
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

LUCIANO OLIVEIRA SILVA

**UTOPIA E REALISMO: A CONSTRUÇÃO NARRATIVA SOBRE
GOIÂNIA NA DÉCADA DE 1940**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

Orientador:

Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais

GOIÂNIA

2014

**Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.**

Silva, Luciano Oliveira

Utopia e realismo: A construção narrativa sobre Goiânia na
década de 1940 [manuscrito] / Luciano Oliveira Silva. - 2014.
178 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em
História, Goiânia, 2014.

Bibliografia.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Narrativa. 2. Utopia. 3. Realismo. 4. Goiânia. I. Arrais,
Cristiano Pereira Alencar, orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus da vida, por me iluminar e guiar durante esta árdua caminhada.

Aos meus queridos pais Pedro e Maria da Paz, pelo exemplo, carinho e apoio incondicional às minhas escolhas. Pai e mãe, essa conquista é nossa!

À minha amada noiva Francielly, por nesse período de tantas turbulências, ausências e extremo cansaço, ter se mantido ao meu lado, de forma doce e amável, me oferecendo carinho, amor, cuidados, ser o meu porto seguro... Em forma de gratidão dedico esse trabalho a você a nós.

Aos meus queridos irmãos Lorena e Lander. E meus sobrinhos Kauã e Ryan, doces fontes de inspiração.

A todos os meus parentes e familiares, em especial aos meus queridos avós, pelo exemplo deixado.

Aos meus grandes amigos, Ivo, Odair, Túlio, Júnior, Ítalo, Victor, George, Leandra, Rud, Leandro e Douglas *in memoriam*. Obrigado pelo incentivo e companheirismo.

Aos meus incentivadores no Corpo de Bombeiros, aqueles que me auxiliaram e não mediram esforços para me apoiar, em especial nas pessoas do Coronel Edmilson, Major Carlos, Tenente Valdick e Sargento Heudes. Meu muito obrigado.

Na vida acadêmica, agradeço em especial ao meu orientador, professor Cristiano Arrais, pessoa íntegra e de grande conhecimento, que mesmo diante das minhas variadas limitações, sempre me apoiou e incentivou.

Agradeço aos professores Luiz Sérgio, Marco Antônio de Menezes e Eliézer que estiveram na minha banca de qualificação e defesa da dissertação e me fizeram apontamentos preciosos. Agradeço à bolsa FAPEG, pelo auxílio financeiro. Por fim agradeço a todos que diretamente ou indiretamente participaram e contribuíram com esse trabalho. **Meu muito obrigado a todos!**

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as narrativas produzidas sobre a cidade de Goiânia na década de 1940. A análise privilegiou dois periódicos considerados como de relevante importância para a compreensão da representação produzida sobre a cidade, que são a Revista Oeste e o Jornal O *Popular*. Incluindo a essas fontes, analisamos também a literatura produzida no período. O intuito, portanto, foi demonstrar que houveram diferentes formas narrativas de representar a cidade, e que essas produziram imagens diferentes desse mesmo objeto. Em contato com as fontes foi possível encontrar dois importantes tipos de representação, uma utópica e outro realista. Ao final, apresentamos ao leitor quais desdobramentos, implicações e consequências, essas imagens foram capazes de produzir.

Palavras-chave: Narrativa, utopia, realismo, Goiânia.

ABSTRACT

The present work, have the objective to analyze the narratives produced in Gc city at decade 40. The analyze privileged two periods considered of important for comprehension of representation of the city, that it's *Oeste* magazine and *O popular* newspaper. Too we analyzed the literature period produced on period. The objective, therefore, it was to demonstrate that had different narratives forms to represent the city and these forms produced different images of the same object. In contact with the sources, it was possible to find two important types of representation, a utopian and other realistic. In the end, we represented for the reader what unfolding, implication and consequences, that these images were able to produce.

Keywords: Narrative, utopian, realism, Goiânia.

Escrever a história é uma forma de nos liberarmos do passado.

(Goethe)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E FIGURAS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A NARRATIVA UTÓPICA E SUAS CONSTITUIÇÕES DE “SENTIDO”	35
1.1 As características da narrativa utópica.....	35
1.2 Narrativa utópica em <i>Oeste</i>	43
1.2.1 O sentido ideológico e nacionalista de Goiânia	44
1.2.2 Região e integração nacional	50
1.2.3 As constituições de sentido e os diferentes usos do passado	55
1.2.4 Cidade de Goiás x Goiânia – Decadência/atraso x Progresso/ modernidade ..	68
1.3 A narrativa utópica na literatura.....	76
1.3.1 <i>Como nasceu Goiânia</i>	76
1.3.2 Goiânia metrópole do Oeste.....	80
1.4 A narrativa utópica nos jornais	83
1.4.1 Venha para Goiânia.....	83
1.5 Quando a utopia se transforma em ideologia.....	88
CAPÍTULO II – AS NARRATIVAS REALISTAS	93
2.1 O Realismo na literatura.....	95
2.1.1 O realismo de <i>Chão Vermelho</i>	98
2.2 A narrativa realista na imprensa.....	112
2.2.1 A narrativa realista em <i>O Popular</i>	114
2.2.1.1 Trabalhadores, planejamento urbano e segregação social-espacial.....	116
2.2.1.2 Agitações e greves na nova capital.....	128
2.2.1.3 Um problema crônico – A falta de energia elétrica em Goiânia.....	135
2.2.1.4 Doenças e questões de higiene na nova capital	145
2.2.2 A narrativa realista em <i>Oeste</i>	153

2.2.2.1 O olhar estrangeiro sobre a nova capital.....	153
CONCLUSÃO	165
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

TABELA 1.	Dados da população de Goiânia nos primeiros anos.	85
TABELA 2.	Greves operárias nos primeiros anos da nova capital	130
FIGURA 1.	Imagem futurista da cidade de Goiânia jornal <i>O Popular</i> 1939.	67
FIGURA 2.	Propaganda venda de lotes em Goiânia jornal do <i>Povo</i>	84
FIGURA 3.	Propaganda venda de lotes em Goiânia jornal <i>Folha de Goyaz</i>	86
FIGURA 4.	Abrigo de um trabalhador em Goiânia	118
FIGURA 5.	Aspectos de uma moradia improvisada.	118
FIGURA 6.	Moradias nas áreas populares de Goiânia.	122
FIGURA 7.	Moradia de trabalhadores próximo uma olaria.	122
FIGURA 8.	O Rio Meia Ponte e aspectos da região.....	137
FIGURA 9.	Comitiva visitando a usina Jaó na década de 1940.	138
FIGURA 10.	Trabalhadores na usina do Jaó.	140
FIGURA 11.	Visita presidente Vargas à Goiânia em 1940 (Construção da Santa Casa de Misericórdia).	147
FIGURA 12.	Avenida Tocantins final da década de 1930.....	156

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo, analisar as narrativas produzidas sobre a cidade de Goiânia na imprensa escrita e literatura na década de 1940. Pois, entendemos que essas comportam importantes discursos e representações sobre a cidade e a sua história. Será, portanto, um trabalho de “reconstrução” da história de Goiânia, bem como de análise dessas narrativas que a representam. Assim, faz-se necessário dizer, que este trabalho foi construído através das fontes. Pois, foi a partir daquilo que elas nos apresentaram, enquanto representação² da nova capital, que se tornou possível pensar em um aparato teórico metodológico que melhor pudesse abordá-la.

As perguntas iniciais eram quais imagens e quais discursos a imprensa e a literatura produziram sobre a cidade de Goiânia na década de 1940? Bem como quais foram os desdobramentos desse tipo de construção? Quais os lugares de sua produção? Qual era o contexto e cultura histórica que estavam inseridos? Assim, fomos à procura desses textos a fim de interpretá-los, contudo, não foi apenas essas perguntas iniciais que nos conduziram ao longo da pesquisa. Mas, sobretudo, aquilo que os textos em sua multiplicidade e heterogeneidade, nos ofereceram enquanto representação da cidade.

O recorte espacial aqui escolhido se justifica devido a Goiânia ser o símbolo maior do processo de modernização em Goiás, ser o espaço para onde se voltaram o olhar político, cultural e econômico do Estado, ser o lugar de uma nova experiência humana. A justificativa temporal dar-se por se tratar de um período, em que são lançadas as bases ideológicas e discursivas sobre a cidade, é o momento em que a cidade começa a tomar “forma” em todos os aspectos, é o momento de sua consolidação. Contudo, essas fronteiras temporais são móveis, pois, para compreendermos o contexto em que esta década está inserida, faz-se necessário, tanto retroceder, como avançar no tempo para que esta seja melhor compreendida.

² Por um lado, a “representação” faz as vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro lado, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sucedâneo; no segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar (GINZBURG, 2001, p. 85).

Os textos analisados foram extraídos da imprensa e da literatura. Com foco em dois importantes periódicos da época, a Revista Oeste e o Jornal O Popular. Esses são dois veículos de comunicação com características consideravelmente diferentes, mas, que diante da intenção aqui pretendida se complementam. Pois, a Revista tem como principal característica a divulgação de Goiânia e do Estado diante do país, é uma revista que nasce imbuída de tal missão, e diante do cenário, Goiânia a nova capital se torna seu principal foco. Em contrapartida, o jornal está ligado aos acontecimentos diários da cidade, seu cotidiano, suas peculiaridades, sua rotina. Portanto, eles representam a cidade em perspectivas diferentes.

Nesse sentido, há ainda que se ressaltar as diferenças entre os público que a Revista Oeste tinha como alvo, por ser uma revista de escrita especializada, mais direcionada e específica, e o jornal, que possuía uma linguagem mais acessível e tratava dos fatos e acontecidos do dia-a-dia, por estar direcionado a um público mais heterogêneo e pelas próprias diferenças intrínsecas existentes entre uma revista e um jornal.

Assim, daremos destaque nessa pesquisa para a imprensa, pois, a produção literária no Estado ainda era muito acanhada, não existiam incentivos para publicações, limitando o seu alcance. O que fez com que os intelectuais da época, dentre eles muitos literatos, divulgassem suas ideias via imprensa. Em entrevista transcrita no livro de José Mendonça Teles *Memórias Goianienses* o literato Bernardo Élis, assim relata essa relação entre as produções dos literatos e a imprensa: “Era *O Popular* o veículo de divulgação dos trabalhos literários, logo a seguir ajudado por *Folha de Goyaz*... Também o *Diário Oficial* do Estado divulgava matéria literária”. (ÉLIS apud TELES, 2012, p. 27). Sobre essa questão em âmbito nacional destaca Sodré: “Os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro: notoriedade, em primeiro lugar; um pouco de dinheiro, se possível”. (1999, p. 292). Assim, é possível compreender que a grande maioria dos escritos, análises e percepções principalmente advinda dos intelectuais da época em Goiás, foram produzidos e divulgados via imprensa (revistas e jornais). Tornando-se para nós lugar privilegiado sobre o passado ali narrado.

Outro motivo para a escolha da imprensa como fonte para a pesquisa, era a própria circulação dos periódicos, que atingiam um considerável número de pessoas e diferentes camadas da sociedade goianiense, lembrando ainda que no caso da Revista *Oeste*, essa era distribuída em todo o Estado e em importantes centros de poder do país, pois, era uma revista de divulgação do Estado. No início da década de 1940, Goiânia possuía, segundo dados do IBGE, 48.000 (quarenta e oito mil) habitantes, incluindo a população rural. Sendo que o jornal *O Popular* nessa década já atinge a tiragem de 3.000 (três mil) exemplares diários, nos demonstrando a importância da imprensa no período.

Assim, mesmo ciente daquilo que Nelson W. Sodré nos chama atenção de que: “é preciso compreender e aceitar que a imprensa não é meio de massa, em nosso país... é fácil constatar que esses meios não são de uso habitual em parcela numerosa, majoritária do nosso povo”. (1999, p.9). Observado os apontamentos feitos pelo autor de que o acesso à imprensa escrita pela população não era em grande escala, devido a diferentes fatores, dentre eles a questão da alfabetização, poder aquisitivo, tiragem e outros. Sabemos da importância e influência desses meios de comunicação naquele dado contexto, principalmente, por não haver ainda nesse período, tanto em Goiânia, como no Estado, meios de comunicação de massa. O rádio, por exemplo, era privilégio de poucas casas, a primeira emissora de rádio de Goiânia, foi a Rádio Clube, fundada em 1942. As transmissões de TV só surgiram anos mais tarde.

Cenário que no caso específico da literatura, só começaria a se alterar com a Bolsa de publicações Hugo de Carvalho Ramos, um incentivo dado pelo governo municipal, aos escritores e literatos nas publicações de seus trabalhos. Em publicação feita em *Oeste*, assim é relatado a regulamentação da Bolsa:

O Prefeito municipal de Goiânia, no uso de suas atribuições e de conformidade com o decreto lei n. 475 de março de 1943, resolve aprovar o regulamento da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos que com este é baixado”. (*Oeste*, abr. 1943)

Esse ato sem dúvidas contribui para que as publicações aumentassem no Estado, porém, não foi suficiente para uma mudança significativa no cenário.

Contudo, isso não inviabilizou que utilizássemos aquilo que foi produzido pela literatura sobre Goiânia. Ao nos depararmos com as “poucas”, porém, importantes obras produzidas sobre a cidade, repensar as fontes a serem utilizadas se tornou urgente. Assim, a literatura foi incorporada ao trabalho. Pois constitui uma produção narrativa que se diferencia da imprensa, pois, não se ocupa de ser imediata, diária, leva um determinado tempo para ser construída, requer elaboração e distanciamento daquele que escreve. Produzindo-nos um quadro diferente daquele produzido pela imprensa, a literatura trabalha com o verossímil, produz uma narrativa mais complexa, o que possibilitou enriquecer nossa análise.

Ainda sobre a imprensa, entendemos que pensar historicamente através dessa relação entre história e imprensa, nos conduz também para uma reflexão em torno dessa relação, pois, segundo, Ferreira, Morel e Neves:

A imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar a história, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios, e não mais como um simples ingrediente do acontecimento. (2006, p. 10)

É, portanto, nessa direção que conduziremos nossa pesquisa, entendendo a imprensa como portadora de memórias de um tempo, bem como agente histórico, que intervém nos processos e episódios, sobretudo, através de seus discursos e representações. Nesse mesmo sentido, Capelato se refere a essa relação como sendo algo indispensável de se pensar, pois,

É fascinante ler a história do Brasil através dos jornais. Em cada página nos deparamos com aspectos significativos da vida de nossos antecessores, que permitem recuperar suas lutas, ideais, compromissos e interesses. **Manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado**, a imprensa possibilita ao historiador acompanhar o percurso dos homens através dos tempos. O periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época. A imprensa registra, comenta e participa da história. (1988, p. 13) (grifo meu)

Percebemos nas palavras da autora, que o jornal como fonte histórica, bem como a imprensa escrita em geral, passou por uma mudança qualitativa dentro da sua condição enquanto documento para o historiador, saindo da condição de pouca importância, para uma condição de grande importância e destaque para a compreensão do passado. Relativo à suspeita que se levanta da confiabilidade de seus dados entendemos que essa deve ser uma questão levada em consideração. Fazendo com que abordemos esses tipos de texto, entendendo que eles estão inseridos em um contexto e um lugar de produção, que necessita de uma interpretação cuidadosa e de interpolação de outras leituras, para que os dados contidos em suas páginas possam ser melhor interpretados. É a partir desse ponto de vista que abordaremos essa documentação como aquela que registrou em suas linhas a história de um período, bem como foi agente histórico, que influenciou e participou da história. Entende-se, portanto, dessa relação entre história e imprensa, da qual destacamos, que:

O redimensionamento da imprensa como fonte documental, na medida em que expressa discursos e expressões de protagonistas, possibilitou a busca de novas perspectivas para a análise dos processos históricos. Dessa forma, superou-se a perspectiva limitada de identificar a imprensa como portadora dos “fatos” e da “verdade”. Deixaram-se também para trás posturas pré-concebidas, que a interpretavam, desdenhosamente, como mero veículo de idéias ou forças sociais, que por sua vez, eram subordinadas estritamente por uma infra-estrutura sócio-econômica. (FERREIRA, MOREL E NEVES, 2006, p. 10).

Perceber essa narrativa produzida na imprensa como portadora de memórias de um tempo, bem como agente histórico que intervém nos processos históricos e episódios, e o redimensionamento da imprensa como fonte documental, nos condiciona a produzir uma análise sobre a história da cidade à partir desse corpo documental produzido pela imprensa escrita na década de 1940 em Goiânia. Portanto, é necessário ressaltar, que não é intuito desta pesquisa realizar uma análise pormenorizada tanto da revista *Oeste* quanto do jornal *O Popular*, e muito menos estabelecer um compromisso com a “verdade” dos relatos e escritos aqui analisados, mas compreender as fontes como construções intelectuais portadoras

de intenções e visões de mundo, ou seja, como discursos (ARRAIS, 2002). Sobre o discurso o compreendemos a partir da visão de Orlandi:

O discurso é, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso se observa dessa forma o homem falando. Na Análise do Discurso procura-se compreender, a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história... A Análise do Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vivem. (2005, p.15 apud LISBOA, 2009, p. 68).

Assim, a análise dos textos ocorrerá na tentativa de identificar essa palavra em movimento, ou seja, os homens falando sobre as experiências, expectativas, frustrações, sonhos e ideais dos primeiros anos da nova capital. Buscando assim, compreender esses sentidos que a linguagem produz enquanto trabalho simbólico de mediação entre o homem e a sua realidade, que é o próprio discurso. Esse discurso produz, na visão do autor, permanências, rupturas continuidades e descontinuidades transformando a sua própria realidade. Analisar e interpretar esses discursos identificando o que eles produziram, tanto no imaginário social, bem como interferência na realidade é um dos objetivos propostos da pesquisa.

Para avançarmos nessa discussão, precisamos também identificar o panorama dessa imprensa escrita que circulava e versava sobre a cidade de Goiânia. Com a transferência da capital, surge em Goiânia os primeiros periódicos aqui instalados e que sobre o Estado e a cidade versavam. Dados divulgados em reportagem do jornal *O Popular* de 24 de outubro de 1939, revelam que nesse período cerca de 40 periódicos impressos circulavam no Estado, sendo seis jornais e duas revistas em Goiânia. Tendo como um dos temas mais recorrentes a transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia, bem como a divulgação desta diante do país e até mesmo do mundo.

O panorama da imprensa em Goiânia era a seguinte: “Correio Oficial”- Oficial do Estado; “*O Popular*” – Indústria noticioso; “Folha de Goiaz” – Indústria

noticioso; “A mocidade” - Estudantina; “O Liceu” Estudantina; “Voz dos Sargentos”- Estudantina. E duas revistas “Revista de Educação” – Oficial do Estado; e “Revista Jurisprudência” – Oficial do Estado. Vejamos que a imprensa oficial do Estado era a produtora da maioria dos periódicos da época, soma-se a esse número ainda a Revista Oeste que passa a ser publicada a partir de 1942. Constituindo um ambiente favorável de propagação das ideias do governo. Sem esquecer-se de citar que nesse período existiam os órgãos fiscalizadores e de repressão que o Estado possuía para controlar os meios de comunicação.

O jornal *O Popular* surgiu ainda na década de 1930, fundado pelos irmãos Joaquim Câmara Filho, Jaime Câmara e Vicente Rebouças, Joaquim Câmara foi o primeiro a se estabelecer na cidade de Goiás a então capital do Estado, ele chegou à região como comandante das forças que lideraram a Revolução de 1930, com o sucesso do movimento, foi convidado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira a trabalhar em Goiás. Assim, com a posterior chegada dos outros dois irmãos ao Estado, eles em conjunto fundaram uma papelaria e uma tipografia na cidade de Goiás. Ali, Jaime Câmara imprimiu o primeiro jornal o *Vossa Senhoria*. Este foi o único jornal publicado em conjunto por Jaime Câmara e seu sócio na cidade de Goiás, Henrique Pinto Vieira. A sociedade entre os dois foi desfeita durante o processo de mudança da capital de Goiás para Goiânia.

O segundo periódico, *A Razão*, era também um jornal semanal fundado por Jaime Câmara, e dirigido por Joaquim Carvalho Ferreira, Ignácio Xavier e João Perilo. Segundo Arrais: “eles desejavam fazer um jornal equilibrado, que defendesse a cidade de Goiás, sem ataques a Pedro Ludovico, mostrando a inconveniência da mudança, sem, no entanto, ridicularizar a idéia” (2002, p. 40). Mas a posição do jornal foi sempre, mais de defesa da antiga capital, do que de ataque ao governo, tanto é, que com a construção da nova capital Jaime Câmara muda-se para Goiânia e seu irmão Câmara Filho seria nomeado chefe do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP) no governo de Pedro Ludovico, (ARRAIS, 2002).

Com a construção da nova capital em 1933, os irmãos Câmara transferiram-se para Goiânia e instalaram a recém-fundada firma J.Câmara & Irmãos, provisoriamente, em uma pequena casa de madeira na Avenida

Anhanguera, às margens do Córrego Botafogo. O prédio de número 345 da Avenida Goiás ficou pronto no ano seguinte. A oficina gráfica foi montada na parte de trás do prédio. Na frente, funcionavam uma papelaria e uma livraria. Nesse cenário nasceu aquele que se tornaria o maior jornal do Estado e posteriormente uma das maiores organizações jornalísticas do Centro-Oeste (*O Popular*, 03 de abr. 2013) .

O Popular circulou pela primeira vez na nova capital em 3 de abril de 1938 , inicialmente como bi-semanário e passando à condição de diário em 1944 circulando de terça a domingo surgindo com a significativa tiragem de três mil exemplares. O primeiro número teve quatro páginas e foi vendido ao preço de 500 réis. Como não havia jornaleiro, as vendas ficavam restritas às poucas bancas de revistas da época. O jornal chega às bancas pela primeira vez com a notícia de que o governo estadual faria uma ampla reforma administrativa, com uma foto do antigo prédio da Prefeitura de Goiânia, com um mapa que indicava o trajeto da rodovia que ligaria a nova capital a Rio Verde e com o anúncio de compra e venda de fazendas. Esse último com certeza foi uma constante no jornal, promover a propaganda e incentivar a venda de fazendas e lotes na região da nova capital do Estado.

As tarefas e a coordenação do jornal assim era distribuída, Câmara Filho cuidava da parte jornalística e era, ao mesmo tempo, repórter, redator e editorialista. Jaime Câmara atuava como revisor e ainda cuidava da administração. E a distribuição do jornal era tarefa de Vicente Rebouças. Ainda na década de 1940 o jornal vivenciou o seu primeiro grande avanço tecnológico com a chegada de uma impressora Frankental alemã, o que capacitou o jornal a circular de terça a domingo. Seu segundo grande avanço ocorre em 1946, quando o jornal passou a ser impresso numa rotoplana suíça com capacidade de quatro páginas e três mil exemplares por hora, mantendo o mesmo sistema de composição com linotipos. (*O Popular*, 03 de abr. 2013).

Outro dado importante e que merece destaque é que um dos irmãos proprietários do Jornal, Câmara Filho seria nomeado chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DEIP) do governo de Pedro Ludovico, vejamos que o controle das notícias estão presentes de forma efetiva, nos dois periódicos aqui analisados, pois mesmo sendo o jornal *O Popular* um jornal “independente” e

privado, a presença do Estado se faz atuante e principalmente, principalmente por um dos seus sócios-fundadores, fazerem parte do governo. O que nos faz ter o máximo de cuidado e atenção ao analisar esses meios de comunicação, tão envolvidos com o cenário político do período.

Ao contrário do jornal a Revista Oeste foi produzida na Seção Industrial da Imprensa Oficial — Goiânia, tendo a sua primeira publicação em 5 de julho de 1942, data do Batismo Cultural de Goiânia e Inauguração Oficial de Goiânia e circulou somente até 1945. A Revista contava no seu corpo editorial com importantes personalidades do cenário goiano e da literatura, tais como, Bernardo Élis, Garibaldi Teixeira, Hélio Lobo, Paulo Augusto Figueiredo, Castro Costa e José Décio Filho. Com periodicidade mensal, a revista tinha um perfil literário e nasceu com o objetivo de destacar os valores intelectuais e regionais, ao mesmo tempo, tornar-se veículo da efervescência sócio-cultural de Goiânia, a nova capital do Estado.

Em uma de suas últimas entrevistas Bernardo Élis, escritor e um dos colunistas da revista, se refere ao Batismo Cultural e a Revista Oeste como sendo “a nossa Semana de Arte Moderna”, bem como ainda apresenta o seguinte poema em referência à Oeste e à sua importância, Élis (1983, p. 20-22, apud, COSTA, 2007, p. 40):

Na campina sibilava
regelada ventania
e mais fria ainda ficava
aquela manhã.

E entre poeiras e névoas,
naquela extensão vazia,
estendiam-se os traçados,
dos logradouros de um dia,
palácios, alguns sobrados,
avatar de moradias.

No altar drapejavam,
fanfarras e cantorias,
roupa nova, pé doendo,
rapadura e picolé,
o povo se divertia,
nessa nova romaria.

Na mão outrora vazia,

agora o escritor goiano,
trazia a revista oeste,
que nessa data nascia.

A exaltação feita pelo escritor à revista demonstra a importância de *Oeste* no cenário goiano, sobretudo, como uma nova oportunidade aos escritores goianos diante das escassas publicações literárias no Estado, e devido à importância da revista para Goiânia e a sua consolidação. Colocando a revista num lugar de importância próximo ou similar ao próprio Batismo Cultural e Inauguração Oficial da nova capital.

A revista *Oeste* possuía uma tiragem mensal, em torno de trezentos exemplares e circulava em Goiás e fora dele. Possuía assinantes e era vendida avulso, sua assinatura anual era no valor de Cr\$ 40,00, assinatura semestral no valor de Cr\$ 24,00, e o número avulso no valor de Cr\$ 4,00. Era vendida numa banca de revista instalada em frente ao Grande Hotel, na avenida Goiás, setor central. Era distribuída a autoridades, intelectuais, órgãos públicos, jornalistas, ao DIP, aos DEIP's e à Presidência da República, entre outros destinatários com a finalidade de lhes levar a mensagem da realidade de Goiânia, de seu engajamento nos ideais estadonovistas e a cultura literária que nascia na região (COSTA, 1994).

Oeste nasce assim, dentro do cenário político estadonovista onde o controle da informação é feita de forma efetiva pelo Estado, em que existem órgãos de controle da imprensa como o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP sob tutela do governo federal, que inseria-se no processo de ampliação da capacidade do Estado novo de intervir na esfera cultural e ideológica por meios de instituições, tutelava todos os meios de comunicação e divulgava o projeto político-ideológico do Estado, procurando torná-lo socialmente aceitável.

Assim como na esfera federal, os Estados criaram os Departamentos de Estado Imprensa e Propaganda – DEIP, em Goiás o DEIP foi procedido pelo Departamento de Expansão Econômica do Estado (DPEE), que foi criado em 6 de julho de 1935, e esteve sob a direção de Câmara Filho. Um dos exemplos da atuação do Departamento, segundo Costa (1994), foi quando dos festejos da inauguração de Goiânia e seu batismo cultural, em 5 de julho de 1942, que

movimentou a cidade com uma grande diversificação de atividades culturais, além da inauguração de importantes construções em Goiânia, sendo este talvez o maior e mais importante evento daquela década, reunindo um grande número de convidados que movimentou a vida da nova capital. Aconteceram em Goiânia o VIII Congresso Nacional de Educação, a Semana Ruralista do Ministério da Agricultura e uma sessão da Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística. Dentro da programação regional do evento aconteceram a Exposição de Produtos Econômicos do Estado, a I Exposição – Feira Pecuária de Goiás, festas típicas como as Cavalhadas de Pirenópolis, inauguração do Cine Teatro Goiânia. Toda articulação do evento teve participação efetiva do DEIP, principalmente no que concernia a propaganda do evento (COSTA, 1994).

Entendemos, portanto, que a revista *Oeste* quando produzida, teve objetivos bastante específicos, e consideramos ao tê-la como fonte, que o maior deles seria a divulgação das qualidades e potencialidades oferecidas pela nova capital, objetivo esse muito bem declarado pelo interventor Pedro Ludovico em um artigo publicado em *Oeste*, intitulado, “Goiânia e sua revista”:

Ao ensejo do aniversário do batismo cultural de Goiânia a revista “*Oeste*” se engalana para homenagear esta data [...] Esta revista e esta cidade se confundem, se amalgamam, se entrelaçam em um mesmo objetivo, no afã de concorrer para o progresso espiritual e material de nossa terra [...] (*Oeste* jul. 1944)

Ao analisar as palavras proferidas pelo então Interventor em Goiás, Pedro Ludovico Teixeira, é possível avaliar a importância que a Revista *Oeste* possuía nesse contexto, sobretudo, na consolidação da cidade de Goiânia, bem como sua importância política e ideológica. Segundo Pedro Ludovico, a revista e a cidade de Goiânia “se confundem, se amalgamam, se entrelaçam”, confirmado a nossa afirmativa. Pois, tanto a revista quanto a fundação de Goiânia expressam um mesmo desejo, nas palavras do Interventor são ele “o do progresso espiritual e material da gente goiana”. Ainda em referencia à Revista o Interventor diz que foi *Oeste* que possibilitou que se exteriorizassem as ideias e os pensamentos cultos tão importantes na consolidação de Goiânia. Mas também diz o Interventor muito claramente, ao se referir à *Oeste*: “opinam elementos de tôdas as classes,

defendendo diferentes pontos de vista desde que não tragam desarmonia ou choques nas diretrizes dêste período” (Oeste, jul. 1944). Mostrando-nos assim, a força e o poder controlador e moderador que o Estado exercia sobre os meios de comunicação. Deixando claro, os limites impostos a que se deveriam se submeter as ideias propagadas pela revista, sobretudo, por ser essa um meio de comunicação produzido pela Imprensa Oficial do Governo do Estado.

Lembremos que até 1945, o contexto era do Estado Novo, uma forma impositiva e centralizadora de atuação, que via no Estado forte e controlador sua principal forma de governar. Assim a imprensa era meio de um importante aparato de propaganda montado ao longo das décadas de 1930 e 1940, mas toda a produção intelectual jornalística e literária, passava pelo crivo do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP). Fazendo também com que os intelectuais ligados ao Estado fossem responsáveis pela construção de símbolos, imagens e discursos sobre as políticas do Estado Novo, bem como as de programa como a Marcha para Oeste. “Os intelectuais, de acordo com a concepção do Estado Novo, deveriam assumir um papel fundamental: eram os intermediários entre o Estado e o povo, sendo capazes de sintetizar as aspirações populares e de difundir a ideologia oficial pela sociedade”. (BESKOW, 2007, p. 2-3). Os discursos dos intelectuais e técnicos tinham como objetivo legitimar e divulgar as propostas políticas do Estado. Fazendo com que tenhamos ainda mais atenção ao analisar essas fontes, pois advém de um período conturbado dessa relação entre Estado e Imprensa – Público e privado.

Foi, portanto, a partir daquilo que essas fontes nos ofereceram que criamos uma tipologia de análise. Foi diagnosticado ao ler os textos, que havia nesses uma diferenciação de tipos específicos, que existia tanto na imprensa como na literatura uma narrativa de característica utópica e outra realista, o que nos proporcionou produzir um agrupamento desses textos. Feito o agrupamento desses, foi possível tanto aproximá-los como relacioná-los estabelecendo conexões e desconexões entre eles. Essa tipologia foi desenvolvida se baseando nas premissas do tipo ideal construída por Max Weber. Para tanto, farei uma breve exposição da conceitualização construída por Weber, sobre o tipo ideal:

Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito limite, puramente ideal, em relação ao que se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, por meio da utilização da categoria de possibilidade objetiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas. (Weber, p. 140)

O conceito típico-ideal constrói uma relação entre a realidade e a nossa construção intelectual sobre essa realidade, ele realça característica do objeto que são considerados mais relevantes para a sua explicação. A produção de uma tipologia pode ser comparada a uma caricatura, pois são eleitos os traços que melhor podem exprimir aquele objeto. Assim, ele nos permite comparar conceito e realidade e ao mesmo tempo compreender que a realidade é muito mais complexa e ambígua do que a descrição conceitual é capaz de descrever. “o tipo ideal separa a ambiguidade do mundo real da coerência do mundo criado por abstração: ele não tenta resolvê-la, nem nega a sua existência. Eis a sua maior vantagem”. (OLIVEIRA, 1999, p. 25). O tipo ideal seria assim, a possibilidade de se analisar o objeto que apresenta em sua tipificação uma unilateralidade, sem, contudo, negar aquilo que não está representado. Pois, entende a ambiguidade e complexidade do objeto. Explica-nos Barbosa, Quintanero:

O tipo ideal só existe como utopia e não é, nem pretende ser, um reflexo ou uma repetição da realidade, muito menos um modelo do que deveria ser o real, que nunca corresponde exatamente ao que se vê no conceito típico ideal, mas pode ser explicado por ele em seus traços considerados essenciais. (2000, p. 132)

Esses traços essenciais do objeto é o que nos possibilitou identificar dois tipos específicos de representação sobre a cidade de Goiânia, que são as narrativas do tipo utópico e as realistas. Contudo, como bem atesta o conceito, não existe uma distinção que separe ou identifique esses tipos na realidade concreta, essa é uma tipificação que só existe como idealização, como criação daquele que estuda o social. Foi assim, levando em consideração algumas características relevantes

dentro dos textos que analisamos, que se tornou possível observar esses dois tipos presentes nas narrativas produzidas sobre Goiânia, tanto na imprensa como na literatura. Segundo Weber: “o tipo ideal é, acima de tudo, uma tentativa de apreender os indivíduos históricos ou os seus diversos elementos em conceitos genéticos”. (1992, p. 140). Foi assim, através de uma generalização que se constituiu traços específicos que identificamos tipologicamente essas duas diferentes formas de representar a cidade narrativamente.

Identificado esses dois tipos de produções narrativas sobre Goiânia nas fontes. Foi possível ainda verificar que elas estavam permeadas por uma forma de se pensar o tempo, uma cultura histórica estava ali estabelecida. Como identificamos linhas atrás não havia uma produção historiográfica e acadêmica no Estado nesse período, essa construção de uma narrativa histórica ficava restrita basicamente às publicações da literatura e da imprensa. Ressalvadas as produções do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás – IHGG, que nas palavras de Sandes (2002), servia mais para enaltecer a figura e os feitos de Pedro Ludovico, que necessariamente uma preocupação com a construção sobre o passado. Essa condição só iria se alterar com a criação da Universidade Católica e Universidade Federal de Goiás na década de 1960, com a criação do centro dos Estudos Brasileiros, que originaria posteriormente os cursos de História e Geografia da UFG (SANDES, 2002).

O interesse em compreender essas narrativas históricas presente nos textos estudados, estão no entendimento que ao se compreender melhor como se “pensava” historicamente em um determinado período, isso torna conseqüentemente para os dias atuais, mais acessível a própria compreensão desse tempo passado no presente. Sobre a narrativa histórica, Rüsen nos explica que:

O elo da ligação do passado com o futuro, pelo presente, é forjado pela narrativa histórica com as representações da continuidade que abrangem as três dimensões temporais e as sintetizam na unidade do processo do tempo. A narrativa histórica torna presente o passado, sempre em uma consciência de tempo na qual o passado, presente e futuro forma uma unidade integrada, mediante a qual, justamente, constitui-se a consciência histórica. (2001, p. 64-65)

A compreensão e utilização do conceito de narrativa histórica se faz importante para esse trabalho, porque esse tipo de narrativa é encontrado nos periódicos, como será demonstrado logo adiante. Onde foi possível identificar essa ligação do passado com o futuro, pelo presente, forjado pela narrativa histórica. A narrativa histórica torna possível, portanto, que passado-presente-futuro formem uma unidade integrada. Compreende-se assim, que a narrativa histórica é constituidora da consciência histórica. E, através da consciência histórica é que o homem consegue estabelecer as conexões temporais que envolvem o seu mundo, afim de se “localizarem”, e se “estabilizarem” enquanto sujeitos que interferem e sofrem as interferências do tempo.

É intuito ao analisar essas narrativas, que possamos compreender como um “sentido” ou “sentidos” concorrentes ligados à cidade foram sendo construídos narrativamente. E conseqüentemente, observar quais os desdobramentos desse sentido articulado narrativamente nas experiências e vivências que se estabeleceram na cidade. Isso nos levará, portanto, a trabalhar não apenas as narrativas entendidas como históricas, mas as tantas outras presentes nos documentos que fazem referência a esse determinado período.

De certa maneira, se torna necessário compreender esse “sentido” que foi produzido narrativamente na imprensa escrita que circulava na década de 1940 na cidade de Goiânia. Pois, o entendimento aqui, é de que as narrativas históricas explicitam as formas e sistemas de operações mentais que constituíram a consciência histórica daquela época. São as maneiras naturais dadas e constituídas antropologicamente como forma dos homens equilibrarem suas experiências com suas intenções no tempo (RÜSEN, 2001). Entendo, ao analisar o contexto, que a imprensa bem como a literatura foram fundamentais nesse processo de formação de uma consciência histórica. Essa articulação intelectual do homem sobre o tempo chamada por Rüsen de consciência histórica é: “O modo pelo qual a relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo se realiza no processo da vida humana [...] A consciência histórica é o trabalho intelectual realizado pelo homem para tornar suas intenções e agir conforme com a experiência do tempo. (2001, p. 59).

A consciência histórica seria então um componente elementar e geral em todas as culturas, não é algo que os homens podem ter ou não, ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens. A consciência histórica enraiza-se, pois, na historicidade intrínseca à própria vida humana prática. É uma forma específica de direcionamento do pensamento humano diante das mudanças do tempo. Entendemos que existe um interesse latente no passado nas narrativas desenvolvidas sobre Goiânia, porque, essa justamente “não possuía uma história”. Ao analisar essa questão em torno da necessidade de uma “nova história”, sobretudo, que justificasse Goiânia, Arrais cita um trecho de depoimento de um morador de Goiânia ao do jornal *Goiânia* que sobre a nova capital e sua história diz: “Sobretudo, o que mais me encanta na nova capital é a sua falta de história [...]”. Essa falta de história faz com que a cidade seja vista como um “papel em branco”, o que possibilitaria ali uma “nova história”, que não o manteria preso as tradições já construídas, seria a tentativa de “libertação do passado”. Segundo Whitrow:

Caso concentremo-nos apenas no presente, nossa consciência do tempo torna -se praticamente nula. Por isso, um sentido de tempo envolve alguma sensação ou consciência de duração, mas isto depende de nossos interesses e do modo como focalizamos nossa atenção”. (1993, p. 17 apud ARRAIS, 2008, p. 97)

São justamente essas interpretações do qual trata Whitrow que se constitui as narrativas produzidas sobre Goiânia, pois o passado nesse contexto assume diferentes usos. Que vão desde a tentativa de liberação do passado à sua utilização como forma de continuidade e justificativa de ações no presente.

Em direção aproximada ao pensamento de Rüsen, e para complementar o desenvolvimento do seu conceito, podemos citar também as considerações feitas por Luis Fernando Cerri sobre a consciência histórica, que ao se basear no pensamento de Agnes Heller e Rüsen, produz a seguinte conceituação:

Pensar historicamente é um fenômeno antes de mais nada cotidiano e inerente à condição humana, com o que pode-se inferir que o pensamento histórico vinculado a uma prática disciplinar no âmbito do conhecimento acadêmico não é uma forma qualitativamente diferente de focar a humanidade no tempo, mas sim uma

perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo. **A base do pensamento histórico, portanto, antes de ser cultural ou opcional, é natural: nascimento, vida, morte, juventude, velhice, são as balizas que oferecem aos seres humanos a noção do tempo e de sua passagem.** (CERRI, 2001, p.99-100). grifo meu

Assim, ao interpretar as visões de Rüsen e Heller, Cerri nos explica que o pensar historicamente é um fenômeno da vida humana prática, e também tem como diagnóstico, que o conhecimento acadêmico e científico da história é, dentre várias formas do pensamento histórico em geral, apenas uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo. Dando assim, o mesmo caráter de universalidade adotada por Rüsen, que antes de ser cultural ou opcional é um dado antropológico, diante dos ciclos de nascimento, vida, juventude, velhice e morte, mas que requer do homem uma forma particular de mobilização mental diante do tempo, afim de dominá-lo e interpretá-lo.

A história em seu modo científico, seria então apenas uma, entre várias e diferentes formas de produção de uma consciência histórica e de sentido, o que diferenciaria o modo científico dos demais seria por que esse sempre e necessariamente teria que se pautar em critérios de “verdade” e provas documentais, ou seja, sua narrativa não poderia conter elementos de ficcionalidade. Porém, para Rüsen “na historiografia também existem elementos ficcionais e essa distinção é problemática, porque o “sentido” que é constituído sobre a experiência do tempo mediante a interpretação narrativa esta além da distinção entre ficção e facticidade”. (2001, p.62). Para além, portanto, dessa distinção entre ficção e facticidade é que se encaminha essa análise.

Pois entendemos aqui, que os jornais e revista, bem como a imprensa em geral e a literatura construíram uma narrativa histórica sobre a cidade de Goiânia, contudo, diferente e particular em relação à produzida por um historiador, mas que foi constituidora de sentido e formadora de uma consciência histórica. Pois bem como expressa Cerri, ao se basear em Heller e Rüsen, o pensamento histórico em geral como prática disciplinar acadêmica, “não é uma forma qualitativamente

diferente de focar a humanidade no tempo, mas sim uma perspectiva mais complexa e especializada de uma atitude que, na origem, é cotidiana e inseparavelmente ligada ao fato de estar no mundo” (CERRI, 2001, p.99). Vejamos, portanto, que as fontes aqui analisadas ocupam lugar importante nessa forma de focar o passado que está ligada ao fato de estar no mundo.

Entende-se assim, que essa mobilização intelectual do homem, se constrói diante dessa relação dinâmica entre experiência do tempo e intenção no tempo e só se pode falar de consciência histórica quando, para interpretar as experiências atuais do tempo, se mobiliza a lembrança de determinada maneira, quando ela é transposta para o processo de tornar presente o passado mediante o movimento da narrativa. Pois a subsistência do passado na memória ainda não é constitutiva da consciência histórica. Para a constituição da consciência histórica requer-se uma correlação expressa do presente com o passado mediante narrativa histórica (RÜSEN, 2001). E ao tratar da narrativa histórica como constituidora fundamental da consciência histórica, Rüsen explica:

Toda narrativa histórica está marcada pela intenção básica do narrador e de seu público de não se perderem nas mudanças de si mesmos e de seu mundo, mas de manterem-se seguros e firmes no fluxo do tempo. Os homens têm de interpretar as mudanças temporais em que estão enredados a fim de continuarem seguros de si e de não terem de recear perder-se nelas, ao se imiscuírem nelas no agir pelo agir, o que precisam fazer, para poderem viver. **A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade**, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo... **A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana.** (2001, p.66) grifo meu

Percebe-se aqui, que o ato de narrar histórias é um meio de constituição da identidade humana, é a forma encontrada pelos homens de não se perderem nas mudanças ocorridas no tempo. Ou seja, é a necessidade de dizerem a si mesmos e ao grupo que faz parte, e aos outros que se se relaciona, quem é, e o que pretende ser, mediante a dinâmica das mudanças e alterações ocorridos no tempo. Segundo Guimarães:

Nossa identidade coletiva e individual assume explícita ou implicitamente uma profunda relação com a História. É nela que buscamos ancorar o barco de nossas vidas em busca de respostas que não podem tolerar as dúvidas e incertezas da tragédia humana”. (2003, p. 5).

Vejamos que se tem um lugar que assume de alguma forma essa posição de contador de uma história nesse momento é a literatura e a imprensa, elas se tornam os principais responsáveis por essa articulação narrativa que trata o tempo e suas transformações. As narrativas históricas estão sendo produzidas nesses dois lugares de forma efetiva.

Assim, o interesse em analisar essas narrativas sobre Goiânia, é para que justamente se possa ter um panorama amplo tanto da forma como estavam sendo construídas essas narrativas históricas. Ou seja, qual era a interpretação do tempo que os homens daquele período estavam produzindo e estavam sendo divulgados a uma dada comunidade receptora, bem como compreender as próprias vivências que essas narrativas podem nos contar sobre Goiânia e a sua história. Pois segundo Rüsen:

[...] Para a narrativa histórica é decisivo, por conseguinte, que sua constituição de sentido se vincule à experiência do tempo de maneira que o passado possa se tornar presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea. Ao tornar-se presente, o passado adquire o estatuto de história. Pode-se dizer que a narrativa histórica “faz” dos feitos do passado, a história para o presente. (2001, p. 154-155)

É diante dessa visão mais abrangente e genérica do que é uma narrativa histórica, que encaminhamos a pesquisa, e estaremos a analisar narrativas que são de conteúdo histórico, mas que não foram produzidas dentro dos critérios científicos e acadêmicos. Assim sabendo, não podemos exigir dessas narrativas o mesmo que uma narrativa produzida por um historiador. Pois, esse sim tem por obrigação ao construir a sua narrativa, justificar os seus argumentos e ter um compromisso com o referente (GINZBURG, 1989).

Assim, o que nos conduz a essas narrativas produzidas na imprensa é justamente o fato de que, independente dessa relação com a “verdade” elas representam um passado que foi resgatado através delas, pois: “elas são históricas se e quando o sentido que possuem nas situações de comunicação da vida humana prática emerge plenamente na forma de uma história na qual o passado é interpretado, o presente entendido e o futuro esperado mediante essa mesma interpretação” (RÜSEN, p. 160, 2001).

Conclui-se, portanto, que as histórias não são criadas apenas por capricho ou ao acaso, elas têm de ser narradas de modo que possíveis dúvidas acerca de seu conteúdo já venham previamente esclarecidas. Ou seja, a própria experiência humana condiciona aquilo que pode ser considerado ou não como histórias significativas (RÜSEN, 2001). Sabemos, portanto, que nem todas as narrativas que serão analisadas ao longo da pesquisa serão narrativas históricas, muito embora sejam importantes para o entendimento desse objeto, chamado Goiânia. Ainda sobre a verdade das histórias contadas, Rüsen (2001, p. 68), nos aponta que:

Histórias são verdadeiras quando seus destinatários crêem nelas. “Crer” significa aqui – em paralelo com a função existencial que as histórias exercem como que fatores de orientação, no tempo, da vida humana prática: os destinatários das histórias estão dispostos a servir-se delas para orientar-se no tempo, pois estão convictos de que as histórias são capazes de tanto.

Para tanto, entende-se que a cientificidade do discurso histórico não é provada nas discussões das estruturas das narrativas, pois “a história se prova científica o tempo todo, de infinitas maneiras, “história”, para Rüsen, é o resultado de uma narrativa feita pelo homem com a intenção de se orientar no tempo e de resguardar memórias. Essa racionalidade própria ao pensamento histórico é dada devido à essa capacidade cognitiva humana de se orientar no tempo.

Assim, o literato, o memorialista o cronista, o jornalista, se encontram numa “fronteira”, pois, diferente do historiador, eles produzem uma história que não se pauta nos mesmos critérios científicos que o historiador, contudo, sua narrativa se presta dentre de um cânon de confiabilidade. Pensar assim, a narrativa

produzida por estes, é pensar também o “lugar” do historiador e a sua escrita, pois assim como a narrativa produzida por um historiador, que verifica, vai às fontes para criticá-las, a narrativa produzida nos periódicos também têm como efeito a produção de “sentido”.

É possível compreender, portanto, que o sentido é produzido, sobretudo, pela capacidade do narrador de organizar a história que ele quer contar e não apenas pelos critérios de “verdade”. Assim, independente de ser uma história como quer a história produzida pelo historiador, a história produzida em outros “lugares”, tais como a produzida na imprensa e literatura, produz sentido e orientação, assim como a narrativa histórica dita científica. Tendo como ressalva, que estas são geralmente mais difundidas, que a própria narrativa produzida por um historiador, pois possuem uma linguagem e uma distribuição mais acessível, principalmente no período aqui estudado. Ou seja, a história dita científica ocupa sempre um lugar de destaque na nossa sociedade moderna, mas é apenas uma dentre muitas formas de produção de consciência histórica, concorrendo com outras formas de se produzir história (RÜSEN, 2001).

Ainda sobre a narrativa histórica, é importante destacar , segundo David Carr, que:

O processo narrativo prático de primeira ordem que constitui uma pessoa ou uma comunidade pode converter-se em uma narração de segunda ordem cujo assunto é o mesmo, mas cujo interesse se encontra de maneira fundamental no cognitivo ou no estético. Esta mudança no interesse também pode acarretar uma mudança no conteúdo – por exemplo, um historiador pode contar a história de uma comunidade que seja muito diferente da história que é contada pela própria comunidade (por meio de seus dirigentes, jornalistas e outros). A forma, entretanto, não muda. (1986, p. 26 apud MOSCATELI, 2001, p. 4),

Todavia, é preciso ressaltar que Carr não afirma uma simetria perfeita entre os relatos produzidos pelos agentes históricos e aqueles escritos por historiadores e literatos, ou seja a referencialidade está presente, mas não o faz como querem os positivistas, relatar o “fato como aconteceu”, nem muito menos, como querem os relativistas pós-modernos, que pretendem reduzir, a narrativa

histórica a meros aspectos estéticos (MOSCATELI, 2001). Portanto ao nos reportarmos a essas narrativas produzida por esses diferentes narradores, estas nos revelam uma construção de sentido que é constatada no tempo, como desdobramentos dessas construções, nossas buscas do passado, são movidas pelos anseios e carências de orientação do presente e, ao relacionar esse passado descrito nessas narrativas, com as carências de orientação presentes, encontramos as conexões, continuidades e descontinuidades, dessas temporalidades distintas, o hoje que se expressa nos anseios atuais e, se perspectiva para um futuro, ao buscar essa relação de temporalidades, de alguma forma satisfazemos nossas buscas, mas que quando satisfeitas geram novas carências de orientação.

Conclui-se assim, que a história da cidade de Goiânia reconstituída nesse trabalho, a partir tanto da imprensa como da literatura, pode até sofrer alterações quanto ao seu conteúdo, mas a forma se manterá. O conteúdo se altera, porque cabe justamente ao historiador, abordar criticamente tais relatos sem se limitarem a reproduzi-los como se fossem descrições transparentes da realidade. A escrita do historiador nesse sentido sempre “extrapola” o relato dos fatos. Pois segundo Nora,

Nossa sociedade arrancada de sua memória pela amplitude de suas mudanças, mas ainda obcecada por se compreender historicamente, está condenada a fazer do historiador um personagem cada vez mais central, porque nele se opera aquilo que ela gostaria mas não pode dispensar: o historiador é aquele que impede a história de ser somente história. (1993, p. 21).

É no intuito, de acessar essas histórias construídas na imprensa e na literatura, fazendo com que elas “não sejam somente história”, como nas palavras de Nora (1993), que essa pesquisa se encaminha. Por entender que por mais “clara” e evidente que uma história seja contada, a escrita do historiador em nossa sociedade moderna ocupará sempre um lugar de destaque. Entendemos, portanto, que já existe uma história nessas narrativas, o intuito aqui será apenas de compreender sua produção e articulação.

No Capítulo I nos dedicamos a analisar as narrativas produzidas sobre Goiânia tipificadas como utópicas. Inicialmente, nos apoiando em alguns autores

que se dedicaram ao assunto, explicamos o que compreendíamos por uma narrativa utópica. No segundo momento nos dedicamos a analisar essas narrativas produzidas pela imprensa, sobretudo, aquela desenvolvida pela revista *Oeste* e o jornal *O Popular*, afim de nelas identificar como a cidade de Goiânia havia sido representada. Não diferente nos dedicamos a analisar as narrativas produzidas pela literatura no período e, compreendemos que para além da estrutura narrativa que as diferenciavam, elas comportavam semelhanças em sua forma de representar a cidade. Permeados por uma mesma forma de interpretação da realidade, tanto a literatura como a imprensa em seu viés utópico, produziram uma visão idealizada e propagandiosa da cidade. As condições que favoreceram a esse tipo de narrativa foram múltiplas e a apresentamos ao longo do capítulo I.

No segundo capítulo, nos debruçamos sobre as narrativas realistas produzidas sobre a cidade, a análise dessas nos foi significativa, pois, nos colocaram diante de uma representação da cidade bem diferente daquela apresentada por uma visão idealizada contida no primeiro capítulo. E assim, pudemos contrapor e estabelecer relações e contraposições entre essas diferentes formas de narrar a realidade. Nesse sentido, buscamos compreendê-las nos apoiando em teóricos sobre o assunto, o que nos possibilitou o entendimento de como se constituiu e se estabeleceu esse tipo de narrativa, tanto na literatura como na imprensa. Em seguida analisamos a literatura realista produzida no período, indicando-nos esta, uma relação bem diferente da apresentada pela narrativa utópica em relação à apreensão da realidade. Sendo ela bem mais descritiva e atrelada ao cotidiano e ao dia-a-dia da cidade em sua complexidade. Em seguida, nos dedicamos à análise da narrativa realista na imprensa, essa se diferenciava em sua forma, daquilo que a literatura nos apresentou, contudo, o conteúdo apresentado era muito semelhante ao da imprensa. O desejo de representar uma cidade retirada de sua idealização, apresentado os seus problemas e a realidade experimentada, produziu uma imagem bem mais realista sobre a cidade.

CAPÍTULO I

A NARRATIVA UTÓPICA E SUAS CONSTITUIÇÕES DE “SENTIDO”

As narrativas produzidas sobre Goiânia serão aqui analisadas, a partir de dois eixos de interpretação, o primeiro, que procura nas narrativas essa relação entre a narrativa histórica presente nos periódicos e a constituição de uma consciência histórica e de sentido, utilizando o arcabouço teórico desenvolvido na introdução. Bem como, a de uma diferenciação tipológica encontrada nessas narrativas produzidas sobre Goiânia, em que a cidade é representada de forma utópica e realista. A seleção dos textos seguiu, portanto, esse critério último.

1.1 As características da narrativa utópica

Para avançarmos em direção à análise dos textos aqui selecionados é necessário antes, demonstrarmos o fio condutor que nos guiou e que nos possibilitou articular e agrupar um conjunto de textos que os caracterizamos tipologicamente como utópicos. Para tanto apresento inicialmente as características apresentados por Marilena Chauí, que ao trabalhar o conceito de utopia nos explica:

Em grego, *topos* significa lugar e o prefixo “u” tende a ser empregado com significado negativo, de modo que utopia significa “não lugar” ou “lugar nenhum”. O significado negativo da palavra utopia indica o traço definidor do discurso utópico, qual seja, o não-lugar é o que nada tem em comum com o lugar em que vivemos, a descoberta do absolutamente outro, o encontro com a alteridade absoluta. No entanto, um outro prefixo grego, “eu”, é usado para dar um sentido afirmativo ou positivo a uma palavra, indicando nobreza, justiça, bondade, abundância [...] Assim, o sentido positivo veio naturalmente acrescentar-se ao sentido negativo, de maneira que utopia significa, simultaneamente, lugar nenhum e lugar feliz, *eutópos*. Ou seja, o absolutamente outro é perfeito. (CHAUÍ, n.d, p. 7)

A característica básica do termo utopia seria assim, segundo a autora, relativo a um sentido negativo relativo ao prefixo “u” e positivo relativo ao prefixo “eu” o que designa um lugar que se refere ao termo “*topos*”, que nada tem em comum com o lugar em que vivemos, seria um lugar totalmente outro e perfeito. As narrativas utópicas seriam assim, narrativas sobre lugares totalmente diferentes e

idealizados, seriam lugares semelhantes ao produzido na narrativa de Tomas Morus, que assim é narrada: “os habitantes da Utopia aplicam aqui o principio da posse comum. Para abolir a idéia da propriedade individual e absoluta, trocam de casa todos os dez anos e tiram a sorte que lhes deve caber na partilha” (MORUS, 2001, p.83). É pautado nessa narrativa sobre uma sociedade igualitária, sem propriedade privada e sem posses que o termo utopia se dissemina e se enraíza no imaginário social. Contudo, nem toda narrativa utópica se baseia no mesmo conteúdo da obra de Morus, ela se reproduz de forma múltipla como demonstraremos adiante.

Para tanto, nos explica Baczkco que: “A história do próprio conceito de utopia atesta, melhor talvez do que qualquer outro exemplo, o carácter multiforme do fenômeno”. (1985, p.346). Chauí ao se basear nas ideias de Dubois explica: “o discurso utópico permanece no plano potencial e hipotético, referido a um possível que não traz consigo mesmo forçosamente a certeza de sua reatização” (2008, p. 8). Portanto, por estar no campo do hipotético ele se amplia, pois se trata do sonho, do ideal, do que se pretende ser, mas ao mesmo tempo carrega em si a possibilidade de sua não-realização. O termo carrega em si uma dualidade que lhe confere tensão, ambiguidade.

Assim, é necessário inserirmos aqui a relação estabelecida entre o paradigma utópico e o imaginário social desenvolvido por Baczkco, em que ele qualifica utopia como um paradigma que se instaura através do imaginário social, pois,

[...] A utopia, como qualquer grande texto literário e filosófico, define um campo de multiplicidades de sentidos, prestando-se assim a leituras igualmente múltiplas... Paradigma específico do imaginário social: representação de uma sociedade radicalmente outra, situada no algures definido por um espaço-tempo imaginário; representação que se opõe à da sociedade real, existente *hit ec nunc*, bem como aos seus males e vícios [...] Voltaremos a insistir na ambiguidade do termo, assim como do próprio paradigma. (1985, p. 342) (grifo meu)

O autor aborda nesse trecho do seu texto o carácter paradigmático da obra de Morus, bem como do conceito de utopia, destacando a multiplicidade de leituras tanto da obra literária produzida por Morus, bem como da multiplicidade de

interpretações produzidas referente ao conceito, sem, contudo, deixar de localizar a especificidade desse paradigma³ no imaginário social, destacando a ambiguidade do termo e sua constituição paradigmática. As narrativas utópicas se disseminam, portanto, porque passam a ser compartilhadas por um grupo que comunga das mesmas ideias. Pois trata-se da narrativa de um lugar e sociedade totalmente outro, de um “espaço-tempo imaginário” que só se enraíza em terrenos férteis, em uma comunidade leitora que se identifica com esse lugar possível que lhe é narrado.

Ao falar sobre as características de uma narrativa utópica, Itamar Borges assim nos explica:

O que posso dizer do texto utópico? O que é que o caracteriza? É a pressa que o caracteriza e determina. O narrador tem pressa de contar, pois tem pressa de voltar para sua ilha. Um navio o espera. O modelo político que o sustenta tem pressa de se implantar, geralmente por imposição de um ditador bem-intencionado. O autor de utopias vê seu momento como anarquia e quer uma solução rápida, racional, centralizadora. Assim, a revolução é herdeira da utopia, mesmo em sua versão marxista, ou seja, científica, porque se acha a parteira da história. A vanguarda, assim como o viajante que descreve a ilha, considera-se possuidora de uma clarividência para determinar quando a história está madura para a revolução. (2002, p. 18-19)

É possível identificar nas palavras do autor, que a característica básica do texto utópico é a pressa, e essa se instaura porque o autor quer soluções rápidas, que provoca uma aceleração no desenrolar das próprias histórias que são contadas, pois, um novo modelo político necessita ser implantado, mudanças urgentes devem

³ Em um ensaio de 1962 sobre a Estrutura das Revoluções Científicas, o físico e historiador da ciência Thomas Kuhn (1922 - 1996) define o que seria um “paradigma” na História das Ciências. À parte o sentido filosófico, que se refere a um modelo de tratamento com relação a determinado aspecto ou questão singular, Kuhn define o paradigma – no sentido sociológico, que é o que estará mais interessando aqui – como “conjunto de crenças, valores e técnicas comuns a um grupo que pratica um mesmo tipo de conhecimento”. É verdade que Kuhn priorizava em sua análise as ciências exatas e naturais, e por vezes se refere ao paradigma como uma espécie de macroteoria, marco ou perspectiva que se aceita de forma geral por toda a “comunidade científica” relacionada a determinado campo de saber (por exemplo, a Física, a Química, ou a Astronomia). A análise funciona particularmente bem para o caso de boa parte da história da Física – que apresentou um grande paradigma dominante desde Newton e até a emergência de novos paradigmas no século XX – ou para a Astronomia, a Química, e outros campos. (BARROS, 2010, p. 427)

ser implementadas, uma nova sociedade precisa emergir. Pensemos no caso de Goiás, o momento da emergência dessa escrita utópica não é justamente o período de significativas mudanças políticas promovidas principalmente pela alteração do cenário político ocorrido em 1930, necessidade de implantação de uma nova forma de governar, própria de um período de superdimensionamento do poder executivo.

Assim, também não podemos entender que a procura de soluções rápidas, racionais e centralizadoras, seja justamente a intenção política promovida pela “revolução de 1930”, que quer por fim ao regionalismo político, representado pelo coronelismo e o patriarcalismo que imperava, para que assim pudesse ocorrer uma centralização política e administrativa. Goiânia a nova capital do Estado não aparece nos discursos e narrativas do período justamente como o lugar para que todas essas soluções racionais sejam implantadas – a cidade “perfeita” e “feliz”, similar ao lugar idealizado por Tomas Morus. E por fim nos diz o autor que as vanguardas assim como o narrador de utopias, são os que possuem a clarividência para determinar quando a história está madura para a revolução. Ou seja, esse não era o tempo da revolução? O momento em que algumas forças contrárias à política vigente se aglutinavam, principalmente, em torno da figura de Pedro Ludovico. É a partir de hipóteses como essas que direcionaremos o olhar para os textos, pois, esse tipo de esclarecimento só poderemos de fato tê-los, a partir daquilo que os rastros documentais nos oferecem. Contudo, não deixa de ser uma hipótese que a consideramos viável de ser explicada diante dos indícios já mencionados.

Sobre as condições históricas em que esse tipo de narrativa se enraíza no imaginário social, Baczkó nos explica:

O discurso utópico não fica de modo algum preso ao modelo narrativo inventado por Morus. A utopia, enquanto representação da alteração social, da Cidade Nova situada num algures imaginário, depressa se revela multiforme no plano discursivo. Em determinadas épocas, as utopias não passam de um fenômeno marginal e isolado. Noutras, porém, a criatividade utópica intensifica-se. (1985, p. 346)

É importante destacar nessa observação feita pelo autor em que o discurso utópico não fica preso ao modelo narrativo de Morus, pois é multiforme o que contempla os textos que aqui serão analisados, pois são textos de estruturas

narrativas diversas, que vão da literatura às reportagens e crônicas de jornais e revistas. E ao falar dessa criatividade utópica que se intensifica em determinadas épocas, também abarca aqui aquilo que pretendemos como a caracterização de um período em que esse tipo de fenômeno se intensificou nas narrativas produzidas sobre um determinado objeto, que nesse caso se refere às narrativas produzidas sobre a cidade de Goiânia.

Em *Quatro tempos de ideologia em Goiás*, Luis Palacín dedica um capítulo do seu livro a analisar o tempo da revolução de 1930 em Goiás, à partir do Relatório encaminhado por Pedro Ludovico referente aos anos de 1930 a 1933 ao governo federal. Análise que pode nos ser bastante útil na caracterização desse momento a que estamos a identificar como um tempo de utopias. O autor divide esse tempo em antes durante e depois. Relativo ao antes ele identifica no relatório, que esse se referia ao tempo dos problemas dos agravos da corrupção, das fraudes e da opressão. O tempo a ser superado. Ao agora o autor identifica no Relatório que ele é narrado como o tempo das dificuldades, o tempo em que existe uma “grande desproporção entre a magnitude dos agravos e o diminuto das realizações”. É como justificativa dessas realizações diminutas que o depois se instala como o lugar das concretizações não concretizadas e que a mudança da capital passou a ser não só a materialização da revolução de 30 em Goiás como o elo entre o tempo presente e o tempo das promessas (PALACÍN, 1986).

Sobre esse depois que se constitui dos desejos do agora-presente, Palacín explica:

Não era, pois, por acaso que a Revolução e o interventor, que a representava, se encontrassem espremidos entre a urgência do presente e andadura pachorrenta de uma revolução não revolucionária. A saída encontrada foi criar uma espiral revolucionária – uma força motriz, desestabilizadora e exigente de esforço capaz de produzir súbitas inversões sociais... Este foi o significado primeiro ao meu modo de ver, da mudança da capital: o de ser uma revolução permanente onde não houvera revolução. (1986, p. 86).

Essa subversão da lógica revolucionária de que explica Palacín, transformando Goiânia em símbolo e possibilidade maior de concretização da

Revolução de 30 em Goiás, foi, sobretudo, produzido por um conjunto de fatores, não foi fruto unívoco de Pedro Ludovico Teixeira. A imprensa, por exemplo, foi lugar da construção discursiva de uma Goiânia desejada, como demonstraremos, pois constitui-se um terreno de possibilidades futuras, como bem explica o autor a qualidade de uma “revolução permanente onde não houvera revolução”. Essa noção de revolução permanente seria o sustentáculo discursivo para que as próprias limitações estruturais da nova capital fossem suavizadas, como veremos. Assim entendemos que esse tempo das utopias se constitui como imaginário social, não sendo obra de um homem só, mas de uma coletividade que a acolhe e atribui valor. Contudo, as tensões e ambiguidades da realidade não deixam de existir, pelo contrário, se complexificam, se intensificam, nesse jogo do antes, agora e depois.

No caso das narrativas produzidas sobre a nova capital é possível observar essa intensificação do qual falava Baczko, pois, é justamente o período em que o projeto de modernização, se faz presente e se intensifica em Goiás, com o intuito de integrar o Estado ao resto do país e do mundo. Modernizar-se, torna-se urgente, pois é através da modernização que Goiás alteraria os rumos de sua trajetória. Assim, antes mesmo de pensarmos esse processo em Goiás, é necessário pensar o conceito de modernização, que é polissêmico e amplo. Sobre tal Castilho define:

Em geral, modernidade é identificada como um período histórico ou, nas palavras de Benjamin (1989), como um movimento de ações e ideias que marcam uma época. Ela chega segundo (Berman) 1986, no mundo todo, mas não com a mesma intensidade ou mesma maneira. Por isso é necessário falar de modernização, uma vez que ela representa o caráter específico da modernidade [...] Modernidade abrange um período histórico, por isso inscreve os lugares, apropriados pelas lógicas hegemônicas desse período, no tempo. Já a modernização inscreve a modernidade (aqui representando o conjunto da racionalidade hegemônica) no espaço ou espacialmente. (2014, p. 34) (grifo meu)

É possível compreender a partir da conceitualização feita por Castilho, que a modernidade está ligada a um período histórico específico. Ao ampliarmos a análise, compreendemos que esta se associa ao pensamento científico, à razão, à autonomia das esferas de poder e dos indivíduos, constituídos principalmente a

partir da experiência européia. Já a modernização é uma das formas como o pensamento moderno se expressa, é como ele se inscreve em relação com os lugares. Se dá porque existem diferentes processos de modernização que estão intimamente ligados a esses diferentes espaços. Sobre tal, complementa Faoro (1992), que podemos sim falar em “modernizações”, pois existem variações significativas das formas de sua implementação, decorrente dos diferentes espaços e aspectos político-sociais em que estão inseridos. Nesse sentido, a modernização não pode ser pensada em sua pureza conceitual, pois é dependente do ambiente social e cultural que está inserida. Devendo ser pensada a partir de interpretações históricas e espaciais, devidamente localizadas.

Ao localizar e tratar do caso específico do processo de modernização em Goiás, Castilho atesta que:

Em Goiás, a historiografia atribui a chegada da modernização à implantação da estrada de ferro. Já os estudos territoriais atribuem-na às décadas de 1930 e 1940, com a criação de Goiânia e de projetos como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang), e às décadas de 1960 e 1970, com a construção de Brasília e os processos de expansão da produção agrícola [...] Também podemos destacar importantes eventos para a emergência da modernização em Goiás, como a proclamação da república, a produção de energia elétrica e a construção da estrada de ferro de Goiás. (2014, p. 58)

Vejamos nas palavras do autor, que uma das características importantes das diferentes modernizações é que em determinados espaços elas foram ao longo do tempo sendo ligadas à questão da técnica e da industrialização, bem como da urbanização. Em Goiás como podemos observar nas palavras do autor, a modernização está intimamente atrelada a esse aspecto técnico, fazendo com que esse processo produza um ambiente de ambiguidade e tensão. Segundo Castilho a modernização no caso brasileiro se constitui: “como processo técnico-produtivo e político-ideológico que se impõe de maneira autoritária e que, ao mesmo tempo, é naturalizada no contexto social”. (2014, p. 24). Fazendo da modernização brasileira que é reproduzida no contexto goiano, uma ação imposta de maneira vertical e autoritária, que procura inculcar no contexto social de forma natural suas premissas.

Ainda sobre essa modernidade periférica, ambígua e contraditória, Maciel afirma:

A possibilidade de a modernidade se articular a elementos da tradição e do atraso se fundamenta em sua própria essência, como fenômeno histórico portador de impulsos liberadores e de impulsos controladores. Na medida em que a modernidade se movimenta num ambiente contraditório, ela pode se articular a estes elementos num verdadeiro movimento de “revolução passiva” (Gramsci, 1976), incorporando-os ao seu projeto e atualizando-os diante da “autodestruição inovadora”, mas tirando-lhes do circuito de reforço da tradição para jogá-los no circuito de reprodução da própria modernidade. (1997, p. 66).

É justamente esse ambiente contraditório de que fala o autor que se constitui a cidade de Goiânia, em que a modernidade se articulou a esses elementos da tradição, fazendo com que a cidade fosse marcada por essas contradições. Porém, no discurso da imprensa, essas ambiguidades precisam ser acomodadas de forma que na visão utópica sobre a cidade apenas os elementos tidos como positivos, atreladas a um futuro melhor, ganhem relevância. A realidade, principalmente enquanto reveladora dessas questões, geralmente é escamoteada e, portanto, obtém pouco espaço nas representações sobre a cidade.

Há ainda que se ressaltar, que mesmo diante de uma modernização autoritária que privilegia os aspectos produtivos e econômicos, houve alterações que devem ser levadas em consideração no que se refere à maneira de compreender o tempo histórico e a vida social e cultural. Assim, não há, por mais que se privilegie apenas um aspecto de uma concepção abrangente, como é o caso da modernização em Goiás, sem se levar em consideração o seu impacto nas demais esferas da vida social.

O período em Goiás de que trata esse trabalho retrata bem o processo de intensificação do conteúdo utópico, associado ao processo de modernização. A modernidade, conforme afirma Koselleck (2006) é o momento em que o horizonte de expectativa se alarga em relação ao campo de experiência, fazendo com que as possibilidades ligadas ao futuro também se alterem e a narrativa utópica que se pauta justamente nessa interface de um campo de experiência que se direciona para

as expectativas do futuro, se intensifique. Assim a narrativa utópica que está justamente associada a um vir a ser, se potencializa e encontra terreno fértil nesses períodos, que são geralmente tomados por discursos de grande otimismo. Ainda sobre a utopia, nos aponta Baczko: “São muito raros aqueles que se proclamam a si próprios utopistas. Regra geral, são os outros que lhes dão esse nome designando-os, do mesmo passo, como outros tantos sonhadores e fabricantes de quimeras”. (1985, p. 347). Nesse sentido, esse trabalho faz justamente essa identificação, nomeia algumas narrativas como sendo utópicas, haja vista, que não existe uma auto declaração daqueles que produzem esses textos como sendo utópicos, ou não.

Diante desse contexto, ressalta Maciel (1997), que temos uma característica marcante presente nas modernizações periféricas, que é a transformação da utopia em ideologia e nesse caso em ideologia do progresso. Esse processo de ideologização da utopia se dá porque, os aspectos modernizantes da sociedade não são tratados como um todo, apenas parte desse processo é inserido e assimilado, apenas aquele que serve aos interesses políticos e econômicos são privilegiados. Aspectos relacionados ao indivíduo e à sociedade, tais como autonomia e democracia, são geralmente sublimados, afim de que se mantenha a cadeia de dominação e controle social. Essa característica ideologizada e progressista corrompe a visão utópica de uma sociedade justa e igualitária, pois, se utiliza desse discurso para se legitimar. Como veremos a seguir, esse tipo de discurso progressista, balizado pela utopias podem ser detectados nas narrativas produzidas sobre Goiânia, como se seguem.

1.2 A narrativa utópica em Oeste

A partir desse quadro de condições analisadas anteriormente em relação à narrativa histórica e esboçadas as características e conceitualizações de um texto utópico, é que podemos nos debruçar sobre essas narrativas identificando as diferenças e similitudes que elas comportam. A revista Oeste sem dúvida pelo seu caráter de servir a uma “política de Estado” no sentido de ser um meio de divulgar o mesmo e por ser da imprensa oficial do governo e aglutinar no seu corpo editorial grandes nomes da intelectualidade goiana, foi produtora de diversas narrativas de caráter utópico, como veremos.

1.2.1 O sentido ideológico e nacionalista de Goiânia

Faremos nesse tópico a análise de algumas narrativas que possuem características que atravessam praticamente todos os textos produzidos na revista *Oeste*. São elas narrativas de conteúdo histórico e caráter utópico. O primeiro texto a ser analisado de *Oeste* é *O sentido ideológico de Goiânia* do cronista Gerson de Castro Costa. Para isso foram criadas subdivisões no texto, justamente para que se possa identificar em melhor detalhe essas características e relacioná-lo com outros textos e fragmentos presentes na revista e que bem ilustram a articulação das características narrativas acima citadas. O autor produz em seu texto uma narrativa que interpreta a importância da construção de Goiânia e o seu significado ideológico para a região e a nação. Segundo Costa:

Ao procurarmos localizar a significação ideológica da edificação de Goiânia, somos obrigados a volver os olhos para o passado, para as quadras aventurosas das bandeiras, após o que chegaremos à conclusão de que se trata de um movimento, até hoje inédito na História do Brasil, de violenta coordenação das forças centrífugas das possibilidades colonizadoras do Continente Americano. Efetivamente, é uma obra filha do esforço e do labor locais, é uma realização que não foi sequer buscar a inspiração de sua origem nos centros de alta densidade demográfica do litoral, como sói suceder histórica e tradicionalmente na interiorização territorial das Américas. Saiu de si própria, de pleno núcleo geográfico do País, num desassombro vigoroso que bem atesta a potencialidade civilizadora do povo brasileiro. Outrora quando o organismo físico da Pátria ainda não se achava delimitado entraram pelas selvas adentro os cabos de tropa da têmpera de Antônio Raposo Tavares, Fernão Dias Pais, Pascoal Moreira Cabral Leme, Bartolomeu Bueno da Silva e outros, jogando por terra o convencionalismo burocrático e insustentável do Tratado de Tordesilhas [...] (*Oeste*, jul. 1942).

Ao analisar esse trecho do texto é possível identificar primeiramente a própria representação da atmosfera política e ideológica do período, pois, o autor logo começa a sua argumentação relacionando o feito da transferência da capital às bandeiras. Ou seja, é a confirmação daquilo que o Presidente Getúlio Vargas já havia proferido em vários discursos ao falar da Marcha para o Oeste, como sendo o “novo bandeirantismo” do século XX. Portanto, o que se estava realizando no presente, em um tempo passado, os bandeirantes já o fizeram, que é desbravar novas possibilidades, ir à procura da “terra prometida” e romper com as fronteiras

antes “intransponíveis”. Porém, as fronteiras a serem rompidas se modificaram, passaram a ser a do isolamento, do atraso e da decadência e que seriam rompidas por aqueles que idealizaram e fundaram Goiânia.

Assim, a figura do bandeirante é reavivada historicamente tanto como exemplo, como justificativa para uma ação no presente. O autor alinha também à ideia de bandeiras ao feito semelhante que estava ocorrendo em Goiânia, cidade que surgia, pelo menos em seu início, sem a interferência direta e ajuda do litoral, movimento autônomo e gerado por suas próprias forças. Traçando em sua fala, uma relação de proximidades de ação em tempos diferentes. Produzindo assim ao leitor, uma noção de continuidade naquilo que se altera. Pois, muito embora os tempos sejam outros, bem como os objetivos e espaços, o espírito bandeirante permaneceria.

Sobre tal questão, Candice Vidal e Souza faz a seguinte consideração: “os narradores-fazedores intelectuais do Brasil passam a contar o tempo da brasilidade de um ponto zero até o sem-fim, estruturando a existência do espaço e do povo a partir do evento primeiro, continuando na sua evolução e antevendo o seu porvir”. (1997, p. 19). É por esse fio condutor, que uma história associada à nova capital é resgata e contada, o evento primeiro está associado aos primeiros bandeirantes que essa terra chamada Goiás desbravaram. E sua evolução está em tipos como Pedro Ludovico, o novo bandeirante. Nos explica a autora se baseando nas ideias de Cassiano Ricardo que o bandeirante do século XX: “passa ser sinônimo “de pioneiro, sertanista, de grande ‘empreendedor’; é o que funda cidades, o que atende a voz do Oeste, o que toma parte em expedições para o interior do país”. (SOUZA, 1997, p.123) Existe, portanto, uma reatualização temporal do que se entende por bandeirante, ele já não é mais aquele que adentra o sertão em busca de riquezas minerais ouro e prata, ou em busca de capturar indígenas e escravos em quilombos. Ele já habita o sertão, é o próprio sertanejo, sua missão agora é fundar cidades, ser um empreendedor de cunho nacionalista.

Contudo é importante destacar que essa reatualização carregara tensão. Segundo Coelho (2010), ao falar da representação das bandeiras e bandeirantes, o autor nos aponta que foram produzidas duas imagens opostas e conflitantes na

construção da memória histórica do país, pois esses, foram tanto acusados de serem assassinos cruéis, instrumentos selvagens da classe dominante; como foram representados como sendo os verdadeiros construtores da nacionalidade pela bravura e integridade de sua conduta. No período em questão, essa segunda imagem se sobressaiu em relação à primeira, em que o bandeirante é visto como esse elemento positivo e vital na constituição da nação, servindo de inspiração a esse novo bandeirantismo, que com tanto vigor ressurgia, se tornando elemento fundamental para se alterar a configuração da nação.

Esse tipo de narrativa que resgata a figura do bandeirante e a reatualiza no tempo é tipificada por Rüsen, como exemplar, pois,

A história ensina, a partir dos inúmeros acontecimentos do passado que transmite, regras gerais do agir. A memória histórica volta-se para os conteúdos da experiência do passado que representam, como casos concretos de mudanças no tempo [...] Os entendimentos abstratos e gerais, aparentados às regras, são transpostos para uma série de exemplos históricos e, por meio deles, consolidados. (2007, p. 51).

Esse tipo de narrativa exemplar pode ser detectada de forma efetiva nas narrativas de caráter utópico presentes em *Oeste*, pois se utiliza justamente dessa dimensão de se utilizar dos exemplos, como possibilidades concretas de realização no presente. Assim, o narrador ao falar do significado ideológico de Goiânia, busca suas explicações e justificativas no passado, no que concerne aqui a um passado nostálgico, positivado, quando ele se refere ao feito desses primeiros bandeirantes e o compara ao feito desses “novos”. É a partir dessa visão que Castro Costa entende que o sertão se recria sem depender das forças vindas do litoral, se tornando a cidade de Goiânia, uma “marca de força saindo de si própria”. Pois o desejado progresso e modernização, antes sempre dependente de um fator externo, “rompe” com tais amarras (marasmo, isolamento, atraso) e se recria a partir de suas próprias forças. Assim, entende-se que a geografia também está em mudança, pois se tudo dependia do litoral, o sertão dá a sua resposta com a criação de uma cidade com o significado que passara a possuir Goiânia, a nova capital do Estado, “atestando a

potencialidade civilizadora do povo brasileiro”. Diante disso, o sertão entrava na marcha do progresso e da civilidade.

Ainda sobre o significado ideológico Goiânia, Costa nos aponta a seguinte visão sobre a nova capital:

Uma grande idéia na vida nacional, é um símbolo. Conseguiu chamar a atenção de todos os brasileiros para a magna questão das potencialidades econômico-sociais de nossas zonas mediterrâneas. Fez-se o ponto de referência para o aquilamento do valor e da energia moral do sertanejo, conquanto orientados, um e outra, por administradores idealistas e de visão. (Oeste, jul. 1942)

Nesse trecho do texto produzido pelo autor, ele dá continuidade à sua gama de argumentos que procurava justificar a construção de Goiânia e o seu significado. Para isso, ele busca argumentos em questões importantes da época, tal quando diz que “Goiânia fez-se o ponto de referência para o aquilamento do valor e da energia moral do sertanejo”. É possível identificar na fala do cronista, a referência a uma concepção de sertão extraída principalmente da literatura e de relatos de jornalistas e ensaístas que escreverão sobre o sertão, tais como Euclides da Cunha. E em Goiás principalmente na figura do escritor Hugo de Carvalho Ramos, que produz a sua mais importante obra, *Tropas e Boiadas* que tentava exaltar, as peculiaridades e riquezas do Sertão goiano (LISBOA, 2009). Segundo Souza: “Ler os exemplares de ficção e imaginação da nacionalidade brasileira é ter acesso a nativos que desfiavam um mito de origem. Registros escritos que organizam significados da brasilidade autêntica” (1997, p. 19). Essas narrativas sobre a nação produzidas principalmente pelos sertanistas identificam no sertanejo, não o indivíduo degradado, incivilizado, mas ao contrário, dá luz à uma nova visão que estava sendo criada sobre o sertanejo, onde nessa releitura, há uma tentativa de superar as teoria racista do início do século XX e romper com o dualismo excludente litoral/sertão.

Obras como *Os Sertões*, são exemplos de mudança na representação do sertanejo como sendo “um forte”, aquele que sobrevive às adversidades do sertão. O sertanejo passa então a ser elemento fundamental na constituição da nação. Pois, segundo Euclides da Cunha:

Fora do litoral, em que se refletia a decadência da metrópole e todos os vícios de uma nacionalidade em decomposição insanável, aqueles rudes sertanistas, avantajando-se às terras extremas de Pernambuco ao Amazonas, semelhavam uma outra raça, no arrojo temerário e resistência aos reveses”. (CUNHA apud SOUZA, 1997, p. 92).

Esse indivíduo rude e em descompasso civilizacional em relação ao homem do litoral, na verdade ganha na visão euclidiana, qualidades que o torna símbolo de força e vigor do qual dependia o projeto nacionalista. Sobretudo, porque ele identifica no homem do “litoral-civilizado”, um estado de decadência e artificialidade o que produz uma “desobediência aos determinantes verdadeiramente nacionais”. O estágio civilizatório do litoral se deu, segundo Euclides da Cunha, em detrimento do “esquecimento” do restante da sociedade brasileira. Vejamos aqui em sua visão, que litoral e sertão ganham qualidades diferentes das até então produzidas.

Diante desse cenário nos demonstra Souza (1997) que havendo a necessidade de se produzir um Brasil único e integrado, os intelectuais não puderam mais ficar tão presos às ideias racistas, que na verdade se tornavam um empecilho para a formação nacional. Assim, nos explica a autora ao fazer uma leitura das ideias presentes em *O Sertões* de Euclides da Cunha, que:

A urgência básica para a consolidação da nacionalidade é colocar, em um mesmo tempo evolutivo, as partes disjuntas que são o litoral e o sertão brasileiros. O projeto de homogeneidade não foi abandonado, mas sofrera uma reformulação significativa: havia que se unificar os ritmos civilizatórios. Missão que, assegurava Euclides, não dependia de base racial singular e depurada de elementos indesejáveis no cruzamento, pois “tal contraste não se baseia por certo, em causas étnicas primordiais”. (SOUZA, 1997, p. 96)

Esse trecho baseado nas ideias de Euclides da Cunha nos revela esse dado precioso, relativo ao sertão, pois, para ele, como nos explica a autora, o importante na constituição nacional não era a homogeneidade das raças, nem mesmo a questão das distâncias espaciais e a necessidade de se preencher os vazios geográficos, como prescreve a maior parte da literatura nesse período. Mas na verdade alinhar as diferentes gradações de civilidade existentes, entre o sertão e o litoral, pois, estes estavam em descompasso civilizacional. Contudo, cada um

litoral/sertão, tinham suas qualidades que se complementavam a favor de uma nação unificada. É nesse sentido da qual fala Castro Costa que a nova capital é investida de simbolismo, pois, representa justamente esse passo civilizacional, uma cidade nova, planejada e urbanizada, que simbolizava justamente civilidade no sertão. E mais, representava a integração desses dois brasis até então produzidos imagetivamente como opostos.

Segundo Paulo Augusto de Figueiredo, em crônica publicada em *Oeste* sobre as suas impressões sobre a nova capital ele ressalta: “Goiânia é, assim, espécie de cadinho, em que se cozem e purificam os nossos vários caracteres. Nela, mais do que em outro ponto qualquer, se encontram os dois Brasil – o do litoral e o do sertão, nela está formado a célula do Brasil integral”. (*Oeste*, Jul. 1943). Percebe-se na fala do autor o esforço de produzir discursivamente, através da fundação de Goiânia, essa imagem da cidade como lugar por excelência de integração destes dois brasis, justificado, sobretudo, como o mesmo expõe por dois importantes motivos referentes à nova capital a sua localização geográfica, e por ser o lugar onde o homem do sertão e do litoral se encontram, formando novos caracteres. Sobre tais questões nos aponta Coelho:

Tendo como feito heróico – o movimento de expansão territorial, de ocupação do “vazio” que teve lugar no período colonial – Bandeira e bandeirante, assim como sertão e sertanejo, são apropriados como componentes do imaginário nacional em um momento de criação e afirmação de uma identidade coletiva. (2010, p. 69).

Essa releitura do sertanejo como o “forte” capaz de superar adversidades naturais e o isolamento, passa então a ser fundamental na constituição da nação. Também a figura dos bandeirantes passa a ser revigorada na política de adentramento do sertão, a fim de civilizá-lo e recriá-lo, rompendo com as fronteiras tanto geográficas como ideológicas existentes. Altera-se, assim, a visão que se tem em relação ao sertanejo, que antes era visto como um indivíduo inferior, que ocupava as regiões inóspitas do país e passa agora a ser esse indivíduo de energia e valor moral, capaz de construir um símbolo de progresso, tal como a moderna cidade de Goiânia. O Sertanejo passa a fazer parte de uma identidade coletiva,

sendo não somente aquele que precisa dar saltos civilizacionais, mas também aquele capaz de ser referência moral e de força no projeto de constituição da nação.

A utopia sobre Goiânia, como identificamos nas falas de Castro Costa e Paulo A. de Figueiredo, se constitui não apenas na perspectiva de futuro, ela busca no passado elementos que a legitime, tais como a figura do bandeirante. Na verdade a relação temporal com o futuro como expressão do desejo de realização é que vai fazer com que essa relação com o passado seja alterada em decorrência das necessidades discursivas.

1.2.2 Região e integração nacional

Na década de 1930 no Brasil, após vários acontecimentos como a Semana de Arte Moderna e com o advento da Revolução de 1930 é produzido um arcabouço institucional para que as ideias de uma nação moderna sejam implantadas no país. A intenção, portanto, era institucionalizar as ideias e os comportamentos modernos nos diferentes e múltiplos lugares, eles deveriam ser incorporados em todo o âmbito da sociedade brasileira. Pois, os projetos de modernização e integração nacional, passavam primeiro por essa institucionalização e enraizamento de tais ideias no imaginário social, para serem efetivadas. Contudo, o que nos aponta Lenharo (1986) sobre esse processo de institucionalização do ideário moderno no Brasil, é que este não passa pelas premissas básicas de liberdade e democracia, na verdade ele é transvertido ocupando-se do controle e da ordem. É sob essa ótica conservadora, como veremos, que se constitui a idealizada modernização e integração nacional.

Da tarefa de se pensar a nação e sua integração, ocuparam-se principalmente intelectuais e pensadores da época ligados ao Estado, que munidos de argumentos que se diziam inspirados num projeto de nação moderna, articulam o projeto de integração nacional. Sobre esse grupo responsável de pensar a nação, nos afirma Capelato:

[...] A formação de “elites intelectuais”, capazes de discernir e equacionar os problemas brasileiros, liga-se ao desenvolvimento da consciência nacional e à própria elaboração da cultura do país... caberia a esses intelectuais – a partir da imprensa, da cátedra ou da literatura – formar e dirigir a massa inculta, forjando a “opinião

pública”, esteio sobre o qual se assentava... o destino político da nação. (1980, p.122-123 apud COELHO, 2010, p. 23)

Esses intelectuais brasileiros atuariam como autênticos mediadores simbólicos entre o Estado e o social, seriam eles os responsáveis para avaliar os problemas brasileiros e lhe apontar as soluções, o que teria como consequência uma burocratização intensiva da intelectualidade, num esforço de homogeneização de discurso (LENHARO, 1986). Um dos nomes de destaque da intelectualidade brasileira ligados a esse projeto é o de Cassiano Ricardo, jornalista, poeta, ensaísta e ideólogo do Estado Novo, ligado a grupos modernista como o verde-amarelo, com tendências a extrema direita. Ricardo foi responsável pela introdução de diversos elementos simbólicos, que fizeram parte da visão de mundo desse período, o que decorreu de uma massiva produção de imagens. Segundo Lenharo:

O artifício utilizado por Ricardo fica evidente: o autor parte de pressupostos de que o brasileiro gosta de imagens popularescas, eivadas de sentimentalismo [...] Daí o recorrer-se à ênfase do popularesco, uma experiência emocional que adstringe o cidadão a esse nível de participação política[...] A “cruzada” da Marcha para Oeste, seja no plano discursivo, seja no plano das justificativas administrativas, constitui um precioso exemplo dessa fabricação de imagens. (1986, p. 55).

Essa produção de imagens identificadas pelo autor no pensamento ricardiano, decorre, sobretudo, de sua aproximação com as ideias por ele empunhada que, propunha um nacionalismo autoritário, camuflado por uma intencionalidade democrática. Seria a tentativa de participação via sentimentalismo que produziria coesão e organização social, que teria como resultado, uma nação brasileira, integrada e voltada para o desenvolvimento. Os processos democratizantes e de inclusão tanto dos espaços como dos indivíduos à nação, via pensamento moderno e autônomo, seriam sublimados através de uma experiência política pautada no sentimentalismo. Contudo, sabemos que esse movimento não se reduz ao pensamento de Cassiano Ricardo, ele foi amplo e difuso, estamos utilizando seu pensamento, como exemplo, pois, aqui encontramos similitudes entre as narrativas produzidas sobre Goiânia e as suas ideias. A revista *Oeste*, pensada

em escala regional, estava imbuída de tarefa similar a que esses pensadores brasileiros se debruçam. Oeste tinha, portanto a função de pensar Goiás e sua inserção nesse cenário de constituição da nação, fazendo através de seus intelectuais, essa mediação entre o Estado e o social.

A maior expressão desse movimento nacionalista, foi sem dúvidas a Marcha para o Oeste, projeto que visava avançar para os espaços vazios do país e ao mesmo tempo produzir integração nacional. Nos explica Lenharo:

A construção da “Marcha” atina para a imagem da nação em movimento à procura de si mesma, de sua integração e acabamento. O movimento é de conquista, de expansão; visa estimular a sensação de participação de todos na política, na qual, por sinal, os canais institucionais de participação coletiva se encontravam vedados. O alargamento do território nacional, obra dos trabalhadores, operava com a idéia de conquista do espaço físico de modo a que todos, simbolicamente, se sentissem co-proprietários do território nacional. (1986, p.15)

Essa sensação de participação da qual diz Lenharo, se dá de forma variada, vai de questões econômicas à políticas. Contudo é importante ressaltar que esse alargamento territorial e a conquista do espaço físico, decorre, sobretudo, no plano simbólico, a integração nacional ocorre invariavelmente sobre a questão da imagem. Por isso Cassiano Ricardo em suas narrativas, investira massivamente na produção de imagens de um Brasil único e integrado. Pois, era uma questão muito mais em sua visão de “ocupação civilizacional” via massificação das ideias, que propriamente ocupação física, a necessidade maior era criar a noção de pertencimento nacional.

Assim, a política de integração nacional empunhada e representada pelo Estado, alterava a qualidade atribuída a lugares e indivíduos, bem como alterava as fronteiras antes constituídas. A política empreendida por Vargas era de integração e centralização política, era acima de tudo o intuito de enfraquecer as oligarquias regionais, e ao mesmo tempo ampliar a capacidade de controle do Estado sobre todo o território nacional. Política que coadunava com a pretensão política local encabeçada por Pedro Ludovico. É nesse contexto que nasce Goiânia e consequentemente, esta se torna símbolo importante no discurso nacionalista. Pois,

ao mesmo tempo que a política nacionalista e de integração nacional viria a beneficiar a legitimização da nova capital, a sua consolidação como retorno viabilizaria a política nacionalista. Para tanto é só observarmos as palavras proferidas no discurso do Presidente Getúlio Vargas, em janeiro de 1938 sobre a Marcha para o Oeste:

[...] Persistiremos na disposição de suprimir as barreiras que separam zonas e isolam regiões, de sorte que o corpo econômico nacional possa evoluir homogeneamente, e a expansão do mercado interno se faça sem entraves de nenhuma espécie. Reequipando portos, remodelando material ferroviário e construindo novas linhas, abrindo rodovias e aparelhando a frota mercante, conseguiremos articular, em função desse objetivo, os meios de transportes, e os escoadouros da produção [...] (VARGAS, 1938 apud COSTA, 1994, p. 72-73)

Os objetivos propostos pelo presidente Getúlio Vargas, vão justamente ao encontro daquilo que os idealizadores de Goiânia necessitavam naquele cenário, que era uma política de integração nacional, que valorizasse a hinterlândia brasileira. Vejamos, portanto, que a Marcha para o Oeste surge após a transferência da capital do Estado para Goiânia, mas passa a fazer parte justamente, desse período que estamos a analisar a década de 1940, que é o momento da consolidação da cidade, momento em que se faz necessário que os sonhos e ideais que motivaram a transferência da capital para a cidade de Goiânia se consolidassem.

Observamos assim, o quanto desse discurso de Vargas reside na fala dos cronistas da época. Ou seja, o quão importante se faz a Marcha para o Oeste no discurso da consolidação de Goiânia. Para tanto para demonstrar o alinhamento desse discurso, bem como ele era presente na imprensa, apresento uma matéria da revista *Oeste*, que demonstra tais fatores. Segundo Paulo A. Figueiredo, ao produzir sua análise sobre Goiânia a partir de sua missão civilizadora, pois, para ele, esta abandona seu estado de atraso e primitivismo e passa a integrar a nação brasileira. Sobre tal o cronista nos aponta:

Goiânia desempenhará, em nossa história, um relevante papel: confundirá norte, sul, leste, oeste, litoral e sertão, num todo homogêneo e harmônico, reduzirá a elementos de equilíbrio as nossas diferenciações étnicas. Devido a fatores diversos, mas principalmente dada a sua localização geográfica, está destinada a

exercer, no meio nacional, funções civilizadoras as mais complexas e decisivas: exercerá uma função étnico-genética, miscigenadora e criadora de tipos [...] (Oeste, jul. 1943)

Nas palavras do autor Goiânia aparece assim como o “coração do Brasil” o lugar onde se reuniriam os diferentes tipos sociais, dadas pela sua localização geográfica. A nova capital seria o símbolo da neutralização das particularidades regionais, e responsável pela integração litoral/ sertão. Seria o lugar por excelência para a implementação da política de miscigenação, tão pretendida, por aqueles que acreditavam que a saída para o país estava na mistura de raças. Essa era uma ideia recorrente no período, amparada pelas teorias advindas da biologia e do Darwinismo social. Essa unificação dos tipos, desejado pelo cronista, demonstra a intenção de unificação do homem sertanejo com o litorâneo, o que de certa forma Goiânia realizou. Pois devido a sua localização central no mapa do Brasil, e com a sua construção que demandara mão de obra externa, pessoas de diferentes regiões do país vieram trabalhar viver em Goiânia e demais cidades do estado de Goiás atraídos por novas possibilidades.

Vejamos que essas ideias são disseminadas via imprensa, produzindo se tornando um discurso hegemônico. Este, como observamos, é sempre carregado de muita positividade, pois, carrega em si o germe da idealização utópica. O futuro é sempre colocado não apenas como realização possível, mas, sobretudo, como realização certa. Apesar de utilizar em toda sua fala a verbalização: Goiânia desempenhará, confundirá, será, realizará, exercerá... O tempo futuro é um tempo utopista. A redenção e salvação de todas as possibilidades ainda não concretizadas são dadas no futuro. A qualidade de Goiânia está dada, portanto, não pelo que é, mas pelo que será.

Outra questão importante nesse cenário é a relação entre o Estado Novo/Governo Federal e as políticas implementadas no estado de Goiás. Que principalmente com a construção da nova capital, fazem com que essa relação se torne uma via de mão dupla onde uma política viabiliza a outra, segundo Chaul:

O Estado Novo veio consolidar as tensas e difíceis definições políticas goianas em relação à transferência da capital... No

plano político, o Estado Novo veio consolidar a estratégia política de Pedro Ludovico, mantendo-a na interventoria do Estado e concretizando o aval que o governo federal vinha dando à mudança da capital. No plano econômico, o Estado Novo lança a chamada Marcha para o Oeste, buscando viabilizar capitalisticamente o Centro-Oeste, para que as bases de expansão rumo à Amazônia fossem mantidas. **Goiânia era o melhor exemplo para tal política expansionista**, uma vez que a nova capital, além de criar um espaço urbano viável à nova etapa de acumulação no Estado, proporcionava a dinamização de Goiás no mercado nacional através da expansão de suas fronteiras agrícolas, da mecanização de suas lavouras, do crescimento de sua produção e do aumento de suas exportações... Tal ideologia significava para os políticos dominantes a concretização do “novo”, feito em nome do progresso. **Desta forma, fica-nos claro o papel de consolidação do Estado Novo na mudança da capital.** (1999, p. 164) (Grifo meu)

É possível identificar aqui, que as políticas do governo federal e aquilo que se praticava com a transferência capital e, sobretudo, a consolidação da nova capital estavam imbricadas, em vários planos a níveis regionais e nacional. Pois, no plano político, de fato o Estado Novo foi quem ajudou a manter Pedro Ludovico no poder, bem como viabilizou o ingresso do estado no mercado, principalmente em decorrência da viabilização da construção de rodovias e ferrovias que viabilizavam o escoamento da produção, fazendo como que o estado entrasse na rota da economia capitalista, sobretudo, como exportador. Contudo, aquilo que foi a maior contribuição de Goiânia ao Estado Novo e vice-versa, tenha sido no plano ideológico, onde a nova capital passa a representar esse lugar de rompimento de fronteira, fazendo com que o desenvolvimento e progresso, fossem representados, via urbanização. Goiânia se tornará assim não somente um símbolo para a região, mas acima de tudo para a nação em marcha.

1.2.3 As constituições de sentido e os diferentes usos do passado

Após demonstrar a importância de Goiânia tanto simbólica como no campo da política e da economia no que tange a política de integração nacional presentes nas narrativas sobre a cidade, cabe-nos também demonstrar como se deu esse processo internamente ao estado de Goiás no que tange a transferência da capital e sua consolidação. Quais situações, questões, conflitos e tensões permearam esse acontecimento chamado Goiânia e que podem ser identificadas nas

narrativas aqui analisadas. Nesse caso se torna interessante, observar o caráter narrativo histórico que os autores dão aos seus textos, pois, para justificar o presente e dar-lhe significações, eles se sustentam em argumentos vindos do passado. Demonstrando que o processo da transferência da capital e seu consequente processo de consolidação estão associados a uma argumentação que se remete ao caráter histórico como já demonstramos, recuperando elementos, por exemplo, como o bandeirante. Assim, demonstraremos nos textos que se seguem, que o passado aparece massivamente como justificativa para as ações do presente, as narrativas históricas fazem parte de todo esse processo de construção e justificativa discursiva, em torno da nova capital. Contudo, veremos a seguir que a qualidade dada ao passado vai se alterando de acordo com as necessidades do discurso que se produz, o passado oscila de um polo ao outro, demonstrando os vários e diferentes usos que este pode ter. Pois, se em alguns textos ele é considerado como algo a ser superado, rompido, em outros ele é utilizado como exaltação, como continuidade, como exemplo.

Para entendermos melhor essa relação com o passado construída narrativamente, Carvalho (1995) ao se basear principalmente nas ideias de Padre Palacín, a respeito dessa relação dos fundadores da nova capital com os “descobridores” de Goiás, afirma que:

Vários mitos, ideias e conceitos, incorporados por grupos dominantes da sociedade de Goiás, permaneceram sedimentados na visão de mundo, transmitida de geração a geração, desde o tempo dos desbravadores do território de Goiás durante o período da mineração até a época daqueles que seriam, muito mais tarde, os idealizadores de Goiânia. Desta maneira no imaginário dos “fundadores de Goiânia”, como na ideologia liberal incorporada mais tarde, encontramos vestígios de uma mentalidade marcada ora pelo clima épico e pela transitoriedade típica da sociedade mineira nos tempos áureos, ora pelo clima de derrotismo provocado pela decadência do ouro e suas consequências no âmbito da psicologia social. São resquícios que favoreciam em todos os sentidos o desejo de mudança, entendido de forma mais ampla, mudança esta que passou a constituir-se na grande esperança e na grande utopia de todo um povo, muito bem capitalizada através da estratégia política de Pedro Ludovico. (CARVALHO, 1995, p. 176)

O autor sintetiza muito bem nesse trecho, aquilo que estamos demonstrando com a análise das narrativas da imprensa, pois, as justificativas utilizadas pelo grupo político que chegara ao poder em Goiás se baseia nessa premissa básica de relação com o passado. Em que a antiga capital está justamente associada a essa ideia de derrotismo provocado pela decadência do ouro, onde ela passa a ser o símbolo desse período de derrota, enquanto que os bandeirantes estão associadas a esse período dos tempos áureos, de riqueza e prosperidade. Por isso são associados respectivamente de formas negativa e positiva em relação àquilo que se pretende estabelecer enquanto argumento, são, portanto, os diferentes usos e visões do passado, diante das carências do presente.

É possível, assim, concordar com Carvalho (1995) quando ele se refere que há “um desejo de mudança” de incorporação à nação. Porém quando se refere que essas ideias ligadas ao derrotismo pós-período do auge da mineração, trazem consequências ao âmbito da psicologia social, e que essas questões atravessam o tempo, há que se fazer um parênteses, pois, não atribuímos esse fator como sendo decisivo para as alterações ocorridas nos anos de 1930, e sim como parte de um processo mais amplo e multifatorial que desembocou na construção de Goiânia. Pois, se concordarmos com essa ideia, estaríamos concordando como o argumento, insistentemente utilizado principalmente pela historiografia sobre Goiânia, até os anos de 1980/90, que coloca Goiânia a nova capital como o lugar do progresso da modernidade em contraposição à antiga capital cidade de Goiás. Ainda apontamos outra questão em que devemos nos questionar, quando ele diz o desejo de mudança e modernização se torna a “utopia de todo um povo”, ao falar da ideia da mudança da capital, por exemplo, creio que ao contrário, muitos foram contra a mudança da capital, onde houve toda uma mobilização daqueles chamados anti-mudancistas. Inclusive entendemos que muitos deles falavam em modernização, integração, progresso, mas quando o assunto era a mudança da capital, esses não só discordavam, como contra-atacavam as ideias do grupo que defendiam a mudança da capital, principalmente através da imprensa. Demonstrando-nos que esse processo se deu envolvido por tensões e diferentes interesses.

Um dos grandes nomes dessas discordâncias, podemos lembrar foi o na época deputado Alfredo Nasser, político e também dono de jornais de caráter

anti-mudancista. Segundo Nasser, “a responsabilidade pelo atraso do Estado não deveria ser creditado à antiga capital, mas à sua “ausência absoluta de orientação econômica” (NASSER apud OLIVEIRA 1999, p.161), pois o desenvolvimento econômico do estado só iria ocorrer após a implantação de “transporte fácil e barato, rasgando novas rodovias, acelerando o avanço dos trilhos”. É possível analisar nas palavras de Alfredo Nasser o desejo de modernização e dinamização do estado, mas esse não defendia a mudança da capital, pois o atraso do Estado estava ligado em sua concepção, às suas condições estruturantes, e não às condições da antiga capital, buscando assim desconstruir o argumento mudancista.

Observamos no que concerne às mudanças estruturantes pelo qual o estado devia passar, bem como em sua modernização, que havia um discurso de consenso. Porém, quando a questão estava em torno da transferência da capital, surgiam as dissidências. Identifica-se também presente no argumento de Nasser o elemento histórico, só que diferente dos argumentos dos mudancistas que almejavam a ruptura, o corte dos laços com a cidade de Goiás, ele almejava continuidade. Assim, argumenta Nasser sobre a possível transferência da capital do estado, “voltar para campinas é fugir à predestinação” (OLIVEIRA, 1999). Vejamos que é um uso do passado sendo utilizado como permanência, como continuidade, uma ideia que rechaça a ruptura total, deseja a mudança na permanência. Principalmente na permanência da capital do estado na cidade de Goiás.

Conduto, diante do cenário que se criara a transferência da cidade da antiga capital Goiás para a nova capital localizada na região de Campinas se tornou inevitável. Respalhada por inúmeros argumentos da época e imbuída de um grande desejo político, a ideia da mudança que não era novidade, já havia sido suscitada desde o século anterior, foi muito bem capitalizada por Pedro Ludovico. Percebe-se, portanto, que após a transferência surge uma nova necessidade, era necessário criar símbolos e significações em torno de Goiânia, sua consolidação era necessária e urgente, e a narrativa produzidas na imprensa tem justamente essa finalidade. O símbolo maior nesse contexto, com certeza já era a própria cidade de Goiânia e o ato de sua fundação. Mas havia a necessidade de se estabelecer sentido, criar identificações, tentativa de dar uma lógica ao mosaico que se criava, carregado de tensões e ambiguidades. E essa noção de pertencimento foi buscada,

principalmente, através do pensamento histórico, esse que é capaz de organizar e localizar temporalmente o homem, produzindo sentido.

Assim, nessa tentativa de se criar uma narrativa que produzisse “sentido” e desse “estabilidade” àquela nova história que se iniciava com a fundação da cidade, é, que os discursos aparecem de forma tão homogênea, sobretudo, na imprensa. Para tanto, se o primeiro objetivo que era o da transferência da capital já havia ocorrido, o que necessitava daquele ponto em diante era a sua consolidação. E para isso havia a necessidade de se criar “referências” para que esse “sentido” fosse constituído. Pois, segundo Rüsen:

A resistência dos homens à perda de si e seu esforço de auto-afirmação constituem-se como identidade mediante representações de continuidade, com as quais relacionam as experiências do tempo com as intenções no tempo: a medida da plausibilidade e da consistência dessa relação, ou seja, o critério de sentido para constituição de representações abrangentes da continuidade é a permanência de si mesmos na evolução do tempo. A narrativa histórica é um meio de constituição da identidade humana. (2001, p. 66).

A identidade é por consequência um processo social de interpretação de sujeitos que interagem entre si, entender a narrativa histórica como meio de constituição da identidade humana, é, sobretudo, reafirmar que os homens através da narrativa histórica se reconhecem e se “estabilizam” mediante a capacidade que esta possui em construir sentido. Sobre tal capacidade, Guimarães assim a define:

As incertezas do novo são domesticadas pelas certezas fornecidas pela história, capaz de significar experiências não vividas. Ainda que desconhecido como experiência, o passado pode ser explicado pela história capaz por este procedimento de gerar imagens e sentidos para a ação no presente. (2003, p. 4)

Essa capacidade que o autor destaca que a história tem de “significar experiências não vividas” e o “desconhecido como experiência”, serve para nos explicar essa produção, pois se a visão utópica observada nessas falas, trazem a cidade nova, o lugar perfeito, um vir a ser, carregado de esperança, traz também em si as incertezas, pois a utopia é isso, potencialidade que pode se concretizar ou não.

E assim, como aponta o autor, há uma tentativa de se domesticar essas incertezas a partir dessas experiências passadas. No caso da fundação de Goiânia a experiência mais exemplar é a dos bandeirantes, capazes de superar todas as adversidades, e retirar riqueza e prosperidade das terras inóspitas antes esquecidas. Portanto, a empreitada chamada Goiânia era possível, sobretudo, quando comparada ao feito desses bandeirantes, pois, as condições em termos de adversidades eram semelhantes.

A narrativa histórica é nesse sentido um meio de constituição da identidade humana. Pois mediante a narrativa histórica são formuladas as representações de continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo esta constituição da identidade se dá por meio da memória. E são inseridas no quadro de orientação da vida humana prática. Porém, a identidade que a narrativa nos remete, não pode ser considerada fixa e definitiva, por ser sempre dependente do que os demais o deixam ser e do que se quer ser, na relação com os outros. Podemos observar nesses textos presentes na revista, como uma identidade goianiense foi sendo construída, a partir da influência de todas essas ideias, aqui detectadas. Sobre essa questão Guimarães nos aponta que:

Ao constituir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, **a história é capaz de disciplinar este passado segundo os sentidos importantes para o presente em construção, conjurando incertezas e dúvidas próprias de um mundo vivendo em meio a um turbilhão de mudanças**, que parecem inviabilizar uma referência ao passado, nos termos de uma busca de comparações com o presente, como forma de extrair soluções para a ação no mundo. (2003, p.3).

Essa capacidade da narrativa histórica em construir o passado como projeção do presente e desejo de futuro, disciplinando o passado é uma das características marcantes da mentalidade moderna, ou no mínimo de sua implementação, pois procura na história não mais apenas o exemplo da história exemplar, a história *magistra vitae*, como no caso da relação com a figura Bandeirante. E sim a história como progresso, o que se busca no passado, portanto, não são mais apenas os modelos, mas as explicações, as razões do presente, o passado como justificativa, pois o presente nessa visão, não é continuidade, e sim

ruptura com o passado. Portanto, Goiânia a nova capital é construída narrativamente, não apenas se baseando nos modelos existentes, mas utilizando desse passado para se justificar, fazendo com que esse passado ganhe conotações tanto positivas quanto negativas, diante do interesse daqueles que sobre o passado escrevem, com o intuito, sobretudo de justificar ações do presente que encontram correlação e justificativa no futuro.

Nesse sentido, essa narrativa que remonta o significado ideológico de Goiânia e a sua história, é buscado lá num tempo longínquo, o que é uma constante em praticamente todos os textos da época que procuravam ou tinham como objetivo esse discurso de busca de uma justificativa para a consolidação de Goiânia. Sobre tal questão, Rüsen explica que:

Com ela [a narrativa histórica], os processos temporais atuais da vida prática dos narradores podem ser entendidos. Para a narrativa histórica é decisivo, por conseguinte, que sua constituição de sentido se vincule à experiência do tempo de maneira que o passado possa se tornar presente no quadro cultural de orientação da vida prática contemporânea. (2001, p. 66).

Assim, nessa tentativa de produzir um sentido histórico para Goiânia, era necessário construir-lhe um passado, pois essa não possuía um passado que a justificasse e que criasse identificações e que ao mesmo tempo servisse de inspiração àquela e às novas gerações. Portanto, o que se percebe é o esforço de rompimento com o passado “atrasado” e “arcaico” que era representado pela antiga capital do Estado a cidade de Goiás. A outra opção, se remontar a partir da história de Campinas, também não era interessante, pois o “que representava Campinas?”, apenas uma cidade que em breve se tornaria um bairro de Goiânia. Observa-se assim, que era necessário buscar essas ligações em outros tempos, para que se possibilitasse construir referências em torno da nova cidade. Processo muito semelhante ao que ocorreu no processo de formação dos estados nacionais, a busca de uma narrativa homogênea que organizasse pelo menos discursivamente, em torno de alguns símbolos aquilo que se encontrava disperso. Afim de que uma noção de progresso em marcha fosse estabelecida.

Por isso da existência de uma busca pelo “elo”, ou seja, uma busca do passado que construa um sentido para o presente, contudo, esse teria que ser buscado em outros marcos, que não fosse a antiga capital Goiás, nem mesmo Campinas a antiga cidade que em breve se tornaria um bairro. E sim, nos atos de heroísmos, vindo das bandeiras. Em um passado que significasse grandeza, aventura e fé como diria o Dr. M. a Teixeira de Freitas, Secretário Geral de do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que em texto publicado em *Oeste* intitulado, *Goiânia é uma lição de fé*, afirma que “só mesmo pela continuidade do admirável “élan” civilizador que nos legaram os bandeiras, podemos ocupar um dia o lugar que nos cabe na história e no Mundo”. (*Oeste*, jul. 1944). Ou seja, recuperar essa história das bandeiras é resgatar a trajetória rumo à civilização, interrompida pelo período de decadência, mas que fora reativado, sobretudo, com a fundação de Goiânia. Essa lição de fé faria com que, Goiânia e os goianos ocupassem um dia um lugar de destaque na história.

Porém, como já demonstrado, uma história relativa à cidade é construída, principalmente através da imprensa e nessa construção, ora o passado é incorporado positivamente como no caso dos bandeiras, ora rechaçado como no caso da antiga capital. Essa nova história de que fala o cronista é totalmente influenciada, não só por esse passado que é resgato e reiterado, mas, sobretudo, por uma ideia de futuro. É a projeção de futuro alterando a relação com o passado. Sobre essa projeção de futuro e sua relação com a história nos aponta Valéry:

O futuro, por definição, não possui qualquer imagem. A história lhe fornece os meios de ser pensado. Ela forma para a imaginação um quadro de situações e de catástrofes, uma galeria de ancestrais, um programa de atos, de expressões, de atitudes, de decisões oferecidas a nossa instabilidade e a nossa incerteza, e desta forma ajuda-nos a tornarmo-nos. (apud GUIMARÃES, 2000, p. 2)

Seguindo a linha de raciocínio do autor em que o futuro em si não possui qualquer imagem, é, portanto, a história enquanto repositório das experiências vividas que fornece subsídio à imaginação, assim, o que podemos perceber é a potencialização dessa imaginação nesse período, resgatando as experiências do passado a fim de produzir mediante a essa instabilidade e incertezas, um quadro de

maior estabilidade, que produzisse um sentido que mesmo pautado na ruptura, no novo, não se perdesse na fluidez dos acontecimentos, afinal de contas era preciso após a “revolução” que possuía objetivos muito específicos, principalmente por se tratar em princípios liberais, um retorno à chamada “normalidade”. Sobre tal nos explica Palacín:

[...] as revoluções entre promessas e realidade imediata torna-se muito mais angustiante nas revoluções incruentas e que não tentaram transformações sociais significativas – reforma agrária, socialização da propriedade etc, como foi o caso da revolução de 30. (1986, p. 86).

Não havia a intenção de mudanças profundas o controle social deveria permanecer. Assim, a utopia produzida sobre Goiânia, foi constituída nessa tensão, de um passado que se desejava desapegar, mas ao mesmo era dele que se utilizava para legitimar os ideais propostos.

Assim, da relação que se estabelece entre espaço de experiência e horizonte de expectativas, nas palavras de Koselleck: “Quanto menor o conteúdo de experiência, tanto maior a expectativa que se extrai dele. Quanto menor a experiência tanto maior a expectativa – eis uma fórmula para a estrutura temporal da modernidade, conceitualizada pelo progresso”. (2006, p. 326). É possível observar nas palavras de Koselleck, justamente a confirmação dessa narrativa sempre marcada pela expectativa, características das narrativas produzidas sobre Goiânia. Pois o conteúdo de experiência era menor que o da expectativa. Como disse o cronista: “sobretudo, o que mais me encanta a nova capital é a falta de história” (Jornal *Goiânia*, 11 jun. 1936, apud ARRAIS, 2013, p. 89). Portanto, Dessa relação entre a experiência e a expectativa que é alterada, característica marcante dos tempos modernos, é possível inferir que Goiânia se torna marco e símbolo dessa modernidade desejada e almejada. Fazendo da nova capital o lócus privilegiado para análise dessa distância em que o espaço de experiência é menor que o horizonte de expectativa. Pois, é nessa interface que a utopia se constitui, se prolifera.

Segundo Koselleck: “afirmar que nenhuma experiência anterior pode servir de objeção contra a natureza diferente do futuro torna-se quase uma lei. O futuro será diferente do passado, vale dizer, melhor”. (2006, p. 326). Essa qualidade

do futuro como sendo algo melhor, possível na vida terrestre, é uma característica do mundo moderno, iluminista, pautado na idéia de progresso, que predominava na época, sendo algo marcante em praticamente todas as falas sobre Goiânia, encontradas na imprensa e, sobretudo, na revista *Oeste*. Para tanto, mais do que formar uma “opinião pública” sobre assuntos diversos vemos que esses periódicos constituem algo mais profundo, cria “visões de mundo”, bem como contribui decisivamente na constituição de uma consciência histórica. Na verdade se instaura uma nova consciência histórica. Um novo regime de historicidade. Que se quer disseminada, pois seria através dessa mudança de relação com o tempo e consequentemente com o passado que a modernidade se implantaria. Por isso o interesse em publicar diversas matérias ao longo do periódico com tal pretensão.

O que se observa, portanto, é que essas narrativas produziram “sentido” e “orientação no tempo”, pois a “ experiência do tempo é sempre uma experiência da perda iminente da identidade do homem” (RÜSEN, 2001, p. 66). Então, mais que um discurso político e de afirmação, essas narrativas estão revestidas de um caráter histórico, pois elas fazem com que o passado se tornem presente, no quadro de orientação da vida prática, bem como trás a esse presente condições que são perspectivadas para o futuro.

É dentro dessa visão de um futuro melhor que esse discurso de transferência e posteriormente de consolidação de Goiânia vai se constituindo. Valendo lembrar que a cidade precisava, sobretudo, atrair pessoas para nela viver e investir por isso essa idéia de futuro ganha sempre força em todas as falas sobre Goiânia. Em trecho de *Oeste* intitulado “*o dia de Goiânia*”, são proferidas tais palavras sobre Goiânia como sendo, “A cidade que fala do passado, afirma o presente e profetiza o futuro. Cidade movimento. Goiânia é a miniatura do Brasil em marcha para o cumprimento de uma grande missão histórica”. (*Oeste*, jul. 1944). Qual era a grande missão histórica de Goiânia? Se tornar o símbolo dessa modernidade desejada, não só na região, mas para a nação, porém o que constatamos, principalmente ao ler os textos e as matérias de jornais e revistas bem como na literatura, é uma aceleração no processo de modernização numa permanente busca por “atualização” no que se refere ao desenvolvimento e progresso.

Assim, identificamos que essa produção narrativa produzida na imprensa em geral e em específico na revista *Oeste* possui essa característica de produção de discurso, para além das falas produzidas por intelectuais, escritores e jornalistas do período que viviam na cidade, fazendo uso por exemplo da visão e impressão dos viajantes que passavam pela cidade. Se antes os viajantes do século XVIII E XIX observaram em Goiás uma gente degradada, incivilizada, um lugar inóspito. Com a construção de Goiânia os viajantes do século XX passaram a ter uma “outra visão” do Estado. Aqueles que visitavam a cidade e tiravam suas impressões e conclusões, geralmente, eram divulgadas apenas aquelas que criavam uma boa impressão. Eram viajantes que produziam uma visão otimista e positiva da nova capital e da região. Observa-se assim, que havia a necessidade de múltiplas vozes na intenção de confirmarem todas as intenções ali pretendidas discursivamente, ou seja, essas narrativas produzidas precisavam encontrar eco e apoio, principalmente, daqueles que de fora falavam, pois essas falas produziam maior legitimidade ao discurso.

Para tanto em uma de suas colunas durante praticamente todo o período de produção de *Oeste* foi intitulada: “*Goiânia na Opinião Nacional*”, onde diversas personagens e autoridades da época escreveram suas impressões sobre a cidade. E como veremos são visões sempre otimistas e de cunho utópico. Segundo Dom Aquino Correa:

[...] Goiânia é uma flor miraculosa do Estado Novo... nela tem hoje enfim, um farol radioso, levantado no centro do país, para nortear os caminhos do nosso verdadeiro engrandecimento, tal como em épocas de antanho, os alterosos coqueiros incendiados encaminhavam o índio, na vastidão imensa destes verdes e floridos desertos. (*Oeste*, jul. de 1943) (Grifo meu)

As visões sobre Goiânia terão sempre um tom de exaltação e, sobretudo, uma fala que se direciona para o que virá a acontecer onde se cria sempre uma expectativa, carregada de positividade em relação ao futuro. E quando se fala do presente, essa também ganha qualidade como é no caso citado, em que Goiânia se torna o farol radioso do centro dos pais, resgatando o passado como forma de amparar as ações do presente. A natureza antes sempre vista como aquela a ser dominada, marca do isolamento, aparece agora, sobretudo, como riqueza e

potencialidade, a cidade é comparada a uma “flor do Estado Novo”, aquela que brota vitalidade e esperança. Deixando o estado a partir da fundação de Goiânia, na visão do autor, de ser apenas uma região distante e improdutiva, dominada pela poesia altaneira dos Pirineus e da Serra Dourada, para se tornar um monumento de realizações.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio o geógrafo francês Pierre Mombeig, que fazia parte da mesmo grupo de estudiosos do qual fizera parte o antropólogo Lévi-Strauss. Quando da sua visita a cidade de Goiânia remete as seguintes impressões: “longe dos grandes centros do litoral, sem ligação ferroviária direta, com estradas bastantes medíocres em uma região que há cerca de dois séculos vive vagarosamente, constrói-se uma cidade inteiramente brasileira” (*Oeste*, jul. 1943). Mais uma vez podemos observar a fala que remete ao passado que se rompe, que se supera diante do atraso e do isolamento, bem como a construção da imagem de Goiânia como sendo uma cidade genuinamente brasileira, que se constitui rumo ao futuro. Contudo, podemos observar que a inversão em relação ao passado, e ao seu valor, se dá logo em seguida ao dizer o autor: “os agentes de telégrafo, da nova capital já transmitiram um bom número de telegramas oficiais, eu desejaria, porém, que a primeira mensagem enviada de Goiânia, aos poderes federais tivesse sido redigida assim: Bandeirismo não morreu” (*Oeste*, jul. 1943). Observa-se o retorno da mesma fala sobre esse bandeirismo que ressurge no coração do Brasil, e que é símbolo de força e coragem bem como aquele vivenciado pelas bandeiras séculos atrás, mas que não morreu. Fazendo com que essas falas se complementem, criando um discurso homogêneo na revista quando o assunto é a nova capital.

Nessa mesma linha o Coronel Lísias Rodrigues em nota publicada nessa mesma edição de *Oeste*, faz as seguintes considerações em relação à nova capital: “Goiânia não será somente uma capital do rico Estado Central de nossa pátria. Goiânia não será apenas o atestado material de que em todos os tempos o Brasil teve homens capazes de feitos ciclóticos” (*Oeste*, jul. 1943). Mais uma vez identificamos que a qualidade dada ao tempo presente é também assim como o passado, sempre relativa ao futuro. O presente é apenas um meio de se chegar a um futuro melhor e promissor. Assim, o presente só tem valor relativo ao futuro, um

vir a ser. Sobre tal, o autor fala de feitos ciclólicos. Que são grandes feitos por homens “enormes, gigantescos, pesados” (Dicionário Online de português). Fazendo, segundo o autor, com que aqueles que construíram a cidade fossem comparados a esses homens capazes de feitos supra-humanos, os ferreiros da cidade que nascia, trabalhadores incansáveis. Esses seres de que fala o autor possuidores de feitos supra-humanos, demonstram o quanto esses textos estão carregados de uma visão utópica da cidade a sociedade perfeita. A imagem a seguir que foi capa de uma das edições do Jornal O Popular de 1939, ilustra bem essa visão idealizada da cidade:



Figura 1 : Imagem futurista da cidade de Goiânia jornal *O Popular* 1939.
Fonte: Adaptação de Godinho (2013)

Essa imagem futurista apresentada pelo jornal com inúmeros edifícios em posições inclinadas, transporte rápido semelhante a um metrô, só que suspenso, torres de energia elétrica, veículos velozes, aeronaves, nos serve para afirma aquilo que estamos a demonstrar nas narrativas ao longo da capítulo, bem como, para

demonstrar o quanto elas foram hegemônicas. Interessante também analisar a frase abaixo da ilustração ao se referir a Goiânia não como a guardiã das tradições mas a vanguardeira da marcha para o Oeste, atestando também essa relação com a temporalidade a qual já identificamos, que estabelece o futuro sempre como redenção, como um vir a ser, invocado de potencialidade, fazendo que o tempo presente se torne apenas o meio para tais concretizações.

Portanto, no intuito de atender às nossas indagações e compreender como se dá essa relação entre experiência do tempo e intenção no tempo, e como essas estavam sendo interpretadas e transpostas através dessas narrativas produzidas nos periódicos, que considera-se importante compreender essas narrativas, para compreendermos quais eram as visões e discursos que estavam sendo dirigidos ao público leitor. Ou seja, que tipo de leitura da cidade e da sua história estavam chegando aos leitores e, conseqüentemente, entender como essa consciência histórica do goianiense estava sendo construída, para assim num segundo momento compreendermos melhor as suas próprias ações e experiências que também são descritas narrativamente na imprensa e que nos “chegam” como representação de um tempo.

1.2.4 Cidade de Goiás x Goiânia – Decadência/ atraso x Progresso/ modernidade

A revista *Oeste* durante todo o seu período de produção teve como tema principal a cidade de Goiânia, seus principais acontecimentos e a acima de tudo, como já destacado anteriormente, a divulgação da nova capital e suas potencialidades. Um dos assuntos que marcaram esse tema é a relação entre a nova e a antiga capital, principalmente em torno dos argumentos que justificavam a transferência. Assim, mesmo após a transferência já ter se concretizado, os argumentos utilizados para tal, continuam sendo utilizados discursivamente, porém, ele se constitui num discurso que visava a consolidação da cidade.

Analisando, portanto, o texto de Lima de Figueiredo, publicado em *Oeste* um dentre os vários que abordam o tema da transferência, observa-se que este faz uso principalmente de um discurso sanitarista que dominava e influenciava a época, construindo, uma caracterização da antiga capital que a desqualificava diante de

Goiânia. Sendo a antiga capital do estado, descrito como o lugar de “Casas muito mais compridas que largas, verdadeiros túneis, onde a iluminação e a insolação dos aposentos eram coisas secundárias, dotadas de grandes quintais onde se acumulavam o lixo e os detritos orgânicos tão do gosto dos urubus” (Oeste, jul. 1944). O autor destaca algumas características da antiga capital que a relaciona a uma arquitetura colonial, diferente das construções e traçados modernos que se almejava construir na nova capital. Também coloca em destaque a questão da higiene, tão presente na fala, sobretudo, dos políticos como veremos.

Criou-se assim uma caricatura sobre a antiga capital, em que seus “defeitos” ganham destaque em relação às suas qualidades. Na verdade a cidade é depreciada em decorrência de seus aspectos físicos, localização, higiene, salubridade e arquitetura. Sendo colocada em total antagonismo com aquilo que representara a nova capital Goiânia. É importante destacar ainda que esses argumentos são utilizados em 1944, praticamente dez anos após o lançamento da pedra fundamental de Goiânia, demonstra-nos que esse debate de justificativas perduraria por muito tempo, mesmo após a transferência da capital os argumentos permanecem como forma de reiterar o discurso.

Sobre esse discurso sanitaria presente como justificativa para a transferência da capital e consequentemente utilizado também nesse período de pós transferência e consolidação da capital, Campos assinala:

Goiás é examinado como um doente; o trabalhador rural e suas condições miseráveis e suas verminoses; a economia, a fartura e a indolência; o saneamento urbano e rural, a viação, as atividades escolares, o exercício das profissões, o sistema educacional; a justiça e a força pública. Em tudo, interfere, esquadrinha. (1980, apud, CHAUL, 1999, p. 78)

A saúde pública ganhava assim, importante significado nos discursos de Pedro Ludovico, a transferência da capital seria, portanto, a oportunidade de se construir uma nova cidade em um “corpo” sadio, planejado, asséptico, em que prevalecesse a racionalidade, ao molde das teorias higienistas. Segundo Edvaldo Góis Júnior: “no fim do século XIX e início do XX, surgia uma nova mentalidade que

se propunha a cuidar da população, educando e ensinando novos hábitos. Convencionou-se chamá-la de movimento higienista”. (2002, p. 47). Em Goiás essas ideias encontram eco, sobretudo, na figura de Pedro Ludovico, médico e pessoa investida da capacidade técnica de tratar da saúde, capaz não apenas de tratar da saúde de um corpo humano doente, mas de um “estado doente” como apresentado nas palavras de Itami Campos.

Esse movimento influenciou a forma de atuar e produzir políticas públicas, pois, a maioria dos higienistas tomava por referência a ideia de que o atraso brasileiro em relação à Europa e outras nações desenvolvidas se davam devido a condições sociais como a de higiene. Segundo Silva: “No seu primeiro momento, a saúde pública no Brasil baseou-se em dois eixos de desenvolvimento: um preocupado com a higiene e outro voltado para as práticas eugênicas”. (2013, p. 225). A saúde pública no Brasil era uma novidade, pois, colocava em jogo a relação entre público e privado, as ações de saúde pública faziam com que o Estado interferisse diretamente na vida dos indivíduos, alterando não só os espaços, como também os corpos individuais. Sobre a atuação dos higienistas, acrescenta Júnior:

[...] Para eles, Higiene seria uma área de conhecimento da Biologia com o objetivo de melhorar a qualidade de vida humana, prevenir as doenças, aprimorar a saúde, descobrir cientificamente os melhores hábitos para a defesa da saúde individual e coletiva [...] Com essa autoridade, os médicos prescreveram novos hábitos sobre todas as condições que pudessem afetar, de algum modo, a saúde, ou seja, todas as atividades humanas - trabalho, escola, moradia, asseio corporal, moralidade. Se o país estava doente, cabia curá-lo, ou melhor, saneá-lo. (2002, p. 48) (grifo meu)

As políticas sanitaristas foram incorporadas às ações e, sobretudo, aos discursos tanto de governantes como de intelectuais da época, afetado sobremaneira por essas ideias, que eram antes de mais nada políticas de modernização do país, o que não diferente ocorre no discurso sobre a mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Seguindo essa linha de raciocínio estabelecida por essa visão higienista, a antiga capital é descrita como um lugar insalubre, de casas mal projetadas, suja e tomada por lixo, criando um antagonismo

estabelecendo uma relação de oposição entre as duas cidades que oscila entre a diminuição e a exaltação.

Ao continuar sua descrição sobre a antiga capital Lima de Figueiredo diz ainda: “podiam-se contar as casas dotadas de aparelho sanitários e do único chafariz existente, com má água, aliás, era retirado em potes o precioso elemento não só para beber, como para as necessidades domésticas” (Oeste, jul. 1944). Mais uma vez as condições de higiene ligadas à cidade de Goiás são utilizadas como argumento, para justificar, não mais a transferência, mas a consolidação da nova capital. E ainda completa o autor “Êsse centro urbano progrediu lentamente, e, de acôrdo, com a mentalidade coeva. Cada família tinha o “bobo”, um tipo aparvalhado imbecil ou cretino que destinava não só ao trabalho do despejo, como da condução da água” (Oeste, jul. 1944). Descreve Figueiredo ainda no final de sua fala um tipo comum encontrada na cidade que eram os chamados “bobos” que geralmente ficavam a cargo de ajudar nas tarefas domésticas, e aqui é colocado como mais um dos motivos para que de fato a capital não mais permanecesse na cidade de Goiás.

Temos aqui na figura do “bobo”, por exemplo, um apelo de ordem cultural, em que um tipo de individuo é utilizado para representar o todo de uma sociedade, é a tentativa de criar esteriótipos, como justificativa para uma ação. Ideia agora pautada na teoria eugenista também em voga na época. Sobre a teoria eugenista, Maciel (1999) afirma que ao procurar “melhorar a raça”, deveria “sanar” a sociedade de pessoas que apresentassem características consideradas indesejáveis (tais como doenças mentais). Sobre as ideias eugenistas no Brasil destaca a autora:

Criada no século XIX por Francis Galton, a eugenia é um conjunto de ideias e práticas relativas a um “melhoramento da raça humana” ou, como foi definida por um de seus seguidores, ao aprimoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo como base o estudo da hereditariedade... No Brasil ganhou vulto nas primeiras décadas da do século XX, pois seus pressupostos forneciam uma explicação para a situação do país (que seria de um “atraso”) e ao mesmo tempo, indicava o caminho para a superação dessa situação. (1999, p. 121).

Todas essas teorias, (darwinismo social, higienismo, eugenia, etc) ligadas à tentativa de utilizar a ciência como forma de legitimar ações, criava escalas e degradações entre nações, culturas e pessoas, gerou como resultado visões eurocêntricas, preconceituosas e racistas, tanto na intelectualidade, como nos governantes. Em complemento à fala de Lima de Figueiredo, temos o texto de Marília Palínia “Duas cidades” (Oeste, jul. 1943) em sua descrição entre a antiga e a nova capital do estado, a autora diz, “Goiáz e Goiânia. Duas cidades irmãs. Uma já velha, a outra começando a crescer, menina ainda. Tão diferentes ambas e ambas tão sedutoras na sua beleza diferente!” (Oeste, jul. 1943) Vejamos que as cidades são sempre postas em situação de oposição em que a cidade de Goiás é velha a outra ainda uma menina. Ou seja, uma estava no fim da vida, enquanto a outra estava no início, cheia de vitalidade e força. Continua a autora:

Goiáz poética e romanesca. Banhada de sol, encerrada na redoma de cristal de um céu de incrível pureza e aprisionada na moldura forte dos seus montes estranhamente verdes, tem, a-pesar-do seu colorido e da pujança de sua vegetação, um halo de saudade, envolvendo-a toda. (Oeste, jul. 1943)

Aqui novamente a antiga capital está diretamente ligada a um tempo de atraso, o oposto do ideal iluminista e racional que uma urbe deveria ter, sendo uma cidade aprisionada pelos seus montes, dentro de uma redoma, ou seja, é um lugar que não pode se expandir, progredir, sua geografia a limitava, pois, estava cercada por uma redoma física e mental, possui um halo de saudade, portanto, já fazia parte do passado. Continua a autora sobre a antiga capital:

É a cidade das tradições, dos que sabem sentir a alma do passado, dos que sabem ouvir-lhe a voz misteriosa, que ressoa naquelas ruas estreitas, forradas de pedras seculares, naquelas casinhas brancas e aconchegadas como tímidas velhinhas. É a cidade-violeta, é a cidade-saudade. (Oeste, jul. 1943)

Mais uma vez a antiga capital é descrita como o lugar da saudade, com uma descrição intimista e contrária àquilo que representa uma grande cidade, e assim como Lima de Figueiredo, localiza a antiga capital como sendo a cidade das tradições onde “as casas aconchegadas se assemelham às tímidas velhinhas”, todo

o argumento se pauta na aproximação da antiga capital a algo já superado, que tem seu valor ligado à saudade. Em contraposição a essa imagem criada sobre a antiga capital, vejamos o que a autora diz sobre a nova capital:

Goiânia, trêfega e buliçosa, côm de sangue, na virada gama do vermelho que sobe do seio acobreado para os telhados côm de brique, dourando as construções de estilo, a maioria em tons áuri-purpúreos, fala do futuro, fala da esperança. (*Oeste*, jul. 1943)

Observa-se que Goiânia é apresentada em total antagonismo à antiga capital, ela fala de futuro e esperança a cidade é um vir a ser, as suas cores são radiantes e cheias de vida, lembrando o dourado do ouro e das riquezas capazes de serem geradas e adquiridas, suas construções são de grande estilo, a arquitetura da cidade reflete o futuro e a esperança. E ainda continua “É a cidade dos nossos filhos a cidade dos largos horizontes e das largas possibilidades, num convite impetuoso e permanente à luta, na certeza que é ela o preço da vitória” (*Oeste*, jul. 1943). Mais uma vez o futuro é invocado como certificador da positividade da nova capital. Goiânia seria, assim, a cidade projetada para as gerações futuras, a projeção é um vir a ser, em que aquela geração não viria todos aqueles sonhos realizados e sim os seus filhos, Goiânia é uma aposta. Essa é uma característica marcante da narrativa utópica, o futuro entendido como salvação.

Sabemos, portanto, que esse discurso já estava sendo utilizado, durante muito tempo, principalmente por aqueles que eram a favor da transferência da capital, os chamados mudancistas. Sobre estes, Chaul complementa:

[...] O que andava nas cabeças e nas bocas era a disputa, entre os próprios revolucionários, pelo controle político do Estado. E uma antiga idéia, trazida lá dos séculos XVIII e XIX, ressurgia através da habilidade política do interventor: a mudança da capital. Tal estratégia de poder tomava conta da política goiana praticamente por toda a década de 1930 e estava na ordem do dia do Estado, seja no desejo silente do interior, seja no caldeirão efervescente da política de Goiás, ainda capital. (1999, p. 68)

Percebe-se assim, que o passado se faz presente em forma de discurso, como diz o autor, como “uma estratégia de poder”. O passado buscado nos séculos

anteriores, é utilizado como reforço para uma ideia que se quer implantar no presente, as justificativas utilizadas para a transferência da capital serão inúmeros, mas estarão pautadas, sobretudo, na justificativa de que a transferência era apenas o cumprimento de um dever já desde muito tempo desejado pelos goianos. Porém, nas palavras do próprio interventor Pedro Ludovico já no seu discurso na cerimônia de inauguração oficial de Goiânia, em 1942, ele revela:

Confesso, fazendo justiça à velha Goiás, que não foram motivos de ordem sanitária que pesaram no meu espírito para retirar-lhe a primazia de ser a metrópole goiana. É um centro urbano relativamente saudável [...] Causas de origem econômica, política e social influíram poderosamente” (TEIXEIRA, 1973, p. 192, apud, MACIEL, 2003, p. 5)

É possível, assim, observar nas palavras do próprio Pedro Ludovico a confirmação daquilo, que os estudos posteriores viriam a apontar, que são os usos de um discurso em função de um motivo central, aquele que o próprio idealizador da capital viria a justificar mesmo que de forma sutil, que era as questões de ordenamento político, social e econômico (CHAUL, 1997; ARRAIS, 2008). Segundo Meihy:

A utilização política da decadência e do atraso em vista da repetição constante e mecânica, monocórdica e conveniente, dos trabalhos feitos sempre em cima das mesmas fontes, é indicado que comodamente, depois da Revolução de 30, os políticos podem se valer da popularidade destes discursos para promover critérios de modernização conduzida por “novas” orientações. (1998 p. 129)

É possível observar, nessa crítica feita à historiografia sobre Goiás, que a aproximação mecânica da decadência e do atraso com a política da Velha República é utilizado como meio para a ideia de progresso ser fundamentada e consolidada nas mentes da sociedade goianiense. Talvez uma das críticas mais contundentes a esse modelo de interpretação envolvida pela ideia da decadência e do atraso tenha surgido com a tese⁴ desenvolvida por Chaul, que diferente das análises até então apreendidas sobre Goiás, tenta desconstruir esse modelo que perdurou no

⁴ Nars Fayad CHAUL. Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade. 3ª ed. Goiânia: Ed UFG, 2004.

imaginário social e afetou diretamente a historiografia sobre Goiás, nesse processo de desconstrução ele destaca:

Com auxílio desse artifício, utilizando os argumentos de decadência e atraso, os grupos em ascensão procurarão construir a idéia de modernidade, confrontando o velho com o novo, o atrasado com o moderno, o decadente com o próspero. Assim, Goiás não teria sido despertado pelo apito do trem e só viria acordar econômica e politicamente após 1930, quando então viveria a antítese de seu passado: **a modernidade, idéia salvacionista que vira tirar Goiás da decadência e do atraso**" (CHAUL, 1997.p.143).

Contudo um dos argumentos do autor, para desconstruir a tese do atraso, esta no ponto de vista econômico. Este questiona o atraso econômico do Estado mostrando que, do final do período da mineração paulatinamente a pecuária vem apresentando um crescimento tal, possibilitando o Estado sair do isolamento econômico em que se encontrava e estabelecendo bases estruturais para o crescimento e posterior ascensão da agricultura, por meio dos trilhos da estrada de ferro. Questionando o repetido argumento, utilizado, sobretudo, por aqueles que defendiam a construção de Goiânia, pois era através de sua construção que o estado romperia com a sua situação de atraso e decadência. O que percebemos ao longo dos textos aqui analisados sobre o período, é que essa visão perdurou por muito tempo, influenciando, a imprensa, literatura e sobremaneira a historiografia sobre Goiás e Goiânia. Sobre tal Carvalho, explica:

Não seria esta perspectiva exatamente aquela contida nos discursos dos idealizadores de Goiânia? Até que ponto esta não seria uma perspectiva ideológica legitimadora e justificadora das transformações desejáveis pelos partidários da nova capital? Não estaríamos assim como que escravos de nossas fontes? (2002, p. 157)

Esse questionamento desenvolvido por Carvalho nos aponta justamente para a direção a que conduzimos nossa análise, de uma correspondência temporal, entre essas perspectivas, que foram remontadas ao longo do tempo pela historiografia, o que na verdade produziu uma forma de reiterar aquilo que já se havia constituído como discurso, nos primeiros anos da capital e antes mesmo de

sua fundação. Contudo, acrescento que além de concordar com o autor sobre a reflexão a respeito da “escravidão das fontes”, pois é justamente na demonstração de fontes que produzem uma imagem de Goiânia diferente da produzida numa visão ufanista, contrapondo-a a uma imagem realista, que este trabalho se baseia. Porém, creio não serem apenas as fontes o que limita a análise, mas, sobretudo, uma concepção de análise do social que ainda está carregada de um certo ufanismo e idealização, que influenciou gerações.

Contudo é importante destacar que independente do grau de idealização, presente nas narrativas sobre Goiânia, seu sentido foi constituído a partir de tais. Assim, a revista *Oeste* e a imprensa no geral, bem como a literatura, tiveram papel preponderante nesse processo. Nesse cenário a revista *Oeste* se torna lugar tanto da construção de uma memória histórica, como demonstrado nos outros textos, recuperando elementos, tais como os bandeirantes e o sertanejo, bem como sobre a cidade de Goiás, a antiga capital. Portanto, independente da qualidade ou o peso ideológico existente na revista, essa possuiu papel fundamental, construindo uma narrativa que produziu sentido e contribui para a constituição de uma identidade para a cidade de Goiânia. Todo esse ambiente contribuiu para a formação de uma cultura histórica que foi fortemente influenciada por essas ideias, fazendo com que esse tipo de pensamento fosse reproduzido principalmente via historiografia.

1.3 A narrativa utópica na literatura

Valho-me de acrescentar aqui um tópico que trate sobre a literatura no período, pois mesmo sabendo como já fora justificado, que as publicações literárias no estado eram bastante escassas, principalmente devido à falta de incentivo para publicações, não há como deixar de abordá-la. Pois, ela também de alguma forma, influenciou e serviu de sustentáculo para toda uma geração de cronistas, jornalistas e historiadores. É antes necessário também dizer que devido à extensão dessas obras elas, não foram analisadas por inteiro, onde, utilizo principalmente a análise de outros pesquisadores, para assim construir a minha. Ressalto também que não é intuito analisá-las de forma pormenorizada, e sim, encontrar os elementos, que as localiza dentro de uma narrativa utópica sobre a cidade de Goiânia.

1.3.1 Como Nasceu Goiânia

No caso da narrativa utópica sobre Goiânia, talvez essa tenha sido inaugurada justamente no livro de Ofélia Sócrates do Nascimento *Como nasceu Goiânia*, publicado em 1938, o que nos faz retroceder um pouco para além do recorte temporal aqui estabelecido década de 1940, devido à importância dessa obra para a compreensão de Goiânia nos anos seguintes.

Contudo, antes mesmo de falarmos sobre a autora é necessário destacar que sua obra inaugura a produção de uma narrativa histórica sobre Goiânia, contribuindo significativamente para a produção e afirmação de uma cultura histórica no estado que perdura até os nossos dias (NOÉ, ARRAIS, 2014). Ofélia Sócrates do Nascimento nasceu no ano de 1900, na cidade do Rio de Janeiro, teve durante toda a sua vida, laços estreitos com os grupos oligárquicos dirigentes na Cidade de Goiás, e, posteriormente, em Goiânia, quando a capital foi transferida. Sua formação em Pedagogia se deu na Escola Normal de São Paulo, onde se diplomou em 1918. Retornou a Goiás e foi nomeada professora do Grupo Escolar da Capital, a partir de 1922. Ao longo dos anos, passou a associar docência, direção de escola e formação de professores. Segundo Ribeiro (2013) além do referido livro, a autora produziu a primeira obra sobre história de Goiás para fins didáticos para uso no curso primário, o trabalho foi publicado em 1934 e adotada pelo governo do Estado para toda a rede de ensino. Demonstrando a estreita relação da autora com a produção escrita sobre Goiás e Goiânia e o ensino de história.

É considerada pelos estudiosos do assunto a primeira narrativa histórica sobre Goiânia. Localizo a escrita de Ofélia numa fronteira, pois não pode ser identificada como uma obra historiográfica, apesar de que ela se utiliza de métodos próprio aos historiados, ela busca fundamentar sua narrativa em documentos oficiais, mas devido às características abaixo apresentadas a entendo como uma obra literária memorialista. Sobre esse assunto nos diz Oliveira:

Dizer que este livro é uma obra histórica (não no sentido acadêmico que pressupõe uma vinculação a uma matriz teórica e uma metodologia de pesquisa rigorosa, mas no sentido de ter como objeto algum aspecto do passado humano) é uma afirmação questionável em muitos aspectos. O principal deles é que a grande maioria das citações referem-se aos anos 1935, 1936, e 1937 – o livro foi publicado em 1938; desse modo a autora preocupava-se em registrar para a posteridade fatos contemporâneos. (1999 p. 168)

É mediante e embasado em tais análises, que a obra produzida por Ofélia será aqui trabalhada, utilizando o termo de Oliveira (1999) como um “museu escrito”, pois a forma como a obra é organizada, nos leva a mesma conclusão que Oliveira, entendendo que a obra foi produzida muito mais com a preocupação em registrar para a posteridade fatos contemporâneos, que propriamente oferecer uma crítica documental, onde seu valor está mais na capacidade organizacional e de síntese, que na análise. Assim, apesar de não ser historiadora de ofício, em seu trabalho ela compilou vários documentos sobre os primeiros anos da nova capital, abordando temas como a construção de Goiânia, a polêmica em torno da transferência da capital da cidade de Goiás para Goiânia, dentre outros temas ligados à nova capital, como o primeiro carnaval, o primeiro registro de nascimento, dentre outros. Valendo lembrar que sua postura durante toda a trama é sempre de apoio às ideias mudancistas.

Sua narrativa se constitui em um concatenar de fatos, sem que estes sejam analisados criticamente. Portanto, sua atitude perante a documentação pretende ser de neutralidade. Segundo Arrais (2008, p. 96),

a autora narra os acontecimentos a partir da concatenação dos documentos, construindo assim um **regime de historicidade sustentado pelo ideal político de progresso e por uma reelaboração peculiar da relação entre passado e presente**. Depois, dentro deste regime de historicidade, será dada ênfase ao seu entendimento como novidade, a partir de dois marcos explicativos que reconstruíram o processo histórico e moldaram a memória social sobre a construção da nova capital: a idealização da revolução de 1930 e a mitificação da figura do interventor federal Pedro Ludovico Teixeira[...] É dela que surgirá uma representação do tempo histórico e da própria história de Goiás que cristalizará uma interpretação do passado baseada na dicotomia entre dois tempos e, portanto, dois mundos.

Falamos que sua obra inaugura essa visão utópica sobre Goiânia, pois está sustentada nesse novo regime de historicidade pelo qual Arrais (2008) identifica, que é sustentado pelo ideal do progresso. Para isso “cria mundos” antes atrelados à tradição e que agora rompem com essa ideia de tempo, o presente não é mais apenas continuidade do passado, o presente é o lugar onde se rompe com o

passado e se vislumbra um futuro novo e cheio de esperança. Assim, sua visão utópica pode ser identificada logo no preâmbulo do livro com o poema, Goiânia, segundo Nascimento (1938, apud, ARRAIS, 2008, p. 98-99):

Goiânia verde de amplos horizontes.

Goiânia verde dos buritisais,
Ai, quem me dera o verde de teus montes,
Dentro em minh'alma pr'a estancar meus ais!

Goiânia azul, no longe azul tão raro
Das matas que te cercam, adormecida;
Quem me dera este céu azul e claro,
Dentro em minh'alma na manhã da vida!

Que teu seio vermelho, cor de sangue,
-Terra nutriz de gloria resplendente -
**Dê vida e força a quem cansado, exangue,
Venha a beber tua seiva onipotente.**

Nesga feliz, ideal, perturbadora,
Beijo de luz em plena primavera,
Goiânia linda, terra encantadora
Das morenas mais lindas do Anhanguera.
Cidade do presente e do futuro,
Prodígio de grandeza senhoril,
Ensina-me a ser justo e a ser puro,
CORAÇÃO DE GOIAZ E DO BRASIL.

Nesse poema produzido pela autora, além de todas as demais ideias distribuídas ao longo da sua narrativa que permeiam todo o texto, é possível identificar que mesmo quando tratando da realidade, como fatos ocorridos na cidade. Ela trata essa realidade de forma utópica. E no caso desse poema é possível observar nas palavras da autora essa visão da nova capital, como sendo o lugar onde se pode aprender a ser justo, lugar não só do presente, mas do futuro, projeção rumo ao futuro, lugar das oportunidades, que acolhe aquele que está cansado, que estanca as dores os “ais”, lugar em que a natureza mesmo que exuberante está sob o controle humano, sob o domínio da técnica. Em outro trecho do texto assim diz Ofélia sobre Goiânia e o feito da capital:

Enfim raiou o dia 24 de outubro de 1933, o maior e mais festivo dia que o Estado de Goiaz já teve em sua história. Nessa histórica manhã, nos altiplanos de Campinas, foi lançada a primeira pedra da cidade que irá roubar à poética cidade de Goiaz a sua coroa de rainha. E os goianos de vários pontos do Estado, assistiram,

entusiasmados, ao nascimento de Goiânia, a chave do progresso e da glória de Goyaz. Monteiro (1938 p.86, apud, Oliveira, 1999, p. 168).

A autora trata os fatos ocorridos na cidade sempre a partir de uma visão otimista e de certa forma propagandiosa sobre a nova capital, Goiânia é colocada como “a chave do progresso e da glória”, ou seja, sem a nova cidade, seria no dizer da autora impossível que o estado avançasse. Colocando o dia do lançamento da pedra fundamental como o dia mais importante da história de Goiás, demonstrando que a sua visão de história é a dos grandes feitos, em que na história merece lugar apenas os fatos por ela tidos como relevantes (a história de reis e rainhas, a história dos vencedores), talvez por isso ela se interessasse tanto pela figura de Pedro Ludovico. É nesse sentido que podemos dizer que a obra de Ofélia inaugura uma forma de pensar e analisar Goiânia, que irá influenciar e se disseminar por tantos outros trabalhos e obras.

1.3.2 Goiânia Metrópole do Oeste

Nessa obra produzida por Castro Costa, podemos identificar elementos semelhantes aos presentes na obra de Ofélia. Podemos dizer que Costa, assim como tantos outros, seguem os passos de Ofélia. Não porque, puro e simplesmente seguiam os seus passos, mas, sobretudo, porque era a forma de lidar com o mundo e a noção de tempo predominante no período. É o tempo das utopias, segundo Baczkó:

Uma vez instalado como regime do imaginário social, o paradigma utópico adquire ao mesmo tempo uma inércia e um dinamismo. **Pela força da imitação, as narrativas utópicas multiplicam-se e constituem por si sós uma longa série”. À medida que o número de textos utópicos aumenta, uma singular afinidade une as utopias às estruturas mentais e às idéias mestras da época.** As fronteiras das utopias tornam-se tanto mais móveis quanto mais abarcam a dinâmica social e cultural. Oferecem estruturas de acolhimento às esperanças colectivas em busca de uma ideia moral e social, intervindo assim como agente activo que contribui para a **cristalização de sonhos confusos.** (1985, p. 346) (grifo meu)

As narrativas utópicas multiplicam-se em determinados momentos, e o que observamos ao analisar tanto os textos de jornais, revistas e também no texto literário, é esse momento de multiplicação. Baczko acrescenta: “A utopia mantém, pois, relações múltiplas e complexas com as ideias filosóficas, as letras, os movimentos sociais, as correntes ideológicas, o simbolismo e o imaginário colectivos”. (1985, p. 346). As obras foram fortemente influenciadas por essa visão utópica, que instaura, sobretudo, quando se deseja fortemente uma mudança. Não podemos afirmar que esse desejo esteja presente de forma generalizada na sociedade do período aqui analisado, contudo, é importante considerar o que Baczko salienta sobre a união da utopias às ideias mestras e estruturas mentais de uma época. Sendo propulsora de cristalização de sonhos e ideais confusos.

Gerson de Castro Costa, nasceu na cidade de Trindade no dia 2 de agosto de 1917. No ano de 1932, transferiu-se para a antiga capital do Estado, onde fez o curso secundário. Formou-se em Direito, pela Faculdade de Direito de Goiás, em 1946, em Goiânia. Em 1939, em Goiânia, juntamente com Waldemar Gomes de Melo, Édson Hermano de Brito e José Augusto Pereira Zeka, fundou o jornal Folha de Goyaz que, mais tarde, passaria a integrar o complexo dos Diários Associados. Colaborou com os seguintes jornais: A Coligação, Voz do Sul e Correio da Manhã, este último, do Rio de Janeiro. Foi diretor da revista *Oeste* e sócio da Associação Goiana de Imprensa e da União Brasileira de Escritores de Goiás. Em 1938, foi escolhido pelo então Interventor do Estado, Pedro Ludovico Teixeira, para ocupar o cargo de Secretário da Fazenda.

É importante lembrar inicialmente que essa obra foi produzida para concorrer ao concurso realizado pela Academia Goiana de Letras no ano de 1942, para promover o Batismo Cultural e a inauguração oficial de Goiânia. É de se destacar, portanto, que o texto já nasce sob a influência de ser um livro para promover e propagandar a nova capital é escrito com um direcionamento específico. Segundo Oliveira: “O livro *Goiânia, Metrópole do Oeste* pode ser visto como uma síntese do livro de Monteiro, acrescido de alguns acontecimentos posteriores a 1938 [...]” (1999, p. 170). Assim, muito semelhante ao texto de Ofélia, Castro Costa faz de forma sucinta em relação ao que é feito em *Como nasceu Goiânia*, porém, traz em suas linhas a mesma descrição dos acontecimentos

referentes à cidade, desde a ideia da transferência da capital, à efetivação da transferência, relatando, sobre a primeira missa realizada na cidade, o lançamento da pedra fundamental, os primeiros edifícios construídos, o primeiro casamento e o primeiro jornal. Produzindo uma narrativa rica em detalhes, mas sem críticas.

Sua escrita se dá aos moldes da exigência do concurso, que eram as de que, “Sob feição literária e amena, deve ser tratado o aspecto da mudança *tal como se deu* através de seus diversos episódios, afastando-se do caráter de compilação ou coletânea de decretos de natureza unicamente histórica” (COSTA, 1985, p. 07 apud OLIVEIRA, 1999, p.170). Esse termo “a mudança tal como se deu” nos lembra a frase ligada à história aos moldes positivista em que cabe à história produzir a “historia tal qual como de fato aconteceu” e sem dúvidas essa era a atmosfera do momento, e que era a exigência estabelecida pelo concurso para se escrever sobre Goiânia, agora o contraditório, é que a escrita deveria ser de “feição literária e amena” então era na verdade o desejo de uma literatura forjada. O que nos é importante pensar como essa representação sobre Goiânia foi sendo constituída no período aqui estudado. Tanto para a geração de leitores do período, bem como para a influência que esta teve nas interpretações futuras sobre a cidade e o seu passado.

Assim, o autor constrói em seu livro a imagem de uma cidade moderna, planejada, civilizada e com um futuro inédito e brilhante, aonde o progresso e a técnica dos especialistas iriam imperar. O próprio título do livro retrata essa visão do autor, “*Goiânia metrópole do Oeste*”, mas a pergunta é, como falar de metrópole naquele período?, Goiânia ainda era na visão de Oliveira (1999) uma província. O que se detecta no livro é, portanto, visão otimista e idealizada da cidade, que se transforma no grande símbolo de progresso em Goiás. Nessa literatura memorialista, assim como nos jornais e revistas, pouco se é revelado das contradições presente na realidade da cidade, pois toda essa escrita estava impregnada, para além de desejos e utopias, que se transformaram em ideologia. Advinda principalmente de um enraizamento ainda paternalista e bastante tradicionalista visto não apenas como prática política, mas também como prática social e cultural em Goiás nos 1940. Para além dessas questões ainda temos as relativas ao controle de imprensa

imposto pelo Departamento de Imprensa e Propaganda e os diferentes interesses políticos e econômicos do período.

1.4 A narrativa utópica nos jornais

Assim como na revista *Oeste* e no jornal *O Popular*, outros meios de comunicação também produziram imagens e olhares sobre Goiânia, encontrá-los nos arquivos não foi tarefa fácil. Porém, foi possível encontrar alguns exemplares, principalmente aqueles que não desalinham desse discurso utópico e idealista, que dominava a imprensa e os meios de comunicação no período.

1.4.1 Venha para Goiânia

As cidades em si, exercem por suas características imanentes, uma sinergia no indivíduo, sobretudo, pela sua principal característica, que é a de nela poder se tornar um “indivíduo autônomo”, aos moldes iluministas, em suas diferentes articulações – autonomia política, econômica, e cultural, (ROUANET, 1997). A cidade se torna, portanto, o lugar da “civildade”, do progresso e domínio da técnica do homem sobre a natureza. Mas também pode se tornar o revés de tudo isso. Contudo, na narrativa utópica ideologizada, contaminada por um viés tecnicista e utilitarista, não existe espaço para tais questionamentos, ou possibilidades, o que se propaga enquanto informação é apenas uma de suas possíveis faces. Segundo Moysés: “A cidade é o lugar das decisões políticas e econômicas, o que lhes conferem funções mais complexas. “As luzes” da cidade encantam e atraem. Por consequência as cidades crescem”. (2004, p. 59). O autor nos demonstra em suas palavras essa capacidade sedutora da cidade, de por si só atrair, e temos somado a essa sedução, toda uma disseminação de ideias, bem como propagandas que atraem as pessoas para as cidades. Para exemplificar nossa caracterização, vejamos como a nova capital foi divulgada no intuito de vendas de lotes pela imprensa local, disseminando a ideia de progresso e de garantia de futuro, para aqueles que viessem a investir seus recursos na nova capital, caracterizada como lugar de se adquirir riquezas:

A maneira MAIS acertada de se garantir o futuro da
 família, é adquirir imóveis em local onde o desenvol-
 vimento econômico esteja em franco progresso



- Goiânia -

É a cidade indicada para esse fim pelas seguintes razões:

- 1.0 É a mais nova capital do Brasil.
- 2.0 Foi Construída sobre os mais modernos projetos urbanísticos
- 3.0 Está colocada dentro da zona de maior produção agrícola do Estado e uma das maiores do Brasil
- 4.0 Situa-se muito próxima da zona destinada à futura capital da República
- 5.0 Até fevereiro do próximo ano deverá chegar em Goiânia a ponta dos trilhos da Estrada de Ferro Goiás
- 6.0 Está ligada ao Rio, Belo Horizonte, São Paulo e Belém, pelas seguintes Linhas Aéreas: Vasp, Aerovias, Panair, Viabrás, Central Aérea e Tasa, sendo que alguma destas companhias fazem escala diariamente em Goiânia.

SETOR CAMPINAS DE GOIANIA
VILA COIMBRA
 Lotes mais baratos e de maior valorização - Vendas a prestações
COIMBRA BUENO & CIA LTDA.
"CONSTRUTORES DE GOIANIA"
 RUA 2 N.º 10 - FONE 1393

Figura 2. Matéria de propaganda de venda de lotes em Goiânia.
 Fonte: jornal *Do povo* 01 de fev. 1945

O Interessante de pensar e analisar nessas propagandas feitas sobre Goiânia, presente principalmente nos meios de comunicação, é que de fato podemos dizer que elas foram efetivas e atingiram seus objetivos, pois logo nos primeiros anos houve um grande crescimento populacional na cidade, superando principalmente as expectativas de seus idealizadores. Como demonstra a tabela abaixo o crescimento populacional de Goiânia em seus primeiros anos se deu de maneira vertiginosa.

Ano	População/habitantes	Observações
1933	14.300	Fundação da cidade
1935	14.807	Instalação do município
1937	22.000	Mudança definitiva
1940	48.166	Recenseamento
1942	51.000	Batismo Cultural
1945	52.000	Estimativa (IBGE)
1950	53.389	Recenseamento
1955	74.781	Estimativa (IBGE)
1960	153.505	Recenseamento

Tabela 1: Dados da população de Goiânia nos primeiros anos.

Fonte: (SABINO, 1980 p. 44 apud MENEZES, 2012, p. 44)

Os dados apresentados referentes à população de Goiânia demonstram que a nova capital já registrava no ano de sua inauguração oficial em 1942, um crescimento populacional que foi capaz de superar a quantidade estimada planejamento inicial para a cidade que era de 50 mil habitantes. Desse quantitativo presente na cidade a maioria vivia no perímetro urbano. Contudo, até o final da década de 1940, apesar de exceder aquilo que se previa no planejamento inicial, Goiânia experimentou um crescimento considerado moderado para uma capital recém construída. Principalmente se levando em conta que a venda e parcelamento dos lotes era realizado pelo Estado. No entanto, o crescimento demográfico aumentou consideravelmente devido a uma gama de fatores, dentre eles a aprovação do código de obras regido pela Lei n. 574 de 1947. E que foi alterada em 1950 pelo decreto n. 16 de julho de 1950, liberando os loteamentos de qualquer infraestrutura o que produziu uma proliferação de novos loteamentos na cidade. Contudo, outros fatores devem ser levados em consideração, tais como a chegada da estrada de ferro em 1951, a inauguração da Usina do Rochedo em 1955 e a construção de Brasília a partir de 1956. Fazendo com que em 1960, Goiânia já contasse com mais de 150 mil habitantes. Se observarmos na edição de Folha de Goyaz, que será apresentada a seguir, conseguiremos identificar os mesmos princípios e argumentos de divulgação existentes na imagem anterior, que havia sido publicado quatro antes, da veiculada abaixo:

GANHE UMA FORTUNA

Comprando lotes de terras do Estado de Goiás, na sua nova capital, **Goiânia**

OS SNRS.

Alvares & Machado
Delegados Regionais para vendas de Terrenos acabam de receber do Escritório Central novas listas com — ótimos LOTES. —

TERRENOS DESDE CR\$2.000,00
Em 30 prestações.
Setores **SUL E OESTE**

Figura 3. Matéria de propaganda de venda de lotes em Goiânia.
Fonte: Jornal *Folha de Goyaz*, 01 de abr. 1941.

A cidade é, portanto, apresentada por meio da imprensa como o lugar de se ganhar fortuna, como já mencionado essa ideia da fortuna é somada a toda as outras características já citadas sobre a cidade, que atraem as pessoas e que nelas desejam viver. Porém, existe outro ponto importante a ser destacado. Essa disseminação também ocorre, sobretudo, pelo desejo do Estado de dar à cidade maior densidade demográfica, pois esse eram um dos critérios para uma cidade ser considerada moderna, ter um grande número de pessoas ser uma verdadeira urbe, bem como esse adensamento gerava impostos e rendas para os cofres públicos, por isso o investimento maciço em propaganda no período. Sobre tal questão Freitas (1999, p. 263) explica: “Urgia chamar a atenção da grande imprensa para a nova

cidade que erguia no Planalto Central. Correspondências “até fantasiosas” eram enviadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Estado (DEIPE) para jornais de tiragem nacional”. Foi sem dúvidas a partir desse tipo de ação que não só planejamento urbano foi sendo desconfigurado, bem como a utopia foi se transformando em uma realidade bem diferente daquela disseminada nas propagandas. Sobre essa questão relativa às propagandas fantasiosas, em entrevista transcrita no livro de memórias de José Mendonça Teles *Memórias Goianienses* Paulo Augusto de Figueiredo, morador de Goiânia em seus anos iniciais e personalidade influente na sociedade goianiense, declara a seguinte situação:

Lavoura e comércio era, também, como que um jornal semioficial do estado de Goiás. Publicava muita matéria sobre esse Estado, inclusive matéria oficial, paga, do governo, principalmente sobre Goiânia. E o que vinha da metrópole, remetido por Câmara Filho, era simplesmente fantástico. Falava-se em verdadeiro Eldorado. Era um Brasil desconhecido que estava nascendo no Planalto. Havia ouro e diamante pelas ruas, a terra dava tudo, os animais eram fabulosos. Até um King Kong tinha aparecido lá pelo Araguaia, conforme mandara dizer Câmara Filho. (FIGUEIREDO apud TELES, 2012, p. 203).

Nesse tipo de depoimento, é possível observar a forma como uma propaganda tendenciosa e muitas vezes fantasiosa foi produzida pela imprensa, demonstrando-nos que uma imagem não só idealizada como corrompida foi produzida sobre a nova capital. Tendo esse tipo de propaganda objetivos bem definidos, produzir uma imagem positiva e ufanista, a fim de atrair compradores de terrenos e investidores para a nova capital. Ainda sobre a propaganda produzida sobre Goiânia, observemos matéria do jornal *O Popular*, de autoria desconhecida, intitulada: *com vistas à população de Goiânia* em que assim é relatado a relação entre a cidade e a propaganda feita sobre ela:

Goiânia como tem sido proclamada, deve a maior parte de seu progresso à propaganda, que se fez em torno dela até a poucos anos atrás. Foi essa propaganda que atraiu para esta cidade goianos de todas as partes do Estado, filhos de todos os recantos do país, e que aqui se estabeleceram para, com seu labor abençoado e construtivo, realizar esse soberbo empreendimento que aí vemos. Na luta interminável pela vida quase todos que para cá vieram, prosperaram e, hoje, se julgam felizes, porque **Goiânia**

descortinando-lhes o horizonte de uma vida nova, ofereceu por outro lado, a cada um, imensas e promissoras possibilidades de trabalho, progresso e enriquecimento. (O Popular, 03 de nov. 1947) (grifo meu)

Nessa matéria podemos identificar importantes questões referentes à nova capital, segundo o argumento do autor o progresso da cidade se deu devido à propaganda feita em torno de sua imagem. Foi devido a essa propaganda que pessoas de todo o Estado e diversas partes do país vieram para a cidade. A cidade é retrata em suas palavras como sendo o lugar de progresso e enriquecimento, em que quase todas as pessoas que para a cidade vieram se encontram felizes. A cidade aparece em sua fala como um lugar homogêneo, sem contradições e em perfeita harmonia. A leitura de outros textos e narrativas nos possibilitarão confrontar esses dados com leituras mais realistas sobre a cidade. Pois em nenhum momento ele noticia os problemas e dificuldades encontrados por aqueles que vieram para a cidade.

Essa relação entre as diferentes imagens produzidas sobre a cidade de Goiânia pela imprensa e a literatura, serão melhor desenvolvidas no segundo capítulo aonde iremos trabalhar as narrativas que tratam a cidade de forma realista, possibilitando-nos ter contato com uma imagem da cidade bem diferente dessa produzida pelas narrativas utópicas. Contudo, no tópico seguinte já serão esboçadas essa transformação da utopia e idealização em ideologização e especulação.

1.5 Quando a utopia se transforma em ideologia

Como observado nos textos anteriormente analisados, é possível dizer que tanto a fundação de Goiânia, bem como a sua consolidação, foi fortemente influenciada pelas ideias utópicas. Porém, é importante destacar antes mesmo de encaminhar esse tópico em que pretendemos analisar a utopia, quando essa se transforma em ideologia, que, entretanto, entendemos a utopia como algo inerente ao ser humano e que em determinados momentos esta se potencializa, e que seguindo as idéias de Carvalho (1995), essa é responsável por muitas realizações. Para Palacín: “afinal não custa nada sonhar. E é um exercício para a saúde psíquica tanto do individuo como da sociedade” (1986, p.81). Portanto, a intenção aqui é

demonstrar essa ideologia produzida a partir das visões utópicas, mas sem, contudo, deixar de observar a capacidade realizadora que essa possui. Nas palavras de Eduardo Galeano:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar". (apud ANDRIOLI, 2006, p. 1)

Partilhando, portanto, da ideia que a utopia humana é essa imaginação capaz de produzir sentido e impulsionar o homem a realizar aquilo que projeta e sonha. E que essa, enquanto capaz de produzir sonhos e ideais, faz o homem caminhar e avançar, sendo que de certa forma nem sempre a alcance plenamente, mas que, contudo, é capaz de fazer com que o homem não deixe caminhar. A utopia é assim capaz, de alterar a realidade, e o homem em busca de se orientar e desejar o seu futuro a constrói. A questão aqui levantada é quando essa utopia é ideologizada, corrompida e no caso da utopia produzida sobre Goiânia, teremos como produto uma ideologia do progresso. Sobre tal questão nos explica Maciel:

A dialética entre os impulsos liberadores e os impulsos controladores também se apresentam em outro fenômeno presente na modernidade, que é a **transformação da utopia em ideologia**. A utopia da aceleração do tempo histórico, do alargamento do horizonte de expectativas e da compreensão do espaço como experiência, que permite vivenciar o presente em função de um futuro sempre mais vasto e iluminado pelo progresso científico e tecnológico, torna-se ideologia do progresso (Falcon, 1993). (1997, p.60).

Desta forma é possível compreender que esse alargamento do espaço de experiência em relação ao horizonte de expectativa, quando instrumentalizado pela ideia do progresso inexorável, se torna ideologia. E podemos observar justamente esse tipo de instrumentalização encontrado de forma recorrente tanto na imprensa como entre intelectuais e políticos da época, que se utilizavam da ideia de um progresso que avança sempre para o melhor. O progresso se torna nessa lógica um mito. Produzindo na verdade alienação que é justamente o revés, a “armadilha” do

pensamento moderno que ao procurar se libertar das amarras do tradicionalismo e do atraso se vê corrompido por uma ideologia que o mantém no tradicional transfigurado de moderno. Transfiguração que ocorre, sobretudo, pelas realizações produzidas pela ciência e a técnica. Que trás sempre materialmente essa sensação de caminharmos para um mundo melhor, a marcha do progresso.

Essa visão do progresso como objetivo último das realizações humanas, faz com que os fins justifiquem os meios, em que além do futuro ganhar um grau de relevância e positividade máxima em relação ao presente e, sobretudo, ao passado. A crença no progresso produz um sentido histórico, em que o futuro será sempre melhor. Assim, podemos dizer que a reconstituição histórica apresentada sobre Goiânia, foi totalmente afetada pela ideia de progresso que dominava a época. Sobre tal nos aponta Koselleck:

O objetivo de uma perfeição possível, que antes só podia ser alcançado no além, foi posto a serviço de um melhoramento da existência terrena, que permitiu que a doutrina dos últimos fins fosse ultrapassada, assumindo-se o risco de um futuro aberto. Por último, o objetivo da perfeição foi temporalizado, primeiramente por Leibniz, e trazido para o nível do acontecer mundano: *progressus est in infinitum perfectionis* [o progresso é para a perfeição infinita]. (2006, p. 316)

Entrar na via do progresso significava, pois, encaminhar-se pela via da busca infinita pela perfeição. Portanto, Goiânia se tornava o símbolo dessa busca, e toda a sustentação discursiva, se pauta nessa argumentação, em que o futuro não apenas será diferente, ele será melhor. Essa valorização exacerbada do futuro é a característica marcante dos tempos modernos, é, pois, a substituição da visão cristã de mundo de um paraíso conquistado com as obras terrenas, mas vivido no paraíso celestial. O que esse novo regime de historicidade traz em si, é a possibilidade de um paraíso terreno, possível de ser conquistado através da técnica e da racionalidade moderna. O futuro aparece assim como algo “positivo”, “bom” que virá a acontecer, é uma projeção da inquietude do homem no presente.

Portanto, a apropriação ou transformação da utopia em ideologia foi característica marcante desse período em que estamos a analisar sobre Goiânia. Nas palavras de Carvalho:

É verdade que, ao final do século XX, assistimos ao fim gradual da crença da irreversibilidade e no caráter benéfico absoluto do progresso econômico/ material, científico e técnico: não ao fim do progresso, mas ao fim da religião do progresso, da crença no progresso. Não é comum se atribuir atualmente à história um sentido, uma direção. **Creio, sem embargo, que num universo mental, dos que idealizaram Goiânia, a visão de progresso não havia passado, todavia, por essa transformação**, ao contrário, a conjuntura nacional, através da política de Getúlio Vargas facilitava e estimulava uma visão de progresso como finalidade e objetivo último das realizações humanas, atribuindo à história a significação do progresso burguês. (1995, p. 175-176) (grifo meu)

Essa significação do progresso burguês crente nos benefícios infalíveis no progresso, não só ideologizou a utopia como a potencializou, toda uma atmosfera de otimismo e crença em que a técnica e no progresso material são observáveis tanto nas narrativas da imprensa e da literatura em geral, bem como nos discursos políticos da época. Esses últimos se utilizaram sobremaneira de tais ideias.

Em relação a um contra-discurso, ou resistência a esse processo de controle ideológico e massificação de ideias, ele é identificado como sendo feito, segundo Oliveira: “mais pelas pessoas comuns que o fundamentam na tradição oral, raras vezes, é encontrado de forma cristalizada, isto é, na forma de um enunciado escrito e sim de enunciados verbais” (1999, p.125). Essa observação nos leva a conclusão de que nas narrativas escritas, como por exemplo, na imprensa, pouco se pode observar, seja pelo controle que existia pelo órgãos de controle como o DEIP, ou seja, pela própria atmosfera ideológica que influenciava uma geração. Encontrar um contra-discurso efetivo, só mesmo em relação à transferência da capital da cidade Goiás para Goiânia, contudo, como demonstramos em tópico anterior. O contra-discurso estava na questão pura e simplesmente da mudança que envolvia a questão política e de poder e não de efetivo embate de ideias, no que concerne à uma crítica ao progressismo e desenvolvimentismo, ou coisa similar.

Assim, é possível compreender que a ideologização dessa utopia se constitui principalmente, pela disseminação de uma visão especulativa sobre a cidade, que foi em muitas vezes como observado, sendo criada através de propagandas enganosas. Bem como a ideia utilitarista da cidade, quando se pensa em vender lotes para arrecadação não se está pensando nas consequências

futuras, apenas no retorno financeiro garantido pelas vendas. Bem como, quando se pensa em aumentar a densidade demográfica não se está pensando nos problemas sociais que esse pode acarretar, tais como inchaço populacional, precarização das condições de higiene e saúde e outros. Esses são só alguns dos diversos pontos que podemos demonstra da ideologização sobre Goiânia.

Essas narrativas contribuíram assim, sobremaneira, para essa ideologização e corrupção de uma utopia desejosa de um lugar, uma sociedade, justa e feliz. As narrativas realistas apresentadas no próximo capítulo, ao contrário, nos aproximaram dos fatores desencadeantes dessa forma que se constituiu e se pensou a cidade. Através delas poderemos nos aproximar de uma imagem diferente, e na maioria das vezes oposta a essa produzida pela narrativa utópica. Contudo, não podemos tomar por parte uma visão que adote as narrativas que vamos apresentar no próximo capítulo, como sendo aquelas que falam de uma verdade sobre Goiânia. E sim entender que tanto as narrativas utópicas como as realistas produziram diferentes imagens e significados sobre a cidade.

CAPÍTULO II

AS NARRATIVAS REALISTAS

Para iniciarmos este capítulo em que pretendemos analisar as narrativas realistas produzidas sobre a cidade de Goiânia ao longo da década de 1940, devemos antes entender melhor o que são narrativas realistas. Para tanto, é oportuno dizer que o Realismo é um estilo de escrita ou expressão artística e está presente em diferentes campos do saber, tais como a literatura, filosofia, artes, historiografia e outros. Enquanto movimento e escola, o Realismo surge primeiramente na França no século XIX e se espalha por toda a Europa, principalmente como forma de oposição ao Romantismo, pois sua produção deveria ser engajada e de compromisso com a realidade (PELLEGRINI, 2012). Sobre o Realismo, Nicola afirma:

O Realismo reflete as profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais da segunda metade do século XIX [...] O capitalismo se estrutura em moldes modernos, com o surgimento de grandes complexos industriais; por outro lado, a massa operária urbana avoluma-se, formando uma população de marginalizados que não partilha dos benefícios gerados pelo progresso industrial mas, pelo contrário, é explorada e sujeita a condições sub-humanas de trabalho. (1988, p. 95)

O Realismo, nesse contexto, surge como forma de produzir uma maior acuidade possível aos processos sociais, motivado pela questão das desigualdades produzidas na sociedade, com advento dos processos industriais e de urbanização das cidades. Tentando criar a partir desse olhar, um quadro mais fiel possível da realidade, afim de que não ocorram as distorções da realidade produzidas principalmente pelas ideologias hegemônicas. É uma tentativa de fugir das idealizações que mascaram a realidade, por isso tamanha descrição densa e profunda da realidade.

Nas palavras do escritor Eça de Queiroz: “O Realismo é uma reação contra o Romantismo: o Romantismo era a apoteose do sentimento; - o Realismo é a anatomia do caráter. É a crítica do homem. É a arte que nos pinta a nossos próprios olhos, para condenar o que houver de mau na sociedade”. (apud Nicola,

1988, p. 94). O Realismo é assim, segundo o escritor, a forma de se perceber o mundo sem os delírios produzido por uma visão romântica do mundo. É um contra discurso ao romantismo, é a crueza da realidade produzida pela razão humana e sua capacidade crítica, imbuída, de condenar o mau que houver na sociedade.

Não diferente de outras disciplinas e campos do saber a historiografia foi fortemente influenciada pelo realismo, principalmente dada a sua necessidade de rigor em sua escrita, o contexto de surgimento e de grande influência do realismo sobre a historiografia se dá no século XIX. Período de profissionalização e cientificação da disciplina, o realismo histórico surge também como forma de combater o romantismo e o seu caráter idealista, bem como de se contrapor as filosofias da história de cunho especulativo. Segundo Hayden White, ao analisar as peculiaridades do realismo nos explica:

O “realismo” nas ciências naturais podia ser identificado como o “método científico” desenvolvido desde no mínimo Newton para a análise de processos naturais... Ser realista significava não apenas ver as coisas com clareza, como elas *realmente* eram, mas também extrair dessa clara apreensão da realidade conclusões apropriadas para levar uma possível vida com base nisso. Assim entendidas, as pretensões a um “realismo” essencial eram ao mesmo tempo epistemológicas e éticas. (1995, p. 60).

O realismo nesse sentido atribuído pelo autor, apesar de estar no contexto de profissionalização e cientificação da disciplina, não se reduz a métodos de apreensão da realidade como os desenvolvidos pelas ciências da natureza. O realismo não se ocupava apenas de compreender o mundo a partir da aplicação do método científico. Apesar de querer extrair do objeto estudado o máximo de sua realidade, entendia-se a complexidade de seu exame. Coloca-nos assim o autor, que essa pretensão era ao mesmo tempo epistemológica e ética, pois havia como intenção fazer do realismo a base para uma vida prática, como expressão política de ação do indivíduo ou sociedade. Assim, Hayden White define o realismo ao longo das épocas como sendo:

O desejo expresso de ser “realista”, então, deve refletir uma concepção específica não tanto do que é a essência do “realismo” como do que significa ser “irrealista” [...] E, quando se trata de tentar caracterizar a reflexão histórica de uma época em que muitas concepções divergentes de “realismo histórico” lutavam pela

hegemonia, é necessário perguntar qual era o ponto de concordância dessas concepções diversas de “realismo” quanto a “irrealismo” ou “utopismo” na reflexão histórica em geral. (1995, p. 60-61).

Esse trecho serve para refletirmos sobre aquilo que citamos de Baczko (1985), ao destacar que em alguns períodos o utopismo se dissemina por toda a sociedade. Não diferente pelo entendimento do que Hayden White apresenta, ocorre com o realismo, visto que sua aceitação e disseminação está intimamente atrelado a uma época a uma circunstância histórica específica. “O conteúdo específico da concepção de “realismo” de uma dada época se define mais facilmente pelo que tal época como um todo julgava ser ‘irrealismo’ ou ‘utopismo’” (WHITE, 1995, p. 61).

2.1 O Realismo na literatura

Assim como a utopia, o realismo moderno deve parte do seu surgimento à literatura. Para tanto, nesse tópico iniciaremos a análise das narrativas realistas presentes na imprensa a partir da compreensão do realismo presente na literatura. Pois entendemos que a literatura influenciou não só um conjunto de saberes, como os já citados, mas também influenciou a escrita da imprensa. Sobre o realismo na literatura, nos diz Pellegrini:

[...] O Realismo nunca escondeu, todavia, condições de possibilidade legitimamente nacionais, na disposição ainda romântica de fixar a paisagem, os tipos e costumes do país desde os primeiros romances que se deram a ler aos poucos letrados da colônia. Como já esclareceu Antônio Candido, isso se deve à intrínseca relação entre aspectos literários e históricos, entre a constituição de uma nação brasileira e de um sistema literário, caracterizando então o caráter *interessado* das manifestações literárias... **revelando -se como possibilidade não apenas de representação estética, mas também de intervenção ética e política no mundo real.** (2012, p. 11) (grifo meu)

Iniciando nossa análise do realismo pelas últimas palavras citadas pela autora, se torna possível compreender as intenções realistas como “intervenção ética e política no mundo”, revelando o caráter engajado das manifestações literárias, entendendo a literatura não só como “representação estética”, mas como forma de intervir na realidade, em busca de transformações do mundo real.

Vejamos, que essas ideias não por acaso adentram no Brasil no final do século XIX e início do XX, momento em que a constituição de uma nação brasileira está em pauta, “o realismo trata a vida cotidiana de maneira séria, incluindo, pela primeira vez, as massas como personagens literários” (FORTUNA, 2012, p. 481). A intenção, poderíamos dizer, seria justamente de tentativa de inclusão dessas massas não só como personagens literários, mas, sobretudo, que sua importância e valorização dada nas páginas dos livros, pudessem se traduzir em inclusão social dessas massas que na maioria das vezes foram excluídas do processo de formação da nação. Era a tentativa de inclusão dos excluídos da nação, via uma literatura realista e crítica.

Segundo o filósofo e crítico literário Erich Auerbach, estudioso desse movimento e estilo de escrita:

O tratamento sério da realidade quotidiana, a ascensão de camadas humanas mais largas e socialmente inferiores à posição de objetos de representação problemático-existencial, por um lado – e, pelo outro, o engarçamento [*sic*] de personagens e acontecimentos quotidianos quaisquer no decurso geral da história contemporânea, do pano de fundo historicamente agitado – estes são, segundo nos parece, os fundamentos do realismo moderno [...]. (AUERBACH, 2002, p. 440 apud FORTUNA, 2012, p. 481)

A questão da seriedade, ou seja, a literatura engajada e militante, não mais tida como despreziosa, se torna o cerne da escrita e do movimento realista moderno. Pois havia a necessidade de inclusão não só da realidade, mas do cotidiano, pois é nele que se encontra a vida daqueles desprovidos de um lugar na história. Na visão de Auerbach aí reside a principal característica e fundamento do realismo moderno. O realismo seria, portanto, um levante contra o estilo de vida idealizado e utópico do classicismo romântico, pois procura ser o mais objetivo e despojado possível, se aproximando assim em detrimento da sua busca pela realidade, dos saberes da ciência moderna (PONTE, 2005). Pois queria retratar a vida como uma imagem sem distorção, por isso a vida cotidiana ganha importância, pois é nela que os personagens da vida real estão. Segundo Jaguaribe (2006, p.223) “O que caracteriza a ficção realista, nos seus diversos avatares desde seu surgimento no século XIX até hoje, é que a narrativa ou imagem realista nos diz que está em sintonia com a experiência presente, que ela traduz a equiparação entre a

representação do mundo e a realidade social”. Esse tipo de tradução não se faz de forma ingênua, ele ocorre devido à intenção de fazer da análise realista um papel político de intervenção no mundo. Se torna descritivo por que trata da realidade cotidiana, evitando projeções e idealismos.

No Brasil a grande expressão do realismo literário está nas obras de Machado de Assis, principalmente com a obra *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, e com Aluísio de Azevedo com a publicação de *O Mulato*. Segundo Fortuna, (2012, p. 482) o “Realismo do século XIX, aqui no Brasil se denominou de Naturalismo. Além da mescla de estilos, do tratamento do vulgar e do baixo, da presença do povo nos romances”. O Realismo no Brasil é, portanto, visto por alguns autores, tais como a autora citada, como Naturalista, pois dá ênfase a personagens e lugares antes sempre desprezíveis, tais como o ambiente tenso e da precariedade das moradias de *O Cortiço*, ou personagens como Brás Cubas, o defunto autor, que fala de prostituição, da classe média carioca, de doenças, produzindo uma profunda crítica social. A narrativa naturalista é caracterizada por Nicola (1988, p. 99) como sendo,

Marcada pela forte análise social a partir de grupos humanos marginalizados, valorizando o coletivo [...] O naturalismo apresenta romances experimentais; a influência de Darwin se faz sentir na máxima naturalista segundo o qual o homem é um animal; portanto, antes de usar a razão, deixa se levar pelos instintos, como o sexo, e pela moral de classe dominante.

Vejamos, portanto, que a característica marcante da narrativa realista/naturalista, é a crueza como percebe a vida e suas contradições, é a tentativa de mostrar o homem que antes de ser racional é um animal. E que assim, vive em constante embate com essas duas realidades, a sua natural e instintiva e a social-racional. Contudo é importante ressaltar segundo o que nos apresenta Jaguaribe (2006, p. 231), que: “O naturalismo diferencia-se do realismo justamente na aposta científica da observação empiricista, na definição da natureza humana de acordo com premissas biológicas onde a psicologia individual é submetida aos critérios de uma tipologia de comportamentos”. Esse realismo cientificista, presente na literatura denominada Naturalista, é fortemente influenciado por duas vertentes, o Darwinismo e o Positivismo. Pois entende que através do método e rigor

principalmente apropriado das ciências da natureza, conseguiria detectar e solucionar os problemas de ordem social. Diante de tais considerações a respeito da narrativa realista, podemos avançar na análise dos textos aqui tipificados como realistas, ou que na sua escrita sofreram influência dessa escola e forma de pensar.

2.1.1 O realismo de *Chão Vermelho*

O romance *Chão Vermelho* foi publicado pela primeira vez em 1956, sendo uma narrativa de fundamental importância para a compreensão do período aqui estudado. O romance é ambientado na cidade de Goiânia, e faz referência principalmente aos primeiros anos da cidade, produzindo um panorama amplo sobre o seu dia-dia e principalmente da situação vivenciada pelos trabalhadores que a ergueram. O título *Chão Vermelho* é uma alusão à maioria das ruas, avenidas e estradas da cidade que não possuíam calçamento, eram na sua maioria de chão batido, terra vermelha, nas palavras do autor ao se referir a cidade, ele diz: “o início era apenas chão vermelho, terra á-toa para procissões de saúvas e armações de cupins” (BRASILIANSE, 2002, p. 168). Se referindo também aos campos limpos, sem construção, chão vermelho que servia para os insetos viverem e se reproduzirem. Situação emblemática dos primeiros anos da nova capital, esta que com certeza foi personagem principal dessa narrativa.

Eli Brasiense nasceu na cidade de Porto Nacional, no dia 18 de abril de 1915, e faleceu em Goiânia, no dia 05 de dezembro de 1998. Exerceu o jornalismo e foi professor em diversos estabelecimentos de ensino em Goiânia lecionou no Educandário Goianiense, Colégio Santo Antônio, em Pirenópolis dirigiu a Escola Normal Padre Gonzaga. Exerceu o cargo de Secretário da Prefeitura da cidade de Pirenópolis e logo depois se transferiu para Goiânia e foi redator-chefe da *Folha de Goiás*, dos *Diários Associados*, por um período de mais de cinco anos. Redator do jornal *O Social* e da revista *Vera Cruz*, militou na imprensa goiana por muitos anos, pertenceu à Associação Goiana de Imprensa e foi Presidente da União Brasileira de Escritores de Goiás. Além de *Chão Vermelho*, o autor publicou outras obras, tais como *Pium* (romance) que foi premiado pela Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos (1949) e o *Conto Irmão da noite* (1968).

Diferentemente das obras de Ofélia e Castro Costa, anteriormente abordadas, a narrativa produzida por Brasiliense, apesar de ser literária em essência, ou seja, não procura representar o real em si, como ocorre em Ofélia e Castro Costa, que produzem uma literatura memorialista. A sua obra, ao contrário, expressa o real no verossímil, nos trazendo à tona uma percepção da realidade a partir da análise social, via romance. Assim, podemos dizer que a realidade produzida pela literatura realista, não está invocada no conteúdo, mas na forma. Segundo Abreu (2009, p. 01), a literatura, “permite captar de forma ímpar tal experiência humana em determinado espaço-tempo. Acrescenta-se ainda o fato de que a literatura nos revela a multiplicidade do humano em suas inconclusões, conclusões ou contradições”. Portanto, a literatura se torna fonte privilegiada para se compreender a cidade e toda sua complexidade, devido às sociabilidades diversas e ambivalências presentes.

É importante também salientar, que a literatura nesse trabalho não está sendo entendida apenas como fonte. Mas como sendo ela mesma produtora de uma história e, sobretudo, de uma consciência histórica. Contudo, não estamos aqui a dizer que História e Literatura, seja a mesma coisa, mas sim, que elas narram histórias e produzem um sentido histórico, cada uma a seu estilo (RÜSEN, 2001). Relembrando o que dissemos ainda na introdução, ao se basear nas ideias de Ginzburg (2002), que a narrativa produzida pelo historiador tem a obrigação de se basear no acontecido, no referente, apesar dos efeitos ficcionais presentes em sua narrativa. Essa não pode extrapolar o real. Já a literatura não tem esse compromisso de referencialidade. Segundo Pesavento:

Neste *mundo verdadeiro de coisas de mentira*, a literatura diz muito mais do que outra marca ou registro do passado. Ela fala do invisível, do imperceptível, do apenas entrevisto na realidade da vida, ela é capaz de ir além dos dados da realidade da vida, ela é capaz de ir além dos dados da realidade sensível, enunciando conceitos e valores. A Literatura é o domínio da metáfora da escrita, da forma alegórica da narrativa que diz sobre a realidade de uma outra forma, para dizer além. (2003, p. 40).

É a partir dessa outra forma de dizer sobre a realidade, a que se refere a autora, que nos dispomos a compreender a cidade de Goiânia através da literatura.

Haja vista, que diante do contexto histórico a que estamos a analisar, escrever de forma metafórica talvez fosse a mais inteligente e perspicaz de produzir uma crítica social. Pois, existia toda uma ideologia hegemônica, que produzia controle social dos meios de comunicação, e que prevalecia e sustentava certos discursos. Nesse sentido, a Literatura tem a capacidade de utilizar de seu estilo alegórico para dizer não só sobre a realidade, mas para “além dos dados sensíveis”. É importante, além disso, lembrar a advertência que nos faz Pesavento relativo ao uso da literatura como fonte: “Se o historiador estiver preocupado com datas, fatos, nomes de um acontecido, ou se buscar a confirmação dos acontecimentos do passado, a literatura não será a melhor fonte a ser usada” (2003, p. 39). Esse “alerta” sobre o uso da literatura como fonte nos é interessante, pois, de fato não podemos de forma ingênua utilizar a literatura como fonte, interpretando-a em sua literalidade. Contudo, mesmo não podendo recorrer a ela como fonte para se levantar datas, fatos e nomes, ela pode no confronto das informações melhor esclarecer os dados que utilizamos na pesquisa, seja para aceitá-los, reiterá-los ou refutá-los. Ainda sobre o uso da Literatura como fonte, a autora explica:

[...] Se o historiador estiver interessado em resgatar as sensibilidades de uma época, os valores, razões e sentimentos que moviam as sociabilidades e davam o clima de um momento dado no passado, ou em ver como os homens representavam a si próprios e ao mundo, a Literatura se torna uma fonte muito especial para seu trabalho. (PESAVENTO, 2003, p.39)

Os dados, fatos e nomes do qual cita autora, entendemos que os documentos oficiais e a própria historiografia do período geralmente já são capazes de nos fornecer. O que procuramos na Literatura, como nos orienta, de fato são os sentimentos e sensibilidades, que fazem no confronto dessas informações e ideias, enriquecer a nossa análise. Além do que, nos fazem ver como os indivíduos em sociedades se pensavam e representavam a si próprios. Qual maneira lidavam com o tempo e qual tipo de cultura histórica e consciência histórica se constituía nesse período.

Ressalvadas tais questões entre História e Literatura, entendemos que a narrativa produzida por Brasiliense é aqui entendida como realista, pois investe na

atenção às pessoas e aos diferentes ambientes, trata o cotidiano com acuidade e descrição densa. Como explica Pesavento (2003), é a “observação direta”, que ocorre por consequência da “vivência do escritor no seu tempo”. Segundo Ponte: “a narrativa realista sustenta-se no imaginário de um narrador obrigado a dar à ficção as aparências da realidade e que simultaneamente reivindica a liberdade do seu olhar, do seu exame, do seu julgamento”. (2005, p.177). Não há, portanto, uma busca pela engrenagem perfeita, não há apego à linearidade e objetividade ao representar o objeto, lugar ou história, e sim uma busca por se revelar justamente as inconclusões, ambiguidades e tensões daquilo que se narra.

Essa realidade dada à ficção está notadamente presente em *Chão Vermelho*. A relação com o real, aliada a uma crítica social é marca de sua narrativa. Assim, sobre a capacidade da literatura em falar e produzir imagens sobre as cidades, Pesavento afirma:

Quem duvidaria, por exemplo, da capacidade de um Balzac, Zola, Maupassant, Eça de Queirós, Charles Dickens, Lima Barreto ou Machado de Assis para falar de suas cidades pela via literária? As tramas são imaginadas, os personagens são fictícios, mas o universo do social e a sensibilidade de uma época se revelam diante do leitor de maneira verossímil, convincente. Uma explicação da realidade, realista ou cifrada, realiza-se em comunhão entre o mundo da escrita e o da leitura. Poder-se ia pensar uma Paris da belle époque, por exemplo, sem que o mundo de Proust fosse ativado? Ou uma São Petersburgo dos czares sem a escrita de Dostoiévski ou Tolstoi? E, no terreno da poesia, como não invocar a Paris por Baudelaire, a Buenos Aires por Jorge Luís Borges ou a Porto Alegre por Mário Quintana? (2007, p.19 apud ABREU, 2009, p. 2) (grifo meu)

Nessa fala sobre a capacidade da literatura em representar lugares, em representar a cidade, a autora nos coloca diante de importantes autores da literatura mundial que através da sua escrita ficcional, produziu profundas explicações da realidade sobre as cidades que escreveram, através de suas tramas e personagens imaginadas, revelando-nos o universo do social e das sensibilidades humanas. A narrativa produzida em *Chão Vermelho* é capaz de nos revelar tal universo de multiplicidade, nos levando a uma melhor compreensão do que seria a cidade de Goiânia em sua pluralidade e complexidade. Uma imagem produzida sobre os

primeiros anos de Goiânia podem ser observadas em inúmeras passagens do romance, tais como essa em que o personagem Joviano fica a observar a cidade:

Joviano ficou assuntando a cidade. Já não podia abarcar, como antigamente, as casas todas olhando para um rumo só. Eram casas desordenadas no mato ralo da campina na terra vermelha. Havia ainda residências brotando do charravascal, em setores novos, naquela terra podre que desmoralizava os construtores apressados, rachando paredes e desconjuntando alicerces. (BRASILIANSE, 2002, p. 43)

Essa descrição da cidade feita pelo personagem Joviano nos é capaz de produzir uma imagem de Goiânia, que não é descrita na maioria dos textos analisados anteriormente. Quando o personagem afirma que havia “residências brotando do charravascal”, são elas brotando no campo de vegetação quase impenetrável, formada de espinheiros e certas leguminosas, em uma terra podre em que as paredes rachavam e os alicerces desconjuntavam, tratando da correria que foi os primeiros anos de construção da cidade, que teve como resultado construções mal feitas e inacabadas. Configuração que se deu principalmente devido à pressa de se construir a cidade e principalmente as moradias para acolher os operários. Quando ele diz, “setores novos e terra podre”, entendemos também, devido à outras descrições feitas sobre a cidade, que esses setores surgiram às margens de córregos, tais como o Botafogo. Lugar de alagadiços, o que deixava as construções mais vulneráveis e susceptíveis a rachaduras em paredes e desconjuntamento de alicerces como descreve o próprio autor.

Esse ambiente narrado por Brasiliense em *Chão Vermelho*, pode ser identificado no livro de Lúri Godinho, intitulado *A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia*, que assim descreve a nova capital:

Os operários chegaram também em 1933, morando em arremedos de casas nas margens do Córrego Botafogo... Campinas ficava muito longe e era mais caro do que se ajeitar por ali na beira do Botafogo, onde havia água em abundância. Em ranchos de capim e pequenas residências de madeira com apenas um cômodo sem banheiro. Algumas comportavam cinco, seis operários por cômodo, sem água, luz e esgoto. (2013, p. 84)

A facilidade de se encontrar água potável para abastecer a família e realizar as tarefas diárias, pois, Goiânia ainda não contava com rede de água tratada em todas suas regiões, a questão de mobilidade, morar perto dos locais que se trabalhava, a maioria nos arredores do centro cívico da cidade, e o alto preços dos aluguéis em Campinas, produziram esse cenário de que narra o autor, de casas mau construídas e mau acabadas, lugar que se tornaria foco de doenças e problemas de higiene. Além dessa vulnerabilidade existente nas residências construídas às pressas, na maioria das vezes com material de baixa qualidade, existiam as situações como as vivenciadas pelo personagem Ferreira, que ao passar pela avenida anhanguera, nos ilustra a questão da ocupação feita às margens dos córregos:

Muitas casas haviam caído, famílias inteiras no tempo. Dois armazéns marginais foram levados pelo córrego açulado pelo aguaceiro. Uma multidão de curiosos entupia a passagem para a Avenida Anhanguera, onde os desabamentos foram maiores". (BRASILIANSE, 2002, p. 152).

Esse trecho nos revela a situação da cidade e as condições das moradias e para onde a maioria dos trabalhadores e aqueles que chegavam à cidade estavam sendo "empurrados", nos revelando as contradições e fronteiras que se criavam na recém nascida capital.

Vários foram os motivos da ocupação pela população nessas regiões, tais como os altos preços de aluguéis e a necessidade de se criar uma cidade suporte antes de se erguer a cidade planejada. Porém, a cidade planejada negligenciou tal situação e a cidade suporte se estabeleceu, a tentativa inicial de não desfigurar o plano original não foi eficiente e na verdade produziu segregação espacial (ABREU, 2009). A narrativa de *Chão Vermelho* relata com detalhe tal situação de exclusão na voz de seus personagens. Segundo Joviano: "Cada semana a cidade mudava de feição, esparramava-se para todos os lados, escorraçando gente pobre do centro" (BRASILIANSE, 2002 p. 44). Os operários construtores da cidade, em sua maioria faziam parte dessa gente pobre "escorraçada" do centro da cidade para as áreas mais afastadas e de condições precárias, lugares insalubres e sem infraestrutura

mínima. A cidade que se estabelecia aos poucos se constituía de forma bem diferente daquela idealizada pelos seus projetistas.

Os operários, esses que sem dúvidas foram elemento central da narrativa do romance, e que em outras narrativas sobre a cidade pouco espaço tiveram, nas palavras do narrador, ganham voz e lugar de destaque. Podemos observar, por exemplo, a forma como era absorvida e de onde provinha parte da mão de obra na cidade quando o narrador fala dos bandos de nordestinos: “Alguns encontravam trabalho nas construções, na Usina do Rochedo, na limpeza de quintais, nas lenharias... Algumas velhas e meninos pedinchavam pelas ruas, açulando o exibicionismo dos esmoleres. As mocinhas empregavam-se em casas de família. (BRASILIANSE, 2002, p. 51)”. Através dessa descrição podemos perceber o ambiente dos primeiros anos da nova capital, qual era o mundo do trabalho que ali se estabelecia. Sabemos que alguns trabalhavam diretamente na construção da cidade, como por exemplo, na construção da usina do rochedo, na construção e instalação dos prédios públicos, enquanto outros trabalhavam em serviços de limpeza e serviços gerais.

Sobre a situação do andamento das obras antes da inauguração oficial da cidade em 1942 e dos trabalhadores, Chaul cita o relatório do superintendente de obras apresentado ao Governador, que nos revela a seguinte situação:

Os constantes atrasos de pagamento têm trazido sérias complicações ao andamento das obras. Os fornecedores de materiais deixam de atender aos pedidos com a presteza necessária, e os operários mal satisfeitos e em sérias dificuldades de vida fazem cair ao mínimo o rendimento dos serviços. Além disso, a administração tem sido sacrificada na maioria do tempo de serviço em atender a reclamações de pagamento e na procura de verbas, com grandes prejuízos dos serviços. (1999, p. 110)

Essas palavras presentes no Relatório apresentado ao Governador, com certeza não foram divulgadas, e foram reveladas somente décadas depois. Nos meios de comunicação geralmente só se publicava aquilo que produzia uma imagem positiva da cidade. Situações como as citadas anteriormente, sobre a real situação dos trabalhadores na nova capital, foram mínimas em relação às que propagavam

prosperidade e uma cidade acolhedora e feliz. Retornando um pouco mais no tempo comprovamos o mesmo cenário. Em outro relatório da Superintendência Geral de 1936 ao Interventor, demonstra claramente as dificuldades encontradas na construção da nova capital. Segundo Chaul:

A impossibilidade de se obter no nosso Estado pessoal quer técnico, quer operário para atender às obras nos obrigou a contratar todo o nosso pessoal nos grandes centros; isto resultou numa séria dificuldade para nós porque: primeiro – não poderíamos dar uma remuneração mais elevada que a paga em São Paulo ou Rio, imediatamente interessasse o pessoal recrutado; segundo – as dificuldades de viagem, de alojamento do pessoal; terceiro – **a campanha de difamação a que já nos referimos e ainda operários maldosamente trabalhador aqui nas obras, que de regresso a São Paulo e Rio, contam os maiores horrores daqui.** (CHAUL, 1999, p. 110) (grifo meu)

Os relatórios apresentados pelo autor demonstra-nos que a situação era de total descaso com os trabalhadores, os salários estavam sempre atrasados, os operários trabalhavam insatisfeitos, e quando regressavam ao seu lugar de origem o que contavam sobre a experiência vivenciada na nova capital, era dos os horrores o qual nela passaram. As obras na cidade consequentemente estavam sempre comprometidas, geralmente foram finalizadas com atraso, bem como, tendo a sua qualidade contestada. Além de outras dificuldades e limitações estruturais que se mostraram ao longo do tempo.

Situação também relevante da cidade em seus primeiros anos e revelado através do romance é a questão da violência urbana, que decorre devido principalmente ao crescimento demográfico e problemas sociais, tais como ocupação ilegal de terras, desemprego, falta de moradia e outros, que tem como consequência a violência. No diálogo entre Toninho e Alfredo, podemos identificar que: “Ao passar pela porta de um bar viram um ajuntamento. Logo alguém lhes informou que um sujeito havia matado um sargento pelas costas. Havia coágulo de sangue no asfalto” (BRASILIANSE, 2002, p. 127). Um deles ainda diz, relatando o problema da violência: “Quase todo bar aqui foi batizado com morte até suicídio tem dado”. Essa constatação do aumento da violência na cidade e o espanto com a mesma, podem ser também confirmados nas matérias de jornais desse mesmo

período de que trata o romance *Chão Vermelho*. Em matéria de *O Popular* assim lê-se:

Em nota publicada em edição anterior, chamamos a atenção dos poderes constituídos, para o aumento da criminalidade [...] Na noite de terça para quarta-feira, apareceu morto, dentro de um caminhão, no Bairro Popular, um cidadão cuja identidade ainda não era de nosso conhecimento ao redigirmos esta nota. Na noite de 3 do corrente, sábado, foi assassinado, no bairro Vila Nova, o atirador do Tiro de Guerra desta capital. (*O Popular*, 11 dez. 1949)

É possível observar que os problemas com a violência na nova capital começam a incomodar, principalmente, porque boa parte dos seus moradores provinham de áreas rurais ou pequenas cidades do interior de Goiás e do Brasil. Lugares geralmente como menos violência, o que provoca uma certa tensão e até mesmo repulsa em relação à cidade por parte dos novos moradores, pouco acostumados com tal situação. Nas palavras do personagem Alfredo sobre o aumento da violência ele diz: “também Goiânia já é cidade grande e em todo centro assim desenvolvido o ar é de tragédia.” (BRASILIENSE, 2002, p. 127). Demonstrando em suas palavras compreender as mudanças pelo qual passava a cidade e os transtornos inevitáveis dos grandes centros.

Em algumas matérias de *O Popular*, podemos conferir tal situação na cidade, e observar a surpresa não só com o aumento da violência como com a audácia dos que a praticavam “Em pleno centro da cidade, a Casa Alencastro Veiga foi visitada pelos laráprios que retiraram importância estimada em vários mil cruzeiros, o mesmo acontecendo às Casas Pernambucanas que sofreram prejuízos” (*O Popular*, 17 nov. 1949). Nas palavras do cronista é possível observar a perplexidade diante dessa nova realidade em que os ladrões agiam no centro da cidade, atacando inclusive as maiores casas comerciais do período. Em outra reportagem essa mesma perplexidade com o aumento progressivo da violência fica evidente quando o cronista diz: “No abrigo Cristo Redentor, situado ao lado esquerdo do Palácio do Governo e acerca de quinhentos metros da chefatura da Polícia. Por mais de uma vez esses já penetraram no dormitório dos menores ali recolhidos, deixando todos em pânico”. (*O Popular*, 17 nov. 1949). Todas essas situações que alteram e reconfiguram a imagem da cidade, se tornaram “absolutas”,

pois, a necessidade de produzir a imagem de uma cidade, linear, lugar da racionalidade e da perfeição desejada, foi sucumbida diante desse discurso. São histórias que não foram apresentadas ao público que lê as narrativas sobre o passado de Goiânia, principalmente os construídos pela historiografia.

Ao ser referir, por exemplo, ao problema da violência no período do Batismo cultural e Inauguração oficial da cidade, Godinho nos revela:

Mais ou menos na época, crimes bárbaros continuavam assombrando... gente morria nas mesas de sinuca, nos bares, quase sempre com armas brancas, socos e pontapés, de maneria bárbara. A cidade que Venerando queria mostrar como um ajuntamento de homens bons, irmanados por uma causa maior, passava longe das ruas, dos bares e dos prostíbulos. (2013, p.385)

É possível observar nas palavras do autor aquilo que estamos a demonstra, que existia uma cidade que não fora revelada, que estava muito além dessa cidade representada idealizadamente. Existia uma cidade cheia de crimes bárbaros, assassinatos, mortes e violência, que se queria escamoteada em detrimento de uma cidade, como nas palavras do autor de “homens bons”. Segundo Godinho, essa violência foi bem além das estampadas pela imprensa: “Goiânia enfrentava uma violência surda, que não saia nas páginas de jornais censurados do Estado Novo”. (2013, p. 385). A leitura realista sobre a cidade se torna interessante nesse sentido, pois, nos coloca diante dessa cidade que se quis encoberta, devido à necessidade de representá-la sempre de forma homogênea e sem contradições.

Ainda sobre o aumento da violência, em outra matéria o jornal *O Popular* traz a seguinte nota: “Os crimes se repetem de tal maneira que falta espaço à imprensa para noticiá-los pormenorizadamente”. (*O Popular*, 11 dez. 1949) O que corrobora com as informações trazidas no romance sobre o aumento da violência em Goiânia naquele período.

Em outra crônica de *O Popular* intitulada *Eu vi Goiânia Chorar* de – Jussara de Souza Marques eleita miss Brasil representando Goiás. Pode se observar o sentimento de perplexidade diante dos problemas enfrentado pela cidade mesmo com a sua ainda pouca idade:

Como me sinto hoje? Não sei. Vi, com os olhos da alma, a minha querida Goiânia, esta adorada terra-moça e já mulher feita. Eu a vi observadora, assim entre pensativa e triste, fitando a vida que por aqui se vai. Coitada, pensei eu, tão moça, nos seus quinze anos, quando tudo é alegria **e ela assim com ar de quem já tem vivido amargos problemas, experiências e desenganos**". (*O Popular* 03 ago. 1950)Grifo meu

E sobre essa imagem de Goiânia que se altera diante do seu olhar e do tempo, a autora revela: "Parece-me que vi Goiânia chorar. Chorar? Tu, Goiânia, e porque? Meu Deus e não é que vi hoje, imundas e maltrapilhas, aquelas cinco crianças se arrastando atrás da mãe pobre, ali à porta do mercado? Pobre Goiânia. Quanto já sofre tua alma de mulher" (*O Popular*, 03 ago. 1950). A autora finaliza sua crônica descrevendo o problema social crônico experimentado pela cidade que era o abandono das crianças e a situação de muitas famílias que viviam de forma miseráveis nas ruas da cidade. Palavras como as da cronista são difíceis de serem encontradas nas páginas de jornais, livros e revistas da época. Isso não porque os problemas e dificuldades não existissem, mas sim, em detrimento de uma imagem positiva que se queria produzir da cidade.

Outro elemento interessante apresentado no romance *Chão Vermelho*, por meio de seus personagens e que bem caracterizam a cidade de Goiânia, é a relação entre o urbano e o rural, os costumes da vida no campo e a vida na cidade. Na fala do personagem Marcelo: "no principio era a confusão das ruas numeradas. Um baralho dos diabo, mas logo se acostumou" Essa fala do personagem ilustra bem essa diferença na forma de se estabelecer na cidade essa que tem uma lógica distinta do campo, pois nela predomina a matemática a linearidade, presente na forma como a cidade tenta se organizar através de números e abstrações que causam estranhamento nesse individuo que com esse "outro mundo" entra em contato, porém, justifica ele, "logo se acostumou" se referindo que a adaptação é tensa mas, acaba por ocorrer.

Em outra passagem, Joviano assim relata o ambiente da cidade: "O progresso estava estragando tudo. Já não se podia andar com sossego pelas ruas. O vivente ia muito bem, andando distraído, de repente era um guinchar perto, a roda do carro riscando o asfalto. Carro passava por cima de gente de vez em quando"

(BRASILIANSE, 2002, p. 45) Nesse trecho podemos observar essa relação de dúvidas e de estranhamento em relação ao desenvolvimento da cidade a que se assistia. A alusão feita ao aumento do trânsito, os carros que não respeitavam aqueles que pelas ruas andavam e mesmo a movimentação dos transeuntes, devem, entretanto, ser ponderados. A nova capital é narrada, por exemplo, por Godinho, em relação ao ano de 1936, como sendo o lugar em que: “ricos e pobres abriam trilheiros em todos os locais, desrespeitando ruas demarcadas e lotes, cortando caminhos, pisando a vegetação, carregando carrapichos [...]”. Não se sabe ao certo de que período trata Brasilianse, contudo, quando comparamos a essa descrição de Godinho, entendemos que o cenário descrito em *Chão Vermelho*, deve ponderado, haja vista, que alterações mais significativas, relativos a esses aspectos, só vão de fato acontecer nos anos finais da década de 1940 e início de 1950.

Ao observar essas descrições feitas sobre a cidade em seus primeiros anos é interessante nos colocar a seguinte pergunta: será Goiânia nesse período uma metrópole como desejava e propagandeavam aqueles que a idealizaram? Se nos basearmos nos argumentos desenvolvidos por Oliveira (1999), e alguns indícios levantados ao longo da pesquisa, chegaremos à conclusão de que Goiânia em seus primeiros anos era uma cidade provinciana. Segundo os indícios levantados por Oliveira, alguns aspectos são relevantes, tais como, o número de habitantes⁵, pois, a população urbana no início da década de 1940 não ultrapassava os 18.000 habitantes. Aspectos de sociabilidade também são levados em consideração, tais como, padronização de conduta dos indivíduos⁶ e os tipos de lazer⁷, que geralmente se restringiam a tomar banho em córrego, pescar e caçar. Segundo Oliveira:

⁵ Uma das principais características que comprova o caráter provinciano de Goiânia é o seu reduzido número de habitantes na época. Em 1940, a população urbana da cidade era de 18.889 habitantes; destes mais de 60% residiam no Bairro de Campinas. Em 1950, a população urbana da cidade era de 40.333 habitantes; em 1955, era de 74.781. Já em 1960, a população urbana elevou-se para 133.462 habitantes. Apesar da taxa de crescimento demográfico nesses 30 anos ser considerável – principalmente se levar em conta que as cidades mais populosas do Estado na época contava com cerca de 10 mil habitantes – existe um número absoluto para produzir relações sociais novas. (OLIVEIRA, 1999, p.47).

⁶ Em grupos grandes, como uma grande metrópole, em que a opinião pública não consegue mais normatizar as ações dos indivíduos (com exceção das personalidades com políticos, astros de TV, desportistas célebres, conhecidas por todos, as ações dos indivíduos têm que ser controladas com base em normas objetivas. Interfere, então, o papel do direito. [...] Porém fora dessas regras objetivas, a liberdade de ação do indivíduo é bem maior. Daí, em termos de controle normativo, o direito ser inferior ao costume e este, à moralidade. (OLIVEIRA, 1999, p.48).

A maioria das obras sobre Goiânia, mudancistas, ou acadêmicas, consideram-na, desde a sua fundação, uma cidade moderna. Para isso levaram em conta os seguintes fatores: o fato de a cidade ser planejada segundo critérios urbanísticos modernos, de estar vinculada à expansão capitalista para o interior do país, de sua construção possibilitar relações sociais novas (capital e trabalho) de ter uma arquitetura (Art Déco) moderna [...] Ao lado da cidade planejada havia uma cidade centenária (Campinas), transformada em bairro, mas que mesmo assim, só deixou de ser o principal centro comercial de Goiânia na década de 60. Ao lado das relações sociais novas, havia as relações tradicionais típicas das cidades interioranas goianas. Ao lado das casas e prédios em *Art déco*, havia as casas do estilo colonial e os ranchos da maioria dos habitantes da cidade. Enfim havia uma cidade provinciana que a cidade só começou a perder por volta da década de 60. (1999, p. 29)

A religiosidade⁸ também foi outra forma de lazer encontrada pelos goianienses nos primeiros anos da cidade. Nas palavras do autor o que se viu em Goiânia, foram considerações metonímicas como, por exemplo, o de se ver o planejamento da cidade, como responsável pela sua modernidade. Conduto, para Chaveiro:

Embora o projeto do plano apontasse para uma configuração moderna da cidade, a realidade que a acolhera-a era fundada na agropecuária na prática oligárquica, e em relações sociais tradicionais. Os símbolos, as imagens e os hábitos da cidade, desde os eventos passados, pelos monumentos e ícones e encontrando guarida nas principais festas da cidade testemunham o enlace contraditório do que se pretendeu ser avançado do que teima em ser tradicional. À medida que historicamente a cidade foi se desenvolvendo, **alteraria de forma rápida as suas formas e funções**, de modo que ela ganhou desenho e características de uma cidade que, de certa maneira nasceu como sendo aquela, mas não o é. (2001, p. 15).(grifo meu)

⁷ [...] as principais formas de lazer da Goiânia pré-anos 60 ou eram uma apropriação dos hábitos antigos de Campinas (festas religiosas, banhos de rios, caça e pesca), ou eram formas novas (os clubes sociais, réveillions, footing, etc.). Estas últimas, apesar de terem uma aparência moderna, eram sempre deformadas pela mentalidade provinciana dominante. Qualquer que fosse a situação, as formas de lazer em Goiânia eram assentadas no pressuposto do conhecimento mútuo. O conhecimento era o fator que possibilitava tanto a distinção entre ricos e pobres, como a distinção entre os de Goiânia os de Campinas ou os do Bairro operário. Distinção que, apesar de não ser absoluta, caracterizou também esse aspecto da vida cultural de Goiânia, nesse período. (OLIVEIRA, 1999, p.58).

⁸ Em cidades tradicionais o lazer está ligado a atividades religiosas ou às atividades relacionadas à natureza... Em Campinas, onde os padres redentoristas tinham uma grande atuação, a religiosidade impregnava vários aspectos da vida social... Campinas: tinha uma das maiores igrejas do estado, o maior convento, o maior colégio feminino (Santa Clara). A religiosidade influenciava a o lazer da população de Campinas e também da população de Goiânia que, com menos tradições religiosas, participava, muitas vezes, das atividades litúrgicas no Bairro. (OLIVEIRA, 1999, p.54).

Embora não seja intuito do trabalho desenvolver tais concepções, ou muito menos fazer opções que expliquem a cidade em sua totalidade. Pensá-la à partir da conceitualização desenvolvida por Chaveiro, nesse aspecto específico, nos possibilita maior mobilidade no trato com as fontes e documentos aqui apresentados. Não existe em sua concepção a possibilidade de definir Goiânia em marcos temporais específicos, uma categorização de Goiânia como sendo província ou metrópole. A falta de encaixe em uma dessas categorias produziu a categorização de Goiânia como sendo uma “metrópole em travessia”. Assim, Goiânia, como nos demonstra todos os apontamentos feitos por Oliveira (1999), não se expressou materialmente e socialmente como metrópole em seus primeiros anos. Conduto, ela “existiu” enquanto tal, nos discursos e ideais daqueles que a projetaram, idealizaram e narraram, (PESAVENTO, 1995). Nenhum viajante, migrante, trabalhador saiu de seus lugares, a destino de uma cidade de interior. Eles foram atraídos pela promessa de uma “metrópole” que florescia no cerrado.

Retornando à análise da narrativa produzida por Brasiliense em *Chão Vermelho* é possível identificar que essa é capaz de nos revelar as contradições, tensões e a heterogeneidade presente na cidade. Segundo Matos (2002, p. 34-35 apud ABREU, 2009, p. 3).

Contemporaneamente, percebem-se no cotidiano da cidade as tensões urbanas que emergem vivenciadas de forma fragmentada e diversificada por seus habitantes, o que contrasta com as representações nos estudos acadêmicos, técnicos e nas fontes oficiais, nos quais a cidade se apresenta como unidade; na realidade, a cidade se mostra múltipla.

Essa multiplicidade presente na realidade da cidade a que Matos se refere, pode ser encontrada na narrativa de Brasiliense, pois, nela a cidade é apresentada de forma que as heterogeneidades são levadas ao olhar do leitor, as fronteiras não ditas na visão idealista da cidade são nele postas a vista. A cidade é assim apresentada em seus diferentes relevos, apontando-nos assim as suas contradições, bem como a multiplicidade de formas, sensibilidades e percepções da

experiência humana citadina. Segundo Oliveira, ao se referir à cidade produzida na literatura de *Chão Vermelho* assim nos explica:

A cidade é representada de forma bastante diferente das obras mudancistas e acadêmicas. Não há uma imagem antitética entre Goiânia e a cidade de Goiás, **não há um otimismo exagerado em relação ao futuro, não há referências à figura do interventor, nem à Revolução de 30**. E o que é mais importante para este trabalho: não há uma tentativa de esconder, nem de resolver a ambiguidade que permeia a vida cultural da cidade. (1999, p. 219) (grifo meu)

Ao dizer que na narrativa produzida sobre Goiânia em *Chão Vermelho*, não há uma tentativa de esconder, nem de resolver as ambiguidades que permeiam a vida cultural da cidade. O autor nos coloca diante daquilo que identificamos como essencial no romance, que é a capacidade de produzir uma imagem da cidade, diferente daquela construída por aqueles que a idealizaram e tinham motivos para representá-la sem suas contradições. Assim, ela apresenta uma leitura da cidade apartir do olhar daqueles que a experimentaram, que sentiram o prazer e o desejo de uma nova vida, um novo horizonte. Que também experimentaram decepções, desilusões, sentiram o gosto amargo da exclusão e da vida difícil que na cidade encontraram, e que em muitas das vezes foi acobertado em função de uma ideologia que estava impregnada na mente e no olhar daqueles que sobre a cidade escreviam.

2.2 A narrativa realista na imprensa

Antes mesmo de adentrarmos a análise das narrativas realistas na imprensa, devemos pensar a relação existente entre ambas. A imprensa e o jornalismo em geral são sempre vistos e pensados por nós como uma forma de buscarmos narrativas que nos conte sobre a realidade, sobretudo, a verdade sobre essa realidade (PONTE, 2005). Contudo, não estamos aqui a dizer que a narrativa produzida na imprensa seja uma narrativa realista em si. Pelo contrário, como demonstramos anteriormente a utopia e o idealismo também estão fortemente presentes na imprensa. Assim, não entendemos que a narrativa realista seja mais verdadeira que a utópica e idealista, mas sim, que elas abordam a realidade de forma diferente. O realismo é a busca da descrição densa, marcada, sobretudo, de

grande crítica social e engajamento. Assim, é possível observar nas narrativas produzidas sobre Goiânia, mesmo que de forma acanhada, devido, às filiações ideológicas e questões de controle ideológico, características de uma narrativa realista. Isso dado, sobretudo, pelas próprias características intrínsecas dos jornais que tem por objetivo tratar o cotidiano e o dia-a-dia da cidade, pois trabalha com notícias diárias, com o acontecido no presente.

Sobre Realismo e a escrita jornalística, Ponte estabelece a seguinte relação:

Como o romance realista, o jornalismo recorre a uma circulação plural de memórias e discursos, a formas estabilizadas de relato, a uma organização da notícia em torno de pessoas e das suas circunstâncias expressa no *lead* canônico de informação, onde são obrigatórios os elementos *quem, o quê, onde e quando*. (2005, p.179)

Nas palavras da autora, não diferente do romance realista, o jornalismo recorre a “formas estabilizadas de relatos”. Entendemos, portanto, quando a autora se refere a essas formas estabilizadas, que a própria realidade serve de parâmetro regulador para tal narrativa. Ou seja, o jornalismo assim como o romance realista, tem por objetivo não extrapolar a realidade, principalmente no sentido de criar especulações. Ao contrário, busca na “pluralidade de memórias e discursos” uma narrativa que valorize a descrição e através da crítica à essa realidade. É, portanto, nessa pluralidade, que a vida cotidiana encontra espaço que os indivíduos comuns e suas histórias são valorizadas. A crítica social ganha tons mais expressivos, e os elementos tais como “quem, o quê e quando” não podem ser desprezíveis, pois eles garantem tal regulação na narrativa sobre a realidade. Ainda sobre essa relação entre o Realismo e a imprensa, afirma Ponte:

Esta aproximação da escrita jornalística, tal como se tornou paradigma na imprensa a partir de meados do século XIX, ao quadro cultural do realismo como forma de expressão literária parece-nos estimulante para darmos conta de processos de construção da realidade que se fixaram e permaneceram como marcas próprias do discurso do jornalismo como gênero de discurso social. (2005, p.179)

É interessante destacar nesse trecho a qualidade dada à narrativa realista presente na imprensa, como sendo anti panfletária, pois, o seu discurso em si ao narrar a realidade, atuaria de tal forma que a própria descrição já seria em si uma forma de combater as ideologias panfletárias presentes no discurso jornalístico. Ou seja, ao descrever a realidade tal qual ela é, já seria uma forma de combater as ideologias hegemônicas, pois traria à tona aquilo que as ideologias encobrem em seus discursos. Ainda sobre a questão da descrição como elemento basilar da narrativa realista, Ponte explica:

Tudo na narrativa jornalística, como na literária, pode ser assim considerado signifiante na perspectiva de Barthes (1968: 89-90), que sublinha o lugar central da descrição na produção de um efeito de real. A sua singularidade (ou pormenor inútil, como também lhe chama) no tecido narrativo, escreve, designa uma questão que tem a maior importância para a análise estrutural das narrativas: tudo aí é signifiante e se subsistirem no sintagma narrativo áreas insignificantes há que interrogar qual a significação dessa insignificância. (2005, p.179)

A interrogação da insignificância presente na narrativa realista, seria a forma de combater as especulações e extrapolações do real, seria o fator de “controle” do desenvolvimento da narrativa, pois a intenção da descrição é produzir um “efeito de real”, que também pode ser dado. Assim, ao se interrogar o significado dessa insignificância. Ao voltar o olhar para o insignificante ou desprezível esses outros elementos importantes para a compreensão das realidades são incorporados na narrativa realista. No caso específico das narrativas sobre a cidade, elementos tais como os trabalhadores, os excluídos, os homens comuns são elevados a um plano de visibilidade que nos possibilita enxergar a cidade em perspectivas diferentes.

2.2.1 A narrativa realista em *O Popular*

Bem como na literatura, os jornais também produziram uma narrativa realista sobre a nova capital. Talvez pela própria função e característica de um jornal de narrar o cotidiano, trazendo notícias do dia-a-dia, dos problemas e diferentes aspectos da cidade, sendo produzido quase que diariamente, esse tipo de narrativa esteja nele de forma mais efetiva que em outros meios de comunicação. Em *O*

Popular como demonstraremos a seguir, foi possível identificar essa narrativa realista sobre a cidade. Mostrarei assim, que mesmo diante do controle ideológico do estado sobre os meios de comunicação, e da necessidade de se criar uma imagem positiva da nova capital, foi possível ao analisar as fontes do período, encontrar indícios e informações sobre esse lado “esquecido” sobre a cidade que estão presentes nos documentos, mesmo que de forma acanhada se comparada às leituras e narrativas idealistas produzidas sobre a cidade.

A dificuldade aqui, se estabeleceu na localização das informações. Elas não formaram um discurso homogêneo e muito menos hegemônico na imprensa. Contudo, foi diante delas que pudemos ter acesso a uma “outra” imagem de Goiânia. Pois, poderíamos dizer que essas narrativas foram duplamente “esquecidas”. Primeiro, porque elas não interessavam àqueles que queriam produzir uma imagem positiva da cidade (Políticos, governantes, mercado imobiliário e outros). Este grupo de alguma maneira influenciava os meios de comunicação na época, diga-se, não apenas *O Popular*, mas a imprensa em geral, fazendo com que essas informações fossem suprimidas ou adulteradas. Ao falar da situação da imprensa nesse período nos explica Godinho:

Sob a força de um governo revolucionário, um hiato democrático e a ditadura do Estado Novo, só se lia o lado bom e o elogio gratuito aos governantes e tudo parecia perfeito. Jornais da época como *O Popular* e *Folha de Goiás*, deixaram de prestar um serviço histórico de informação para apoiar incondicionalmente o governo – o pragmatismo da sobrevivência [...] (2013, p. 20-21)

Esse foi o contexto que as narrativas aqui analisadas foram produzidas, por isso como dito linhas atrás da dificuldade de encontrá-las, pois como aponta o autor, trabalhava-se via imprensa a ideia de uma cidade perfeita, sem problemas e sem contradições, o que de certa forma prejudicou sobremaneira a possibilidade de uma imagem mais realista sobre a cidade, em detrimento de se apoiar a política propagandistas do governo. Uma segunda questão pode ser localizada na própria historiografia que ao longo de muitos anos privilegiou os chamados documentos oficiais e a dimensão utópica dos noticiários, relegando a segundo plano, informações preciosas contidas nessas narrativas marginais. Esse esquecimento

acabou por dar continuidade ao discurso utópico e idealista que havia se criado em torno da cidade, reproduzindo na maioria das vezes em sua escrita, a mesma perspectiva repetitiva sobre a cidade e a história de Goiânia.

2.2.1.1 Trabalhadores, planejamento urbano e segregação sócio-espacial

Talvez um dos temas que tratados na imprensa, mais tenha revelado uma leitura realista sobre a cidade nos seus primeiros anos, esteja associado às condições de vida dos trabalhadores. Poderíamos dizer, sobretudo, referentes àqueles que trabalharam como mão-de-obra direta na construção da cidade. Narrativas que retratam a situação de exclusão ao acesso de alguns bens e serviços básicos, tais como, moradia, alimentação e saúde pública. Contudo, não muitas foram as narrativas sobre esse tema encontradas nos jornais e escritos do período, pois, diante da necessidade de se criar uma visão sempre positiva e homogênea sobre a nova capital e, mediante o controle da imprensa que existia no período, tais situações eram quase que sempre “esquecidas”. Porém, mesmo estando às margens, essas pessoas e lugares causavam certa preocupação e incômodo, principalmente nos administradores e idealizadores da cidade, pois, estes passam a comprometer uma imagem que se queria ter da cidade como o lugar da racionalidade, higiene, limpeza e ordem. Percebe-se assim, que tanto os lugares como as pessoas que habitavam certas regiões se tornavam não só um problema social a ser solucionado, como também “contaminavam” a cidade e comprometiam a sua visibilidade, fazendo com que esse tema, mesmo que considerado como não-desejado, de certa maneira não deixasse de fazer parte das páginas de jornais veiculadas no período.

Assim, sobre essa realidade contada a partir de uma leitura realista da cidade, foi possível encontrar em reportagens como a veiculada, em *O Popular*, intitulada, “*Vila nova e seu drama doloroso*”, uma narrativa que tratasse de a realidade desses trabalhadores e da situação a que esses indivíduos estavam vivendo nos primeiros anos da capital:

Vila Nova e Botafogo habitados por gente hordeira e laboriosa, são os bairros mais pobres desta capital. No primeiro ligado ao centro urbano, numa ligeira colina, vive um aglomerado humano, num drama emocionante e cada vez mais aflitivo, pela crescente e

desnorteada carestia de vida, sua população, na quase totalidade constituída de operários, hoje, mais do que nunca atravessa uma faze de desalento e de aperturas, por haver a Secretaria de Economia Pública proibido que sejam ali abertas cisternas, mas sem primeiro, haver estendido até lá os canos que conduzem e donde jorra água, esse líquido precioso e tão indispensável à existência. (*O Popular*, 01 de jul. 1945) (grifo meu)

Essa matéria sobre a situação dos moradores que viviam no bairro Vila Nova e Botafogo nos revelam bem as condições a que se submeteram e pelo qual experimentaram boa parte dos trabalhadores que participaram da construção e primeiros anos da nova capital, bem como nos demonstra que existia uma narrativa realista produzida na imprensa. Assim, sobre as condições de vida dos moradores, o autor descreve um “drama emocionante”, que nos revela todas as dificuldades a que estavam enfrentando, pois, em sua maioria haviam deixados seus lares e se aventurados na nova capital, enfrentavam uma politica de exclusão e desatenção que dificultava mais ainda suas condições de vida. Nos revelando uma outra imagem da cidade, a de lugares que saíram ao “controle” e se tornaram um verdadeiro problema. A cidade se constitui, assim, de forma heterogênea e complexa, como observaremos em várias narrativas apresenta pelas reportagens, que ao tratar o cotidiano, revelaram as diferentes feições e sociabilidades presentes na nova capital.

Assim, sobre a situação daqueles que viviam nos bairros Vila Nova e Botafogo, continua o cronista:

Para agravar mais a situação dos que vivem e se entregam ali á labuta cotidiana de seus afazeres, o Departamento acima aludido, não permite, também, a reconstrução dos prédios existentes naquele bairro, por serem eles, em grande parte, de aspectoóto antiestético e avelhantado. Devido a essa exigências, para a qual pedimos a atenção do Sr. Interventor Federal, vimos naquele bairro muitas famílias dormindo ao relento, porque suas casas não puderam ser retelhadas, também crianças sujeitas aos ventos frios e cortantes da noite, pelo fato das paredes desmoronadas de suas habitações não poderem ser reconstruídas. (*O Popular*, 01 de jul. 1945)

É possível observar através dessa matéria que existem duas cidades, aquela que está de acordo com as normas de planejamento e urbanismo e uma

outra que se estabelece às margens de tais preceitos. O paradoxo se instala aí, pois, como fazer certas exigências, tais como as de caráter arquitetônico e de engenharia, àqueles que mal possuem o que comer, como cita o próprio cronista. As dificuldades impostas pelos órgãos de controle, impedindo a reconstrução das casas devido a essas possuírem “aspecto ético antiestético e avelhantado”, nos revela a diferença entre a cidade desejo e a cidade que estava em via de concretização. Segundo Freitas: “muitos dos imigrantes que chegavam – pejorativamente batizados de paus-rodados – não dispunham de meios para comprar tijolos, areia, cimento e pedras de boa qualidade. As disposições modernizantes e as boas normas construtivas eram postas de lado, por serem inexecutáveis” (1999, p. 270). Foi em função dessas exigências no intuito de se “preservar” o plano urbanístico inicial que se criou uma “cidade suporte” às margens de córregos como o Botafogo. Contudo, a cidade suporte se instalou definitivamente e o que ocorreu foi uma proliferação desses tipos de moradias, pois a realidade se contradizia com a cidade idealizada e os homens, assim redesenharam a cidade, quando da prancheta ela foi transferida para o concreto. Situação que pode ser observado através de algumas imagens do período:



Figura 4. Abrigo de um trabalhador em Goiânia
Fonte: Diniz (2007, p. 167).



Figura 5. Aspectos de uma moradia improvisada.
Fonte: Museu de imagem e som (MIS) adaptação Pinto (2014, p. 105)

Diante de tais relatos é possível e podemos observar nas palavras de algumas importantes pessoas do cenário à época, que existia uma “segregação planejada” termo utilizado por (MOYSÉS, 2004), e que negligenciava as condições de vida precárias a que estavam sendo submetidos boa parte da população que habitava a nova capital. Podemos observar tal situação em declaração feita pela a senhora Gercina Borges, esposa do então Governador Pedro Ludovico Teixeira, ao falar sobre tal questão, ela expressa bem as fronteiras veladas que se criavam na cidade:

Enquanto os vários setores de Goiânia propriamente dita foram delineados obedecendo aos mais modernos princípios da técnica urbana; enquanto as casas que aqui se constroem à risca dos preceitos de higiene e saúde [...] os barracos levantados no bairro Botafogo e na Vila Nova primam pela insalubridade e pela promiscuidade dos seus moradores. (BORGES apud ABREU, 2010, p. 47)

Pelas palavras da autora, podemos perceber aquilo que ela considera “Os vários setores de Goiânia propriamente dita”, são apenas aqueles construídos dentro dos padrões arquitetônicos e dos preceitos de higiene e saúde. Ou seja, Botafogo e Vila Nova lugares construídos às margens de córregos e com condições de salubridade precárias, não faziam, na sua concepção, parte de Goiânia, existia apenas como lugar que abastecia a cidade com sua mão de obra, e que no máximo traria, além disso, diferentes problemas sociais, tais como a promiscuidade promovida por aqueles que ali viviam. Existe assim, na fala de Gercina Borges, uma concepção de fronteira muito bem expressa. Fronteira, sobretudo, invisível, velada, que dividia a cidade e restringia o acesso de boa parte da população a bens básicos e elementares à sobrevivência humana, tais como água potável, moradia, saúde e alimentação.

Em outra reportagem sobre o código de obras de Goiânia e que entraria em vigor, afim de melhor organizar a cidade, podemos compreender a situação dessa região aonde vivam boa parte dos operários recém-chegados em Goiânia: “O loteamento do setor Leste foi outro erro tremendo e de duplo aspecto: social, porque ali mora u’a população pobre e que não é aliás a adquirente dos lotes, e urbanístico

porque contrariou os mais rudimentares preceitos desse gênero”. (*O Popular*, 24 mai. 1947) Essas palavras revelam bem as condições em que a cidade de Goiânia se encontrava, com questões que saíam do que se havia projetado idealizado, e ao mesmo tempo os vários problemas que começavam a se acumular. As famílias principalmente dos trabalhadores recém-chegados na capital passaram a ocupar essa região de que trata a reportagem. Segundo Gonçalves: “Com o passar dos anos... as famílias se recusaram a desocupar a área, formando a primeira invasão da cidade, no que hoje corresponde à parte da Vila Nova, Nova Vila e Setor Leste Universitário” (2002, p. 94). Entende-se, portanto, que a forma como o estado negligenciou essa questão relativa à forma da ocupação da cidade, bem como outras questões, tais como, especulação imobiliária e inchaço populacional, produziu como consequência, espaços segregados.

Sobre esse processo de ocupação desordenada da cidade e a precariedade em que viviam os operários, Godinho relata a seguinte situação:

Bem no início do projeto, o arquiteto cometera um grande erro: não destinou uma área habitacional para os operários. Assim, eles pareciam liberados para ocupar qualquer espaço naquele descampado, de qualquer jeito. A ocupação desordenada nas margens do Botafogo ficava a menos de 100 metros dos olhos do arquiteto responsável pela cidade. Era como se toda aquela população que chegava todo dia fosse invisível. Ou pior: transparente. (2013, p. 85)

Seria esse um grande erro produzido pelo arquiteto, como cita o autor. Ou aquele “erro”, foi simplesmente consequência de uma visão de cidade segregada e partida, que possui um fim utilitarista. Em que todo o seu aspecto de planejamento e modernidade era, sobretudo, um discurso de convencimento. Como bem cita o autor a ocupação ocorreu sob os olhos dos projetistas. Entendo assim, que esses lugares e pessoas só passaram a ter certa visibilidade quando esses lugares passaram e se tornar um problema para a cidade, como veremos adiante. Até então, eles existiam apenas como indivíduos que produziam mão-de-obra, eles não existiam enquanto indivíduos que participavam da cidade. Por isso a cidade se constituiu dentro de um processo não só de planejamento ou falta dele, mas, sobretudo, pela questão da segregação.

Entendemos assim, que existia um fosso entre o idealismo dos projetistas e idealizadores da cidade e a experiência que se constituía diante das deficiências estruturais que existiam no estado. Sobre essa questão, referente às contradições inerentes a Goiânia e à sua construção, Arrais, analisa a seguinte situação:

[...] é possível notar uma contradição insolúvel entre o horizonte de expectativa dos projetistas e o campo de experiência produzido pela sociedade goiana do período desde o início das obras. Desse descompasso, sem dúvida percebido por políticos e projetistas, surgiram deturpações e apropriações do projeto original, típicas da modernidade periférica [...] (2008, p. 202)

Essas contradições apontadas fizeram com que o projeto original aos poucos fosse alterado e deturpado, ele teria que se adaptar à realidade de um estado agrário e com deficiências estruturais, bem como conviver com a especulação imobiliária, e o descaso das autoridades competentes, sendo esta uma das características marcantes das modernidades periféricas. Características estas, que podem ser observadas em várias narrativas sobre a cidade presentes na imprensa, pois, ocorre que, seja, pelas pressões advindas das necessidades gritantes pelo qual os trabalhadores passavam, ou pela especulação imobiliária. O que se pode perceber é que a cidade ganha traços diferentes daqueles pretendidos pelos seus idealizadores e projetista, criando essa contradição insolúvel citada pelo autor entre o horizonte de expectativa e o campo de experiência produzido.

Ainda sobre essa questão das contradições entre a idealização da cidade e o que ela expressou enquanto realização é possível observar em reportagem de *O Popular*, um panorama sobre a quantidade e a qualidade das moradias chamadas pelo redator de ranchos e sobre tais ele relata:

Nos bairros de Botafogo, Vila Nova e Nova Vila, esses problemas toma proporções angustiantes, pois numerosas são as pessoas pobres que deixam a zona rural e transferem para a capital, aumentando aqui o número dos desajustados e agravando a situação dos agricultores que lutam desesperadamente com a falta de braços para os trabalhos de campo. **De acordo com o recenseamento promovido pela Secretaria de Economia verificou-se ultimamente a existência, em Goiânia, de 1.943 ranchos na sua maioria cobertos de capim e, até de sacos de cimento vazios.** (*O Popular*, 07 de set. 1947) (grifo meu)

Nessa matéria podemos identificar, não apenas a preocupação por parte do Estado com a proliferação desse tipo de moradia, os “ranchos”, mas, sobretudo, com a onda migratória para a cidade de Goiânia. Haja vista, que a cidade contava com apenas 14 anos de existência, mas a propaganda de vendas de lotes seguia a todo vapor, inclusive obtendo um aumento significativo nas décadas seguintes. Devido principalmente à necessidade de se adquirir verbas através da venda de terrenos, o Estado se torna o grande empreendedor imobiliário do período, utilizando-se, sobretudo, das propagandas divulgadas via imprensa e pelo Departamento de Propagandas do Estado. Como forma de melhor entender o que a reportagem acima estava a tratar as imagens abaixo são bastante representativas:

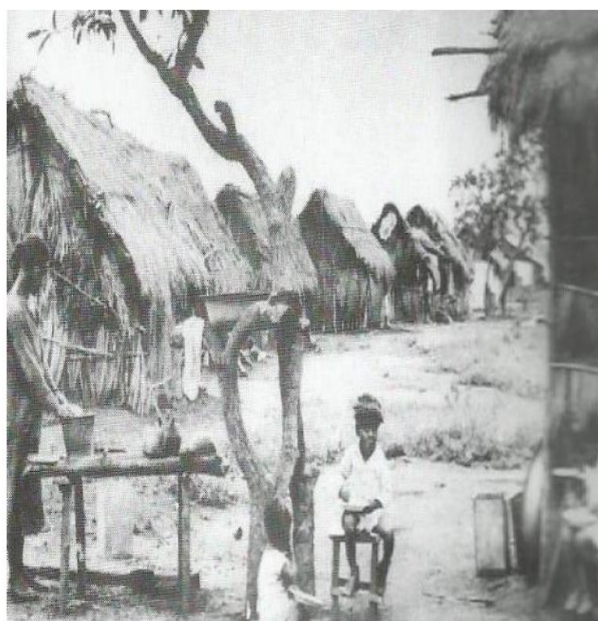


Figura 6: Moradias nas áreas populares de Goiânia.
Fonte: Adaptação de Pinto (2014, 106)



Figura 7: Moradia de trabalhadores próximo uma olaria.
Fonte: Adaptação de Godinho (2013, p. 133)

É possível observar nessas imagens, o aspecto das construções nos primeiros anos da capital, as casas todas muito próximas, feitas com pedaços de madeira e cobertas por palhas, capim e até saco de cimento como demonstra a reportagem. Linhas atrás, na figura 6 uma mulher provavelmente nos afazeres domésticos, lavando roupa ou vasilhas e a imagem de crianças que estavam se alimentando. Na figura 7, observamos as moradias de alguns trabalhadores, como sugere Godinho (2013) que ficava próxima a uma olaria, no que tudo indica eles

eram trabalhadores da fábrica. As casas, assim como na figura ao lado, são produzidas de material semelhante, apresentando-nos, no geral as duas imagens, uma situação bem precária tanto das moradias como das condições de higiene e salubridade no local.

Segundo Gonçalves, o processo de especulação imobiliária em Goiânia ocorre principalmente, em se tratando dos anos pós 1950:

[...] Foi resultante de uma somatória de interesses conjugados, decorrentes principalmente da ação do capital privado, do alto índice de crescimento populacional que superava todas as expectativas, além, dos interesses velados do próprio Estado e Município que por sua vez ansiava ampliar a receita de impostos. (2002, p.113).

É possível observar que a desfiguração do plano original de Goiânia e os consequentes problemas urbanos que a cidade passara a enfrentar, logo em seus anos iniciais, se deve a uma multiplicidade de diferentes interesses, demonstrado que a cidade foi palco de um processo de “desplanejamento” da cidade planejada (GONÇALVES, 2002). Essa situação pode ser observada também nas palavras de diferentes indivíduos que experienciaram a cidade. Segundo Bernardo Élis em entrevista transcrita no livro de memórias de José Mendonça Teles, *Memórias Goianienses*. Quando indagado sobre a concretização da cidade idealizada e sonhada, fazendo um paralelo entre a cidade nos seus primeiros anos e a Goiânia dos anos 1980, o literato responde:

[...] Goiânia não passou de um grande mercado imobiliário que enriqueceu meia dúzia de famílias, enquanto seus arredores se enchiam de favelas. O número de crianças abandonadas é grande, o desemprego campeia, e as praças e esquinas estão repletas de mendigos”. (ÉLIS apud TELES, p. 31).

Bernardo Élis dessa forma, não só aponta o problema da especulação imobiliária na cidade em seus primeiros anos, o que produziu como consequência, graves problemas sociais na cidade. Bem como também aponta os problemas gerados como consequências dessa condição na cidade de Goiânia dos anos posteriores.

Assim, a solução para alguns problemas, tais como densidade demográfica, uma preocupação à época, pois alta densidade demográfica simbolizava uma cidade moderna, urbanizada. Produziu na verdade um crescimento desordenado e com o passar do tempo se tornara um grande problema urbano e social. Também Freitas, alude sobre essa questão:

Frequentemente invocado como indicador de sucesso, na construção de Goiânia, o crescimento demográfico tem sido o responsável pela maior pelo descompasso, entre a efetiva implantação de infraestrutura urbana e as exigências população de migrantes que converge sem cessar para a cidade, desde seus primeiros dias. (1999, p. 282)

Esse indicador a que se refere a autora se tornaria em pouco tempo um dos fatores de grandes problemas sociais vivenciados na cidade tais como a questão das moradias em Goiânia. Mas o tão almejado progresso é sempre visto como consequência da urbanização, essa, que no caso de Goiânia por muito tempo se desvinculou dos preceitos do urbanismo (MEDEIROS, 2010). Assim, devido a esse crescimento acelerado no número de ranchos que estavam sendo construídos na nova capital, as medidas adotadas foram, segundo reportagem de *O Popular*, tomadas da seguinte maneira: “para o despovoamento da zona rural, resolveu o governo goiano, numa medida muito patriótica, proibir construções dessa natureza” (*O Popular*, 1947). As medidas segundo o autor tomadas pelo governo, diante dessa situação, determinou a proibição da construção dos ranchos, a fim de devolver esses trabalhadores para a zona rural o que seria uma medida patriótica, pois resolveria o problema do inchaço populacional da nova capital e devolveria a desejada mão-de-obra para o campo. Lugar que também sofria com a escassez de trabalhadores. Essa declaração nos revela bem a forma como os trabalhadores eram tratados pelo governo e ao mesmo qual era a visão que sobre ele se tentava criar. Ou seja, esses que com certeza, ofereceram sua mão de obra e suor na construção da cidade devia deixá-la, pois, se tratava de uma medida patriótica, seu retorno à vida no campo. Pois, na cidade de solução havia se tornando um problema.

Continua o cronista na reportagem a dizer que a Secretaria providenciou também, “no sentido de serem encaminhados esses desajustados – que o queiram – para a zona rural principalmente para a Colônia agrícola Nacional, onde lhes serão postos lotes, gratuitamente, à disposição”. (*O Popular*, 1947). Porém o que aconteceu segundo a reportagem, é que poucos manifestaram o desejo de trabalhar na lavoura, “preferindo ficar aqui enfrentando as dificuldades da vida da cidade”.

Portanto, mesmo diante dos conflitos internos e frustrações experimentados por esses indivíduos, vindos do campo e de pequenas cidades, a atitude na maioria das vezes desses era de permanecer na cidade, criando nele uma relação tensa e notadamente paradoxal com a cidade. Segundo Chaul:

As capitais se erguem para o capital. São racionalizações administrativas e burocráticas do Estado que se impõem na lógica do capitalismo. São espaços que permitem organizar o jogo político, são palcos do aplauso dos oportunistas de plantão, mas, também, **perspectivas que se abrem rumo à modernidade**”. (2009, p. 107-108)

Ainda sobre as cidades e o fascínio que exerce, Moysés nos leva a seguinte reflexão: “A cidade desde a antiguidade até os dias atuais, é um espaço privilegiado, não só pela sua diversidade produtiva, mas também e principalmente pela interação política e social que nela se realiza”. (2004, p. 44). Essas expectativas que se abrem são decisivas para o indivíduo que se lança a tal proposta. Contudo, esse não é a única questão que influencia o “desejo” de permanência desse homem do campo na cidade, fazendo com que ele não deseje retornar para sua vida na zona rural. O que em muitos casos ocorreu foi que do campo eles lá já haviam sido expulsos por grileiros e proprietários de terras que expropriavam o seu trabalho. Se tornando a cidade uma das poucas opções que lhe restara.

Assim, é possível observar que devido às exigências advindas do plano de urbanização da cidade em comunhão com as dificuldades financeiras encontradas pelos trabalhadores, criava-se bolsões de pobreza e miséria. Pois a cidade não havia sido pensada num todo, apenas os lugares privilegiados como o centro da cidade e seus principais bairros estavam na pauta dos seus idealizadores e projetistas. Como as condições financeiras dos operários não os possibilitavam

construir as suas moradias dentro dos padrões pré-estabelecidos. Goiânia se tornara uma outra realidade, gerando uma grande tensão urbana. Existia, portanto, uma distância significativa a ser observada entre a cidade “ideal” e a cidade “real”, entre o discurso do moderno e do novo e a sua efetiva concretização.

Podemos observar também em outros jornais da época, tais como o *Araguatins*, esse problema social crônico ligado às condições de moradia dos trabalhadores em sua maioria migrantes. A questão da moradia é assim relatada nesse jornal: “Situação por demais prolongada e angustiante a da moradia nesta capital [...] Coisa mais difícil é casa, para qualquer fim. E a exploração dia a dia mais se acentua” (*Araguatins*, 15 mar. 1946). E quando se fala da solução dos problemas por parte do poder público o que se relata é: “Porque o Estado não assume também essa qualidade? Nada custaria um entendimento, pelo menos para mostrar que se faz algo em benefício de milhares de sem casas [...]” (*Araguatins*, 15 mar. 1946). Vejamos, que em 1946 com a população urbana de Goiânia em torno de 50 mil habitantes, já se falava em falta de moradia para milhares de sem casas. Essa situação dentre outras foi responsável por desencadear outros problemas tanto sociais, como de saúde, tais como os que já apresentamos e os que ainda apresentaremos a seguir, tais como, doenças, epidemias, e outros.

Podemos identificar essa situação através dos relatos e memórias de alguns moradores da cidade nesse período. Segundo o senhor Eliseu migrante nordestino ao conceder entrevista transcrita no livro: *Migrantes nordestinos na construção de Goiânia* de Eleuzenira Menezes. Ele assim descreve a situação da cidade no início da década de 1950: “Veio muita gente de fora, que foi crescendo, certas propagandas mentirosas que ganhavam isso, que ganhava aquilo. E aí Goiânia disparou a crescer sem estrutura”. (ELISEU apud MENESES, 2012, p. 31). É possível observar na transcrição da fala de um trabalhador migrante, justamente o quanto as propagandas, foram responsáveis pela vinda massiva de pessoas de diferentes partes do interior de Goiás e do Brasil, o que alterou significativamente, a composição da cidade e, sobretudo, produziu um choque de realidade naqueles que para a cidade vieram atraídos por tais propagandas a que se refere a fala do senhor Eliseu.

Outro fator interessante a ser observado nas matérias veiculadas no período é que em contraposição a essa descrição da realidade de penúria e abandono dos imigrantes e trabalhadores, temos a fala de Oscar Barroso de Sousa, publicada no jornal *O Popular* e nos ilustra bem as diferenças entre os tipos de discurso e representações:

[...] Aqui, o que causa maior surpresa aos humildes que chegam, habituados a imaginar um chefe de estado, como um príncipe encantado trancado, dentro de um castelo feudal, é uma frase que em Goiás, vive dentro das cabanas pobres, na boca das mulheres, dos velhos, das crianças, - Vou ao Dr. Pedro. Qualquer injustiça, ou pretendida injustiça, praticada contra um roceiro, encontra logo, deste, uma repulsa: - **Vou ao Dr. Pedro essa invocação é uma barreira moral, contra qualquer arbitrariedade de certos mundanismo**s. Realmente o interventor, Pedro Ludovico recebe os homens de mãos calosas, ouve-lhes com paciência a ladainha das máguas, manda abrir inquéritos para apurar, verdades em favor de desprotegidos da sorte[...] (*O Popular*, 12 abr. 1942) (grifo meu)

Ao analisar esse texto produzido por Oscar Barroso de Sousa, é possível identificar uma representação de Goiânia e do Estado, como sendo o lugar da hospitalidade, que acolhe o nortista sofrido, “um oásis de esperança”. Sendo a figura de Pedro Ludovico o símbolo e a síntese dessa hospitalidade, sendo ele, aquele que abraça e acolhe os imigrantes que adotaram a cidade como o novo lugar para se viver. Percebe-se aqui a figura de Pedro Ludovico como a de “um espírito de bondade paternal, com um coração que é um verdadeiro manancial de generosidade, capaz de dar aos viajantes infelizes, paz, justiça e trabalho” mesma ideia que simbolizava a figura do Presidente Getúlio Vargas, o então “pai dos pobres”. Demonstrando assim, a tentativa de aproximação e unificação desses dois importantes e significativos representantes dessa nova forma de fazer política, que viria para romper com aquele até então empregada forma utilizada pelas Oligarquias regionais, trazendo progresso e desenvolvimento para a região.

Porém, na prática principalmente em Goiás, o que se percebeu foi uma continuidade na forma de se fazer política, fruto principalmente de uma política paternalista. Essa mesma imagem de protetor dos pobres foi construída em torno da D. Gercina Borges, podemos observar, segundo Freitas, a esposa do então

Interventor, se tornou conhecida como “mãe dos humildes” era assim retratada: “dela dizia um articulista... suas mãos sempre se estenderam aos pobres, seu coração sempre se abriu às queixas dos humildes, sua vontade sempre se traduziu em gestos esplendorosos de caridade”. (1999, p. 276). Essa era a imagem que se tentava produzir, principalmente, vide imprensa daqueles que estavam no governo, o que de certa forma aconteceu, pois, essa atitude fazia com que a sociedade de certa forma se portasse de forma ordeira, tudo que era necessário para a implementação de novas ideias e ademais de uma nova cidade.

Assim, o que de fato ocorreu foi que Pedro Ludovico entendia a forma de fazer política de Vargas e a reconstituía e a estendia no plano regional. Sabemos, portanto, como observado nas narrativas, que a realidade vivida por esses trabalhadores e construtores da cidade, que na maioria eram imigrantes, não fora essa aqui propagada pelo autor, de acolhimento e cuidado. Pelo contrário, foi uma experiência de exclusão e negação de serviços essenciais e dos bens públicos, o acesso à cidade lhes foi negando. Segundo Chaul: os trabalhadores estavam “vivendo de miséria, cujo comentário se transforma em redundância, o operariado sobrevivia de empréstimos, vales e promessas” (1999, p. 111). Nos levando, portanto, a refletir sobre esses discursos que foram produzidos sobre a vida desse grupo de pessoas que participaram da construção e da formação de Goiânia e que de alguma forma foi suprimido e sufocado das páginas dos nossos livros de história. Mas que foram as “mãos” que ergueram e contribuíram para a consolidação da nova capital. Indivíduos que vieram para a cidade em busca de realizar seus sonhos e também se envolveram na realização de um sonho coletivo, construir um novo centro, uma metrópole. E a proposta aqui é justamente analisar como essa história foi escrita, ou esquecida, buscando encontrar nas margens dos discursos e representações sobre a cidade, suas contradições e realidades não reveladas.

2.2.1.2 Agitações e greves na nova capital

Através dessa situação observada em diferentes momentos ao longo desse período estudado e que são geralmente esquecidos ou suprimidos. Podemos identificar alguns importantes movimentos associados a trabalhadores e estudantes, que mesmo de forma acanhada são narrados em livros e algumas matérias de

jornais da época, liderados geralmente pelos trabalhadores e estudantes. Estes movimentos de greves e agitações nos colocam diante de uma narrativa da cidade, em que são demonstrados toda a sua heterogeneidade. Fazendo com que percorrêssemos, por uma cidade bem diferente da produzida nas narrativas que trabalhamos no capítulo anterior.

Assim, O livro *A luta na epopéia de Goiânia, uma obra da engenharia nacional*, publicado em 1942, como contribuição ao Batismo cultural e inauguração oficial de Goiânia. De autoria de Geraldo Teixeira Álvares, que apesar de irmão do então Interventor Pedro Ludovico Teixeira, nesse sentido não faz muita objeção em caracterizar alguns desses movimentos de greve organizado pelos operários em Goiânia, explicando-nos que: “[...] Surgiam, repetidamente, complicações e gréves entre os operários. Quanto ao número de operários, foram registrados e passaram pela Superintendência das Obras mais de 4.000 trabalhadores”. (ÁLVARES, 1942, p. 63). O autor não data essa movimentação dos operários, mas entende-se que esses 4.000 operários tenham vindo para a capital, até aproximadamente o início do ano de 1942, data da inauguração da cidade e também do lançamento do livro. As complicações a que se refere o autor são falta de pagamento de salários, precariedade nas moradias, péssimas condições de higiene, falta de verbas para as construções, pagamento de operários, dentre outros.

Ainda sobre a situação dos operários Álvares nos revela a seguinte situação: “Era uma massa também oscilante: se havia dinheiro, crescia o número de operários em atividade, as construções prosseguiam [...] Cessando o numerario, reinava a indisciplina, a agitação, o fermento das gréves”. (1942, p. 63). É possível observar aqui que aquela visão ordeira e sem conflitos apresentados em boa parte principalmente da imprensa, literatura, historiografia e outros meios de comunicação da época, não condizem com esse tipo de imagem aqui encontrada nessas narrativas. Entende-se, portanto, que uma narrativa realista sobre Goiânia, nesse período, fora produzida. Porém, pouco ou quase nunca foram reavivadas pela historiografia e demais campos do saber. Os “rastros” desses movimentos, lutas e resistências estão presentes em muitos dessas páginas de jornais e revistas. Mas foram sempre pouco ou quase nunca levados à um plano de visibilidade

Ainda sobre essas questões relativas ao movimento dos trabalhadores Álvares relata: “Os problemas da administração se assoberbavam, mais ainda, com a paralização das obras, diante das gréves que rebentavam. E foram tantas, que mereceram, mesmo, as honras de uma estatística” (1942, p. 64). E esses números relativos á greves e paralizações são apresentados pelo autor conforme quadro abaixo:

Motivo	1934	1935	1936
Tentativas de greves por falta de pagamento	Varias	varias	2
Greves levadas a efeito por falta de pagamentos	Varias	5	0

Tabela 2: Greves operárias nos primeiros anos da nova capital
Fonte: Álvares 1942, p. 64

O quadro nos revela que o operariado se revoltou e produziu um cenário de contestação e questionamentos diante de sua realidade. Sobre as atitudes frente a tal situação, Álvares assim as relata: “Para obviar essa situação calamitosa, dos operários e trabalhadores passaram meses e meses, sem receber seus salários que já eram cotados em preços bem baixos, - os engenheiros responsáveis pelas obras ainda tentaram encontrar uma solução” (1942, p. 67). Uma das alternativas para sanar o problema seria através de uma lei que criasse uma conta especial de financiamento das obras de Goiânia, utilizando para esse fundo os créditos do governo federal e as verbas de vendas de lotes (ÁLVARES, 1942). Segundo o autor essa sugestão foi bem acolhida pelo governo, se tornando lei. Porém, não foi suficiente para solucionar o problema. Mas de certa forma serviu para acalmar os ânimos dos trabalhadores, revoltados com atrasos de salários e precariedade das condições de vida. Outra questão importante a ser levada em consideração é que a partir de 1936, Pedro Ludovico assume uma postura política mais radical de forte repressão, o que de certa forma também pode ter influenciado diretamente a inibição desses movimentos operários revoltosos.

Sobre essa situação e as medidas adotadas pelo Estado diante de tal, Campos afirma:

O Estado tomou uma série de medidas tentando evitar a movimentação operária. Entre elas, a emissão de 'vales', uma espécie de dinheiro com que o Estado pagava aos trabalhadores e que circulava na cidade (e em Campinas), sendo recebido pelos comerciantes com desconto de 20, 30 e até 40 por cento, devendo depois ser resgatado pela Diretoria da Fazenda Estadual. Estes 'vales' não deixavam de ser um bom negócio também para os comerciantes, além de ter sido para o Estado. (2001 p.109)

Essas medidas ao que tudo indica, não resolveram os problemas, mas podem ter contribuído para acalmar os ânimos mais exaltados e revoltados com a situação de desamparo pelo qual os trabalhadores enfrentaram nos primeiros anos na capital. Entretanto, o interessante a se destacar é que esses movimentos aconteceram, e tiveram grande adesão dos trabalhadores ao longo desses primeiros anos na capital, fazendo com que o cenário de "calmaria" e "controle" se alterasse e que de alguma fizeram que algumas mudanças, sejam, elas efetivas ou não pudessem ocorrer na vida desses trabalhadores, alterando o panorama social vivenciado na cidade. A constatação de que o panorama geral da situação de vida dos trabalhadores e boa parte da população, não havia melhorado pode ser observado em reportagem de *O Popular*, sobre a carestia de vida em Goiânia:

Várias dezenas de operários vieram, ontem incorporados a esta Redação afim de pedir que registrássemos seu apelo junto ao poder público, no sentido de ser minorada a situação do trabalhador em Goiânia. Alegaram os reclamantes que o custo da vida é cada vez maior e que, apesar de já se haverem dirigido varias vezes às autoridades, estas nenhuma providencia tomaram, continuando esse estado de coisas a imperar aqui em todos os setores. (*O Popular*, 11 fev. 1947)

É importante destacar nessa reportagem, para além da continuidade de uma situação de extremas dificuldades, pelo qual passavam os trabalhadores. Observar os indícios de uma organização capaz de perceber a importância de uma ação política que ultrapasse a ação paredista, e procurasse informar e mobilizar a sociedade quanto às suas demandas. Também podemos destacar o quão ciente eles estavam, de que por meio da imprensa eles poderiam influenciar na formação

de uma opinião pública, que pudesse junto às autoridades requerer providências quanto à essa questão do auto custo de vida na cidade.

Ainda sobre as agitações populares e movimentos ocorridos no período, principalmente pelo auto custo de vida na cidade, em matéria veiculada em *O Popular*, observar os relatos de movimentos e organizações de estudantes na cidade, protestando principalmente pela carestia de vida na nova capital: “Desde a semana passada entraram em greve os estudantes de Goiânia contra os preços dos cines Goiaz e Campinas, de propriedade da Empresa Goiânia Cinema Ltda”. (*O Popular*, 22 mai. 1949). É sabido que nesse período poucas ainda eram as opções de lazer na cidade, e que o cinema era um dos grandes atrativos, onde se reunia boa parte da juventude da época. Porém, como demonstrado na reportagem: “Reclamam os estudantes que os preços dos ingressos estão altos e ainda por cima são cobrados os impostos por fora”. (*O Popular*, 22 mai. 1949). Sobre a situação do aumento, considerado abusivo pelos estudantes e diante dos protestos, a reportagem revela a seguinte situação: “a empresa demonstrando que não tem possibilidade de exibir fitas pelos preços pedidos pelos estudantes e estes que os preços atuais da empresa são elevados. Em vista disto os cinemas continuam fechados” (*O Popular*, 22 mai. 1949). Essa situação demonstra que a sociedade de alguma forma já procurava se organizar e manifestar suas insatisfações perante algumas situações de dificuldades que a população vivenciava na nova capital.

Sobre a continuidade das manifestações e movimento de estudantes na cidade, em outra reportagem intitulada “*Estudantes fichados como comunistas*”, ilustra bem a relação e visão tanto do estado como da imprensa, quanto a esses movimentos de resistência. Assim, relata o jornal: “A imprensa local publica com destaque, uma lista que lhe deve ter sido fornecida pela Chefia de Polícia, contendo nomes de mais de vinte estudantes goianos, ora fichados nesta Capital como comunistas”. (*O Popular*, 09 out. 1949). Como já mencionado anteriormente, no período existia o “medo” comunista, pois esse começava a avançar em vários países, inclusive chegando nos países da América. O que amedrontava o poder instituído, pois pregava mudanças radicais e profundadas na sociedade. Assim, a repressão a movimentos como esses dos estudantes em Goiânia, pode ser

entendido dentro da lógica, primeiro do próprio controle social, como do “medo” do avanço Comunista no Brasil.

Ainda sobre esse caso dos estudantes intitulados comunistas, vejamos, por exemplo, qual foi a postura da imprensa diante dessa situação: “Segundo anunciou ainda a imprensa, essa lista foi remetida ao Ministério da Justiça, afim de que o Governo Federal tome as providências indicadas no caso” (*O Popular*, 09 out. 1949). Agora vejamos qual era o caso e a patrulha ideológica existente: “Motivou êsse fichamento o fato dêsses estudantes serem presos em flagrante, quando faziam uma passeata, em bicicletas, pelas ruas desta Capital, no dia de Outubro, data destinada pelos comunistas à comemoração ao Dia da Paz” (*O Popular*, 09 out. 1949). Não temos aqui outras versões do caso, mas ao que tudo parece, não passou de uma passeata como relata a própria matéria, em que um número reduzido e considerado pequeno de estudantes, fizeram um movimento pacífico e sem maiores perturbações, por algumas ruas da cidade. Sobre a situação continua o cronista a dizer: “Não censuramos o Governo de Goiás pelo fato de combater o comunismo, agindo contra os que são, com efeito, responsáveis por êsses movimentos, e pregam aqui abertamente aquela ideologia”. (*O Popular*, 09 out. 1949). É possível observar nas palavras do autor, a busca por uma neutralidade da matéria, uma tentativa de não se comprometer diante do governo. Contudo, sabemos que além desses estudantes outras pessoas também adotaram o Comunismo nesse período em Goiás: personalidades tais como foi o caso do escritor Bernardo Élis, e políticos, tais como os deputados pelo PCB, Afrânio de Azevedo e Abraão Isaac Neto. Bem como sabemos, houve uma imprensa estudantina, associada principalmente às idéias de esquerda, mas que infelizmente não foi possível de ser encontrada nos arquivos pesquisados mas que são citadas por pesquisadores da imprensa em Goiás, tais como (FILHO, 1971).

Assim, à procura dessas margens, propositalmente ou não “esquecidas”, se tornou possível também identificar outros movimentos de revoltas e contestação. Uma delas, foi conduzida pelos industriários e empresários da época. Em reportagem de *O Popular*, a situação assim nos é relatada: “Continua o movimento encabeçado pelos industriais desta Capital no sentido de denunciar aos poderes públicos o contrato de 30 anos, firmado entre o Ministério da Agricultura e a

Emprêsa Fôrça e Luz de Goiânia”. (*O Popular*, 26 de mai. 1949). Observa-se que diante da situação de caos gerado pelas constantes quedas de energia e os graves problemas relativos ao fornecimento de energia elétrica do período, os empresários resolveram se organizar e denunciar o descabido contrato firmado pela empresa responsáveis pela geração de energia para a cidade. Diante da incapacidade na realização de tal serviço já observado ao longo dos anos, e sobre tal situação descabível a matéria assim relata a situação: “A fim de combinar as providências que seriam tomadas no caso, reuniram-se, à rua 4, ficado escolhido uma Comissão Permanente para tratar do assunto junto às autoridades locais” (*O Popular*, 26 de mai. 1949). Nos relata ainda a matéria, que fixada essa comissão foi enviado um texto ao então Governador do Estado Jerônimo Coimbra Bueno e transcrito aqui apenas em parte, com as seguintes palavras:

Não sabemos como e acreditamos que V. Excia. mesmo ignore, a Emprêsa Fôrça e Luz de Goiânia conseguiu firmar com o Govêrno da União, através do Ministério da Agricultura, em 5 de novembro de 1948, um contrato exdrúxulo, pelo qual é dada concessão à Emprêsa para exploração dêsses serviços por mais trinta anos... Bem sabemos que a reprêsa, mesmo que aproveitado a sua última gota d’água, não dá para satisfazer às necessidades atuais de Goiânia, e o que diremos, então, para um futuro de trinta anos?

É possível observar nessas palavras de protesto a indignação pela questão de ao longo dos anos o serviço oferecido pela empresa ter sido precário, como mostraremos no trabalho em outro momento. Contudo, mesmo assim o Ministério da Agricultura firmou um contrato de mais 30 anos com a empresa. Que não reunia condições para prestar tal serviço naquele momento e muito menos dentron de 30 anos, tempo em que a cidade estava crescendo de forma acelerada e dependia de tal serviço para dar continuidade ao progresso e modernização da cidade. Ainda esses mesmos empresários também protestaram, contra o aumento do valor do custo das taxas: “Postos em prática, no mês passado os novos preços depois da colocação de relógios houve uma grita geral de todos os industrias desta capital” (*O Popular* 22 mai. 1949). Esse problema crônico relativo ao fornecimento de energia elétrica se arrastara por vários anos na nova capital.

Como veremos a seguir, contudo o mais importante nesse tópico, foi observar que houveram diferentes tipos de movimentos de contestação, organizados por indivíduos de diferentes grupos sociais presentes na nova capital. E também não menos importante, foi analisar como esses fatos foram narrados pela imprensa.

É possível, assim observar a partir da análise dessas narrativas, noticiais e reportagens presentes na imprensa, que a cidade também passa a ter alguns movimentos bem característicos de grandes cidades, como movimentos operários e estudantis, o que nos demonstra que movimentos de resistência puderam ser observados, mas não se tornaram relevantes para aqueles que produziram uma história da cidade, todos esses movimentos quase que sempre foram relegados ao “esquecimento. Assim, movimentos de trabalhadores, industriários, comerciantes e estudantes, foram relegadas a favor de uma história plana e sem rugas, idealizada e aquém de uma “história” crítica e vista pelas margens.

2.2.1.3 Um problema crônico - A falta de energia elétrica em Goiânia

A questão da energia elétrica na nova capital, foi um dos assuntos mais recorrentes na imprensa goianiense durante os seus primeiros anos. Elemento essencial à vida moderna e citadina, a questão da energia elétrica em Goiânia foi motivo de reclamações, crises e debates que ocuparam muitas páginas de jornais e revistas da época. Sobre a energia elétrica e a sua importância no processo de modernização, podemos observar o seguinte:

É indiscutível o papel que a energia tem assumido no processo de modernização, basta lembrar que ela foi condição básica em todas as revoluções tecnológicas. Se as inovações tecnológicas e políticas são “motores” da modernização, a energia é um dos alimentos desses motores, o que, no entanto, não isenta os processos territoriais de conflitos político-ideológicos de diferentes naturezas e escalas. (CASTILHO, ARRAIS, 2012, p. 4).

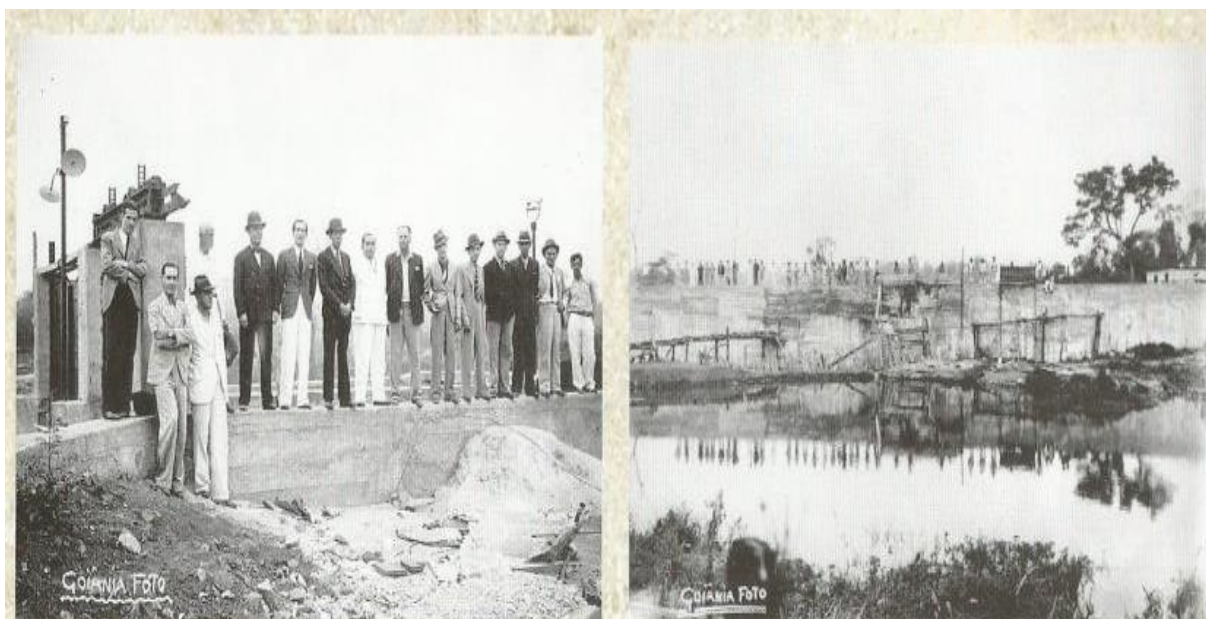
Percebemos, assim, nas palavras dos autores, ser a energia elétrica elemento fundamental no processo de modernização, haja vista, que ela foi condição basilar para as revoluções tecnológicas, bem como para o processo de industrialização. E não menor importância ela teve para a construção e consolidação

das cidades capitais. Porém, mais que isso a explicação acima nos demonstra, que assim bem como as inovações e avanços tecnológicos são propulsores da modernização, “a energia é um dos alimentos desses motores” e ressalta também que diferentes conflitos, tanto ideológicos quanto políticos, são gerados em torno da questão da energia elétrica. Assim, ao trabalhar as narrativas produzidas sobre Goiânia, foi possível identificar esses diferentes conflitos, que o autor cita em relação à energia elétrica na nova capital.

Devido à demanda de energia elétrica para acelerar as obras na capital, principalmente a construção dos prédios públicos, bem como para dar um ar cidadão à cidade, nos aponta Lima a seguinte situação:

O Estado firmou um contrato com a empresa de propriedade do engenheiro José Madureira Júnior para a construção de uma usina em trecho especial do Rio Meia Ponte, represado para a formação de um reservatório. Havia todo um projeto do governo para o local, que incluía “Avenida Parque, da Represa do Jaó, late Clube e Jardim Botânico”. Com a construção da represa no Rio Meia Ponte, formaria-se um lago na extensão de quase quatro quilômetros e de grande largura, superior a 500 metros em alguns pontos, para o reaproveitamento da cachoeira do Jaó, que forneceria luz e força a Goiânia. (2011, p. 01)

Assim, três anos após o lançamento da pedra fundamental da cidade, em 15 de novembro de 1936, foi inaugurada a Usina hidrelétrica do Jaó. Construída a partir do represamento do Rio Meia Ponte, a usina foi responsável pela geração de energia elétrica para a cidade de Goiânia, que até então só contava com um motor à óleo cru para abastecer a cidade (FREITAS, 1999). Porém, dentre as várias obras previstas no projeto, apenas a usina para geração de energia elétrica foi de fato concluído, as demais obras não foram concretizadas, provavelmente por falta de recursos e a necessidade apresamento das obras. Conduto a produção de energia produzida pela Usina era pequena em relação à demanda da nova capital o que acarretou vários problemas relativos ao fornecimento de energia elétrica para a cidade Logo abaixo podem ser observadas imagens da região da antiga Usina do Jaó:



Autordades visitam barragem da Usina Jaó. Eduardo Bilemjian. Década de 1940. Goiânia-GO. Coleção José Mendonça Teles. Acervo MIS-GO.

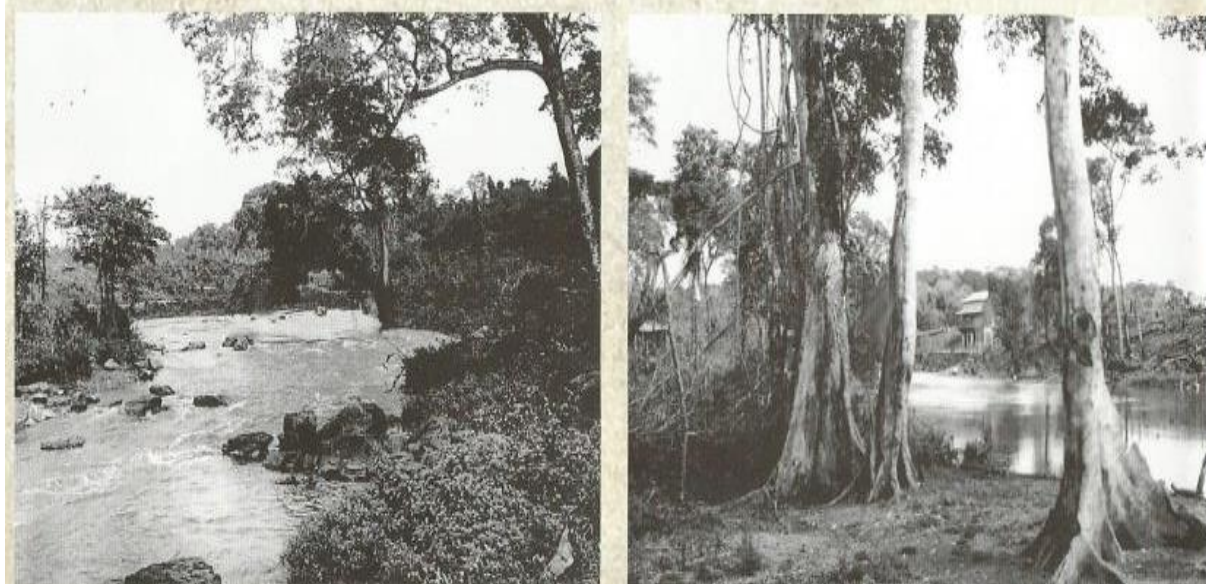


Figura 8: O Rio Meia Ponte e aspectos da região.
Fonte: Adaptação de Pinto (2014, 97)

Na imagem acima estão algumas autoridades que estavam visitando a Usina do Jaó na década de 1940 e também imagens do aspecto da vegetação próximo ao Rio Meia Ponte, no local aonde foi feito o represamento do Rio através do que originou a usina do Jaó:



Figura 9: Comitiva visitando a usina Jaó na década de 1940.
Fonte: Adaptação de Pinto (2014, 97)

Contudo, como iremos demonstrar, mesmo com a inauguração da usina do Jaó, a cidade vivenciou um verdadeiro drama em relação ao fornecimento de energia elétrica, com constantes quedas no fornecimento e inúmeros apagões, influenciando sobremaneira nas obras de construção da nova capital e no seu desejado desenvolvimento. Afetando diretamente tanto a economia como a qualidade de vida daqueles que viviam na cidade. Em reportagem de *O Popular* sobre tal situação o Dr. Oton Nascimento, Diretor Técnico da Sociedade Goiana de Engenharia Goianenge, profere algumas importantes palavras relativas à questão do abastecimento de energia elétrica em Goiânia:

[...] a usina do Jaó, mesmo aproveitando-se o máximo de energia hidráulica que o desnível total é capaz de produzir, pouco mais de 1000 cavalos vapor poderá fornecer. Tal potência será insuficiente para Goiânia daqui há, somente, dois anos [...]" (*O Popular* 25 mar. 1946).

É possível observar nas palavras proferidas, que passados 10 anos da inauguração da usina do Jaó, o diagnóstico e prognóstico sobre a situação do fornecimento de energia elétrica para Goiânia, era preocupante, pois, a sua capacidade de fornecimento de energia para a cidade, se tornaria insuficiente em no máximo dois anos. Essa situação pode ser observada também a partir de reportagens tanto de *O Popular* como em outros jornais do período,⁹ demonstrando que desde o início os serviços de fornecimento de energia elétrica foram precários, com constantes quedas, isso, quando não insuficiente para abastecer a cidade, fazendo com que o futuro da energia elétrica naquele período fosse uma verdadeira incógnita. Assim, tanto o presente como o futuro da capital estariam, no que tange ao fornecimento de energia elétrica, comprometidos. Sobre as possibilidades e viabilidades para o melhoramento do fornecimento de energia, relata ainda:

Tem-se falado muito, ultimamente do aproveitamento da energia do Paranoá... O transporte de energia elétrica a esta distância, embora possível sob o ponto de vista técnico ,é, entretanto, irrealizável economicamente [...] Eis em largos traços, um resumo da situação presente e futura da energia elétrica em Goiânia. Cruzar os braços frente às dificuldades será transformar a Capital do Estado numa pacata cidadezinha de funcionários públicos. (*O Popular*, 25 mar. 1946).

Uma das opções observadas que seria optar por outras fornecedoras, como a do Paranoá, por exemplo, seria segundo o engenheiro economicamente

⁹ Goiânia, há muito, vem angustiada com falta de luz. O polvo da escuridão, com seus tentáculos gigantes, atazanava, sufoca, destrói, paulatinamente a capital caçula. O progresso, rei das demais civilizações, é em Goiânia motivo de escárnio e de mofa por parte dos magnatas da eletricidade. Este palhaço pede luz e lhe dão sombras, implora futuro e lhe dão escarros, mendiga desenvolvimento e lhe oferecem desengano... Os hospitais são o terror dos médicos inibidos de operar os doentes em virtude nem sequer existir energia elétrica para esterilizar aparelhos cirúrgicos... E Goiânia se enfeia, se entristece, estagna, despovoa, constituindo um lugar desprezível para aqueles que desejam empregar capitais na proliferação das indústrias. Mesmo as construções altas pararam repentinamente, como que tolhidas por uma paralisia total e repentina... (*O social*, 11 de jun. 1949)

inviável, devido à distância entre a usina e a cidade. Contudo, finaliza o senhor Oton, dizendo que se cruzado os braços diante das dificuldades, a nova capital pensada e idealizada para se tornar um grande centro, não passaria de uma “cidadezinha de funcionários públicos”. Esses relatos das dificuldades vivenciadas em Goiânia, nos dão a dimensão de uma outra cidade, bem diferente daquela que propagada e disseminada pais afora a fim de divulgá-la e “vendê-la”.

Assim, através da análise dessas narrativas, é possível demonstrar os graves problemas ligados ao fornecimento de energia elétrica sofrida pelos goianienses. Situação que foi agravada com o acidente ocorrido em abril de 1945, causado pelas chuvas e ventos, que danificaram os equipamentos da usina Jaó, e comprometeu seriamente o funcionamento da mesma. Fazendo com que Goiânia após esse acidente passasse por um período turbulento e incerto, pois a falta de energia elétrica prejudicou significativamente tanto as obras de construção da cidade, bem como o comércio e a indústria que estavam em desenvolvimento. A imagem a seguir ilustra bem as condições da usina após o acidente:



Figura 10: Trabalhadores na usina do Jaó.
Fonte: Adaptação Godinho (2013, p. 181)

Essa é a imagem da usina em processo de reconstrução após o acidente ocasionados pelas chuvas. É possível observar que boa parte da barragem foi destruída, bem como que existia um reduzido número de operários empregados, pelo menos por essa imagem, o número de operários não era muito grande. Para agravar ainda mais a situação do fornecimento de energia, o processo de reconstrução da usina foi lento e demorado. A expectativa de reconstrução e solução do problema, que era de alguns meses, como relato descrito abaixo, na verdade demorou alguns anos para ser solucionado, gerando assim mais instabilidade e indignação na população goianiense. Sobre o andamento das obras de reconstrução da barragem, a matéria abaixo nos elucida a seguinte situação:

Encontramos trabalhando, ali cerca de 70 homens que nesses três dias, já reconstruíram 80 metros da barragem, na parte destruída. Vimos apenas 150 sacos de cimento, no local, quando são necessários 8 a 10 mil sacos para os serviços. Existiam também ali tão somente 20 metros de pedra, quando pelo calculo feito, deverão ser empregados mais de 1.200 [...] Assim, tendo em vista a deficiência de material, tão cedo Goiânia não voltará a possuir luz e quem ali se encontra acompanhando os trabalhos nos afirmou que, dentro de 3 meses, impreterivelmente, estará restabelecido o fornecimento de energia elétrica a esta Capital. (*O Popular* 15 jul.1945).

Veremos a seguir, que diante das condições que passavam a cidade, tais como, falta de material, poucos recursos e dificuldade de contratação de pessoal, essa previsão inicial de entrega das obras e restabelecimento do fornecimento de energia de três meses foi extrapolada e muito. O que provocou indignação e perplexidade na população goianiense, tanto nos empresários e comerciantes que tiveram os seus lucros prejudicados, ou por aqueles que somente precisavam da energia para o tão almejado conforto que a cidade grande lhe proporcionaria. Assim, sobre as possíveis soluções encontradas para o problema temos a seguinte situação relatada no jornal:

Os prejuízos sofridos por Goiânia, sobretudo, pela sua indústria e pelo seu comércio, conforme temos seguidamente acentuando, continuam progressivamente. Meses depois da destruição da barragem, foi instalado um motor velho nas imediações do Botafogo, motor esse de cerca de 100 cavalos, o que nada alterou, de vez que

funciona o mesmo de modo irregular e está constantemente com uma ou mais peças quebradas [...] (*O Popular*, 28 fev. 1946).

O cronista avalia aqui as consequências da falta de energia, estão acarretando graves prejuízos à cidade e que os mais prejudicados são a indústria e o comércio. Nesse caso já haviam se passado aproximadamente 11 meses, desde o rompimento. Como medida paliativa havia sido comprado um motor de navio que foi instalado as margens do córrego Botafogo, mas que não conseguia suprir a necessidade de consumo da cidade. Essa situação também é indicada na literatura. Em *Chão Vermelho*, ela é relatada por alguns personagens do romance, que associavam o fornecimento de energia elétrica, geralmente apenas como fonte de luz, haja vista, que essa característica da energia elétrica era a mais representativa, principalmente para aqueles que viviam no campo e vieram para a cidade. Dai podemos entender a fala de Dona Fia: “vai comprar gás agorinha mesmo. A luz tá feito vaga-lume e termina é sumindo” (BRASILIANSE, 2002, p. 201). Essa expressão “feito vaga-lume”, utilizada pela personagem ilustra bem as constantes quedas e oscilações que existiam no fornecimento de energia para a cidade comparando-a a um vaga-lume, que erradia sua luz sempre de forma inconstante, fazendo assim com que não se pudesse confiar no fornecimento, e que o melhor seria ter o querosene em casa porque a luz “termina sumindo”. Situação parecida pode ser identificada no diálogo entre Joca e Joviano quando o primeiro estranha a quantidade de vela na casa de Joviano e diz:

- Parece que vão rezar terço aqui?
 - Terço?
 - E aquele maço de vela na mesa?
 - Isto é do Toninho estudar quando a luz enguiça. Essa luz é uma peste!
 - Cadê o motor novo?
 - Diz que pipocou tudo.
 - Na barraca falaram que é máquina de trabalhar dibaixo d'água. Será?
 - Falaram que era de submarino. Só entendo de construção.
- (BRASILIANSE p. 53-54)

Esse diálogo de certa forma cômico e ao mesmo tempo irônico que Brasilense trás em sua narrativa através dos personagens, ilustra bem essa questão relativa à energia elétrica, a vela é citada de forma irônica, pois devido a grande

quantidade, fica no olhar do personagem, parecendo “que vão rezar terço”. Prática religiosa muito comum nas casas de boa parte da população naquele período. E que é utilizado como forma irônica para relatar a situação ilustrando bem essa condição quase que diária de falta de energia elétrica a cidade. O diálogo demonstra também a insatisfação com a situação quando o personagem diz: “essa luz é uma peste”, e quando cita o motor de submarino que teria sido trazido para Goiânia como forma de solucionar o problema relativo à falta de energia, que na verdade também logo estragou e em pouco ou quase nada contribui para solucionar o problema que tanta afligia os goianienses.

Ainda sobre a indignação da população goianiense com a situação do fornecimento de energia elétrica, em reportagem do jornal *Folha de Goyaz*, intitulada “*Sabotadores do progresso de Goiânia*” veiculada em data antecedente ao acidente da usina do Jaó, já é possível compreender a indignação da população com as constantes faltas de energia elétrica. Segundo o cronista:

Goiânia dorme cedo. Tem medo de ficar acordada por causa da escuridão. É muito nova e por isso tem pavor de fantasmas. De dia trabalha pouco porque não lhe dão material necessário para o desenvolvimento de suas inúmeras atividades. Há muito coisa aqui estagnada à espera de melhores dias quando se der o restabelecimento mental de alguns elementos que açambarcaram o campo mais importante para a vida de uma cidade [...] (*Folha de Goyaz*, 25 jan.1945) (grifo meu)

O autor inicia sua fala fazendo referência mais uma vez de forma irônica, dizendo que por ser muito nova Goiânia tinha medo de fantasmas, gerado diante da escuridão que tomava conta da cidade durante a noite devido às constantes quedas no fornecimento de energia, por isso a cidade “dormia cedo”, o que seria justamente o contrário de uma cidade capital que deseja ser moderna. É interessante notar a própria fala de um dos projetistas de Goiânia, sobre a importância da energia elétrica para a nova capital: “[...] na cidade progressista ela é tudo. Domina a existência urbana durante o dia e pela luz intensa que fornece, permite a circulação através da noite, nas praças, nas avenidas e dentro dos edifícios”. (1933 apud ABREU, 2010 p. 94). Bem diferente, portanto, foi a situação vivenciada em Goiânia, como cita o

cronista, “Goiânia dorme cedo”, fazendo com que todo aquele ar citadino na verdade se transforme em uma situação de “estagnação”.

Diante dessa realidade o autor faz duras críticas aos responsáveis pela energia elétrica em Goiânia: “Há escuridão nas ruas e há mais escuridão ainda no cérebro de dos que são responsáveis pela luz”. (*Folha de Goyaz*, 25 jan. 1945) Crítica referente à incapacidade dos responsáveis pelos serviços de fornecimento de energia elétrica, de sanar os problemas relativos a esse serviço. Continua o cronista a dizer: “Os goianienses estão proibidos de ler, de ouvir rádio, de ir ao cinema, de ler alguns de nossos jornais e até de sair à rua” (*Folha de Goyaz*, 25 jan. 1945). Escuridão essa que fazia com que os goianienses ficassem privados de várias atividades características da vida urbana, o que gerava descrença e revolta na população que chegara à cidade no afã de desfrutar do aparelhamento de uma grande cidade ele se depara com problemas tais como a falta constante de energia elétrica dentre outros problemas estruturais presentes na nova capital.

Essa questão se arrastou durante vários anos como esclarece Freitas, que fazendo referencia ainda ao acidente da usina do Jaó e a solução dos problemas, nos esclarece:

Com o Brasil em guerra, não havia como importar equipamentos elétricos, os quais não eram fabricados no país. A cidade ficou às escuras, até que foi possível adquirir o motor de um “navio velho”, afinal instalado na Alameda Botafogo Essa situação estendeu-se até a inauguração da usina do Rochedo, em 1958. (1999, p. 253 apud ABREU, p. 96)

É possível, portanto, inferir a partir dessas narrativas, que Goiânia experimentou durante mais de uma década um verdadeiro drama em relação ao fornecimento de energia elétrica, como diz o próprio autor, “essa situação estendeu-se até a inauguração da usina do Rochedo, em 1958” contrastando assim e muito com a visão idealizada que foi criada em torno da cidade, fazendo com que possamos refletir entre essas diferentes formas de representação da cidade. E ao mesmo tempo, ter um melhor panorama daquilo que de fato se aproximou da realidade experimentada por boa parte da população goianiense, em seus primeiros anos de existência.

2.2.1.4 Doenças e questões de higiene na nova capital

As questões de higiene e saúde como já abordadas no Capítulo I, estiveram presentes nas narrativas utópicas e idealistas. Sobretudo, foram identificadas nos discursos do grupo político mudancista, que tiveram suas ideias disseminadas pela imprensa. As questões de higiene e saúde foram um dos principais argumentos utilizados para que se justificasse a transferência da capital da cidade de Goiás, insalubre, avelhantada, carregada de doença. Para Goiânia o *lôcus* da higiene, assepsia e saúde. Nos explica Silva:

O debate sobre saúde em Goiás nas décadas de 1930 a 1950 e a preocupação com o esquadramento e a higiene do espaço têm seu exemplo mais clássico no projeto de construção da nova capital. A interferência no corpo e na sociedade pode ser indicada pela prática e discurso higienista e eugenista que toma uma conotação de nacionalismo, daí a inserção do sertão no projeto nacional por meio da corporificação do Estado... **Em Goiás, o ataque aos males endêmicos, o controle do indivíduo pelo poder médico, a educação sanitária e a higienização do espaço público eram fundamentais**, haja vista que nos discursos afirmava-se que o processo de desenvolvimento do capitalismo e a urbanização da região dependiam da melhoria do corpo do trabalhador e consequente incentivo à produção. (2013, p. 224-225) (grifo meu)

Como já abordado no Capítulo I, dentre os principais argumentos para a transferência da capital, estava a questão de higiene e saúde. Contudo, como apresenta a autora, a situação era mais abrangente, pois, as práticas ligadas à higiene e saúde, garantiriam a inserção do sertão no projeto nacional e como consequência, representava a modernização do estado. Que buscava atender os parâmetros necessários para seu desenvolvimento, reconhecendo os males detectados e solucionando-os. Observa-se que esse discurso utilizado, por aqueles que pretendiam a mudança da capital, para uma nova localidade mais salubre e saudável, ocorria, sobretudo, porque procurava se adequar a um pensamento generalizante sobre higiene e saúde estabelecidos nacionalmente. Para o desenvolvimento do capitalismo e sua modernização o Estado havia necessariamente que se adequar aos preceitos de higiene e saúde desenvolvido principalmente pelas teorias higienistas e eugenistas da época. A sociedade enquanto corpo e os indivíduos enquanto seus membros. Deveriam apresentar

saúde e vigor necessários ao seu desenvolvimento. A comprovação de que essa era uma questão nacional pode ser observada novamente na afirmação de Silva (2013, p. 225), “no final do século XIX já se podia observar nos grandes centros (Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro), o surgimento de lideranças voltadas para a questão da saúde pública”. A intenção em Goiás, principalmente, com a construção de Goiânia, era atender a todos os requisitos básicos para que se pudesse modernizar o estado. E que essa modernização fosse urgente.

O maior exemplo, demonstrado pela autora, em relação à importância que as questões de saúde e higiene, passaram a ter nesse período em Goiás é quando da visita de Getúlio Vargas a Goiânia, no ano de 1940. Ao citar uma reportagem de jornal, Silva assim nos apresenta a visita:

[...] acompanhado pela sua comitiva e pelo Interventor Pedro Ludovico, o Presidente Getúlio Vargas visita os principais pontos de Goiânia: Liceu Industrial – Quartel da Polícia Militar – Bairro de Campinas – **Colônia de Santa Marta** – Lago das Rosas – **Santa Casa de Misericórdia** – Cine Teatro Goiânia[...] (*Correio Oficial*, 8 ago. 1940, apud, SILVA, 2013, p. 239-240) (grifo meu)

A autora, ao citar tal reportagem, nos demonstra a importância dada a esses locais destinados à saúde na nova capital, seria a apresentação da materialização do ideário sanitário que a cidade propagava. Era também a oportunidade de apresentar ao primeiro chefe da nação que visitava as terras goianas, a capacidade do Estado de se integrar às políticas nacionais, Goiânia em sua totalidade, seria, portanto, a materialização de um ideário de modernização que impulsionava Goiás e o Brasil e o melhoramento nas condições de higiene e saúde da nova capital seriam os demonstrativos dessa capacidade. A imagem a seguir ilustra a visita do Presidente Getúlio Vargas e sua comitiva em diferentes locais da nova capital sendo priorizado principalmente a visita nos novos locais destinados à saúde pública da nova capital:



Figura 11: Visita presidente Vargas à Goiânia em 1940 (Construção da Santa Casa)
Fonte: Adaptação Godinho (2013, p. 358).

Essa imagem ilustra bem a visita do então Chefe do Estado brasileiro à Goiânia em 1940, visitando as obras de construção da cidade, como cita Silva (2013), ele privilegiou dentre os vários prédios em construção, aqueles ligados à saúde pública, como a própria imagem demonstra sua passagem pelas obras da Santa Casa de Misericórdia.

Mas como veremos nas narrativas a seguir, essa questão serviu mais de justificativa, do que propriamente de mudança de concepção em relação à realidade das condições de higiene e saúde da na nova capital, pelo menos ao que concerne aos seus primeiros anos de existência. Pois, muitos foram os problemas enfrentados na cidade, quanto às questões de saúde e higiene. Sobre a possibilidade de uma epidemia de tifo em Goiânia, por exemplo, a reportagem a seguir nos revela a seguinte situação:

Para verificação das causas que deram lugar ao surto de tifo ocorrido nesta Capital, a Secretaria de Estado da Saúde, apesar da propaganda feita em torno dos melhoramentos introduzidos pela administração naquele setor do Governo de Goiaz, não estava aparelhada para realizar simples análises de laboratório, que permitissem o conhecimento da origem da terrível epidemia. (*O Popular*, 15 dez.1949)

Vejamos que o aspecto propagandista estava sempre presente nas ações do governo, que divulgava melhorias no setor de saúde, mas este na verdade não estava aparelhado nem mesmo para realizar simples análises de laboratórios, quem diria de uma estrutura de atendimento à saúde que fosse realmente eficiente. O que nos possibilita observar também, como demonstra as reportagens seguintes, que as condições de higiene e saúde eram precárias em certas regiões da cidade, principalmente nos bairros operários. Segundo narra a reportagem, assim descreveram a cidade médicos e profissionais empenhados no serviço de combate à possível epidemia:

Acima do lugar, no córrego do “Botafogo”, em que a água dêsse manancial era bombeada para a caixa geral, existe uma população ribeirinha de mais de trezentos pessoas, com casas, na maioria sem privadas, chiqueiros de porcos, galinhas, animais de carroça e outros, que poluíam aquele curso d’água com a mais variada espécie de detritos onde certamente se desenvolvia a mais farta quantidade de micróbios. Esses detritos eram, possivelmente todos arrastados pelas águas das chuvas das vertentes próximas para o leito do “Botafogo”. (*O Popular*, 15 dez. 1949).

É possível observar através da matéria, que a questão da ocupação desordenada do espaço urbano, afetou diretamente o aspecto de higiene e saúde, pois, boa parte da população recém-chegada na capital, em sua maioria composta de trabalhadores, habitaram essas regiões ribeirinhas, o que contribui sobremaneira, para que doenças como o tifo pudessem proliferar e contaminar boa parte da população à época. Sobre as medidas adotadas quanto à possível epidemia, temos a seguinte situação: “A Secretaria de Saúde, em face da recomendação dos médicos sanitaristas que ali estiveram proibiu a utilização dessa água, e com as medidas profiláticas adotadas, inclusive a vacinação, entra em declínio, nesta

capital, o surto epidêmico de tifo” (*O Popular*, 15 set. 1949). Não foi feito aqui nesse trabalho uma pesquisa sobre duração e extensão desses problemas ligados às questões sanitárias e de saúde na nova capital, mas entendemos que ao contrastar os diferentes discursos sobre essas questões, o que podemos diagnosticar, é que nos primeiros anos, pouco se pode observar de diferenças significativas entre a antiga e a nova capital, como havia sido disseminado, na verdade, sobre a situação da cidade nos primeiros anos, no que tange às questões sanitárias e de saúde pública, Freitas ao analisar o perfil da antiga capital Goiás e da nova Goiânia, expressa a seguinte situação:

As doenças transmissíveis foram responsáveis pelo maior número de óbitos, alcançando o mais alto índice nos anos de 1941-1942, em Goiânia: 47%. Na cidade de Goiás, o percentual encontrado, em 1927, foi de 45%. Dado que as doenças transmissíveis podem ser associadas à falta ou deficiência de infraestrutura sanitária, **será válido supor que, nos períodos considerados, assemelhavam-se as condições sanitárias dessas capitais.** (FREITAS, 1999, p. 279) (grifo meu)

A partir dessa constatação feita pela autora, através dos números que comparam as duas cidades, podemos de fato inferir que bem diferente dos discursos produzidos à época, fora a realidade experimentada na nova capital. Os números apresentados mostram que as questões de saúde e higiene também foram precárias em Goiânia em seus primeiros anos, convivendo a população, com doenças, epidemias e mortes. Sobre a questão da água, por exemplo, motivo de proliferação de doenças e epidemias, temos: “[...] A água de que se abastece a população é deficiente e das piores, em qualidade. Quem duvidar que examine as cabeceiras de onde é captado o poluído líquido que bebemos [...]” (*O Popular*, 04 nov. 1948) Como citado anteriormente, um dos grandes problemas da água em Goiânia, se deu, devido a poluição dos rios, que já nos primeiros anos, afetava os principais mananciais que abasteciam a cidade. Poluição e contaminação que ocorria, sobretudo, pela ocupação da população em regiões ribeirinhas da cidade, fazendo com que detritos e sujeiras fossem lançados na água, tornando-a imprópria para o consumo humano.

Ainda sobre a questão da água na nova capital, foi também observado a questão de sua escassez, problema constante do cotidiano dos goianienses, afetando a economia e o bem estar da sociedade. Sobre tal questão, temos algumas reportagens que relatam a seguinte situação: “A água que abastece esta capital torna-se dia a dia mais escassa, sendo que já se nota a sua falta em vários bairros. Em face de tão angustiosa situação, estabelecimentos escolares de Goiânia estão ameaçados a fechar temporariamente as suas portas, temendo uma epidemia”. (*O Popular*, 28 ago. 1949). A questão do abastecimento de água em Goiânia, como observamos, foi também um drama vivenciado em alguns momentos pela população goianiense. Tanto no que tange ao fato de sua contaminação, como já observamos, quanto pela sua escassez. Essa última dada, sobretudo, porque os meios de captação de água eram insuficientes para distribuir água por toda cidade, fazendo com que muitos bairros ficassem sem abastecimento, provocando graves problemas. Sobre a importância da água, o engenheiro Armando Godoy, enfatiza:

Entre os elementos mais indispensáveis à fundação e desenvolvimento de um centro urbano figura a água. Sem tal elemento ao alcance dos habitantes de uma cidade, a qualquer hora do dia ou da noite, nos mais elevados pavimentos de prédios, ela deixa de realizar um dos principais requisitos estabelecidos pela vida moderna. (GODOY apud ABREU, 2010, p. 97).

Vejamos nas palavras do urbanista, que a água é elemento indispensável à vida na cidade, sendo requisito básico estabelecido pela vida moderna. Contudo, na cidade que se desejava moderna, o que muito pode ser visto, foi justamente a limitação de acesso à água o que de certa forma alterou o cenário da cidade, principalmente de sua geografia. Apesar das recomendações do engenheiro, o que ocorreu em Goiânia devido à escassez desse “líquido precioso”, associado a outros problemas sociais, como falta de moradia e segregação espacial, foi na verdade a locação de inúmeras famílias às margens de córregos e rios, o que na verdade, prejudicou a qualidade da água da cidade e qualidade de vida da população.

Outro problema encontrado nas páginas dos jornais relativos a essa questão de higiene e saúde, se refere a uma possível epidemia de tuberculose na capital. Na reportagem aqui abordada, foi publicado um ofício do Secretario de

Saúde à época, Sr. Olinto Manso Pereira ao Presidente da Associação Comercial o Sr. Jaime Câmara, em que o Secretário relatada a seguinte situação em relação à possível epidemia da doença na cidade:

A situação de Goiânia em face da tuberculose, não é excepcional, mas corre em paralelo com todos os centros populosos do Brasil, onde, circunstâncias próprias das grandes aglomerações, tais como os cortiços, a promiscuidade e a miséria alimentar das classes pobres, geramente sub-nutridas, criam ambiente à moléstia”(O *Popular*, jan. 1948).

A análise do Secretário de Saúde à época, referente a esta questão, era de que Goiânia estava em paralelo com os demais centros populosos do país, o que nos revela bem, quais eram as condições de moradia, higiene, salubridade e saúde, que viviam boa parte da população goianiense nesse período. A reportagem nos demonstra também a situação de “miséria alimentar” o que de certa forma serviria de justificativa para que a proliferação da tuberculose ocorresse na capital. Pois, assim também ocorria nos demais grandes centros do país, esse não era um problema apenas de Goiânia.

Sobre o possível surto de tuberculose na nova capital, o Secretário de Saúde continua suas justificativas: “É nesses cortiços, sem luz e sem ar, que os que não podem pagar um aluguel oneroso em Goiânia vai comprar, com duzentos, trezentos e quatrocentos cruzeiros mensais a tuberculose para si e para seus filhos”. (O *Popular*, jan. 1948). A justificativa do Secretário retrata bem as condições precárias a que boa parte da população estava submetida, ocupando cortiços e locais impróprios, vivendo em condições precárias de salubridade, o que seria o fator desencadeante de doenças. Situação que ocorria, porque, essas pessoas não possuíam condições de pagar os onerosos aluguéis em Goiânia, indo como diz o Secretário: “comprar... a tuberculose para si e seus filhos”. Contudo, não é indicado nem um tipo de possíveis melhorias a essas condições em primeiro momento. Elas servem apenas de justificativas diante do problema apresentado.

Segundo nos apresenta Godinho (2013), um possível surto de malária também foi detectado na cidade nos anos de 1941 e 1942, período do Batismo cultural e Inauguração oficial de Goiânia, sobre o ocorrido relata o autor:

Sem que nada fosse divulgado, os trabalhadores à margem do Botafogo viviam um surto de malária. De uma hora para a outra, em menos de um mês, o contingente de operários caiu pela metade. As reclamações pelas faltas coincidiam, febre alta, calafrios intensos seguidos de ondas de calor suor abundante, dor de cabeça e corpo, falta de apetite, pele amarelada. (2013, p. 286).

Diante do que o autor revela que nada havia sido divulgado na imprensa, sobre o possível surto da doença no período, podemos de fato, ao realizar a pesquisa nas fontes aqui apresentadas, ressaltar que nada foi encontrado em referência à esse assunto. Levando-nos a entender que muitas dessas situações não foram divulgadas pela imprensa, principalmente as ocorridas nesse período da Inauguração da cidade, que receberia visitantes e autoridades de diversas partes do país. A notícia de uma possível epidemia, além de produzir uma imagem negativa da cidade, que pretendia ser um locus de saúde e higiene. Com certeza inibiria muitos desses visitantes de visitarem a cidade.

Ainda sobre as questões de higiene e saúde, Freitas afirma: “Em 1941-1942, portanto, a nova capital goiana, não dispunha de condições razoáveis de atendimento à saúde da população. Os imigrantes continuavam a chegar pela propaganda oficial que os incentivavam a mudar-se para a cidade em construção” (1999, p. 279-280). É possível observar, assim, que a terra das oportunidades se tornará uma grande aventura, terreno incerto e bem distante daquele apregoada por uma visão propagandista e utópica da cidade. Sobre essa visão propagandeada, Freitas pondera: “não se tornara realidade, contudo, a utopia da cidade ideal, locus privilegiado da saúde, onde as melhores condições de higiene e o convívio com a natureza seriam parte do cotidiano”. (1999, p.282). Mais uma vez, a autora estudiosa do caso, nos coloca diante da distância existente entre a cidade idealizada e a cidade que se concretizara.

Sobre as consequências de tais questões, nos explica a autora: “de certa forma, especulação imobiliária e política populista deram-se as mãos para descaracterizar a utopia de Goiânia, tanto em seus aspectos urbanísticos, como do ponto de vista higiênico-sanitário” (FREITAS, 1999, p. 282). A utopia da cidade foi descaracterizada, segundo a autora, pela especulação imobiliária e a política populista empreendida, colocando esses como os grandes fatores que impossibilitaram e descaracterizam a utopia de uma cidade lócus da higiene e saúde. Podemos concordar com a autora, pois como já demonstramos, não foram apenas esses dois motivos, mas talvez eles tenham sido um dos principais, para que a cidade fosse ocupada de forma desordenada, bem como um desequilíbrio de onda migratória, o que produziu uma alteração profunda no espaço urbano de Goiânia, bem como de suas condições de higiene e saúde.

2.2.2 A narrativa realista em Oeste

Muito embora seja de difícil identificação, é possível encontrar nas páginas da Revista *Oeste*, vestígios de uma narrativa realista sobre a nova capital goiana. Talvez seja audacioso procurar uma narrativa realista logo na revista *Oeste*, essa que tanto trabalhou em função de produzir uma imagem idealizada, principalmente quando o assunto era a nova capital, porém, é possível em raras exceções, tais presença como as que identificamos. Esse tipo de narrativa pode ser observada na crônica de Brito Roca, morador do Rio de Janeiro e que viajara para Goiânia quando dos festejos da Inauguração e do Batismo cultural da nova capital. Antes, porém, é importante destacar que o texto de Roca não é jornalístico, mas é uma crônica publicada em uma revista da imprensa oficial do governo. Ou seja, antes de ser publicada ela passou pela análise e crivo jornalístico, portanto, as crônicas quando publicadas na imprensa não são despretensiosas, não é uma fala direta, mas de alguma forma indireta de seus editores.

2.2.2.1 O olhar estrangeiro sobre a nova capital

Após visitar o Estado de Goiás e tirar suas impressões, da nova capital, quando do seu retorno à capital federal, Brito Roca publica na revista *Cultura Política* a crônica intitulada “*Visão de Goiânia*”, que foi também cedida para ser transcrita na revista *Oeste*. Em sua crônica o autor expressa que foi atraído a visitar o estado,

não pelos festejos em comemoração à Inauguração e ao Batismo Cultural de Goiânia. Mas sim, devido ao encantamento que teve com o estado, através da leitura de *Tropas e Boiadas*, obra literária produzida pelo escritor Hugo de Carvalho Ramos. Demonstrando-nos, assim, a importância e a força da narrativa escrita em produzir uma representação sobre um lugar. Ao comentar sobre a nova capital e tirar suas conclusões, o autor assim descreve a cidade:

Muitos turistas, mais irrefletidos e irrazoáveis, chegam a **reclamar ônibus, bondes e outros tantos elementos de uma grande cidade**. Reclama-se também muito contra a **terra vermelha, essas nuvens de pó**, que erguidas a todo momento pelos veículos, deixam em estado lastimável a roupa de casemira e tornam impossível o uso do terno branco. De fato, com exceção de duas ou três avenidas, **o resto da cidade ainda não tem calçamento**. O protesto contra a poeira já é um refrão indefectível em Goiânia. Há outras reclamações ainda, Monteiro Lobato ficou furioso e desancou o grande empreendimento de Pedro Ludovico, somente porque lhe aconteceu, no hotel de Goiânia, o que poderia ter acontecido, em qualquer hotel das melhores cidades do mundo. Vi um companheiro de viagem, incapaz de refletir dois minutos, exclamar, cheio de má vontade: **“Mas isso é a tal cidade?”** [...] (Oeste, jul. 1944) (grifo meu)

Temos aqui, portanto, uma narrativa produzida sobre a cidade de Goiânia a partir da visão de um viajante, um homem do litoral, onde é necessário primeiro destacar, que *Oeste* sempre trazia em suas edições opiniões de pessoas de fora do estado. Pois, essas falas serviam para legitimar os ideais propostos pela revista e que estavam em sintonia como os desejos políticos da época. O maior exemplo era que a revista sempre dedicava espaço para tais opiniões através da coluna “*Oeste vista pelos outros*”, em que são omitidas opiniões sobre a qualidade da revista e sua importância. Bem como visões sobre o estado e a sua estreita relação com a nova capital, Goiânia.

O interessante de se perceber na escrita de Brito Roca é que ele nos possibilita o contato com a visão e a percepção de um visitante que de alguma forma nos dá um quadro muito mais verossímil daquilo que é a cidade em contraposição ao que se propagava e dizia sobre ela. É possível observar também, que mesmo falando dos problemas e da situação bastante rudimentar em que se encontrava a cidade, a postura do autor é sempre de uma “defesa” da cidade, e que não por acaso foram publicadas na revista. Pois, se estamos falando da consolidação de

uma cidade, nada melhor que um estrangeiro para defendê-la. Contudo, ao mesmo tempo em que a defende, ele tem que falar das críticas e acontecimentos que mostram justamente uma disparidade significativa entre aquilo que se cria discursivamente com intenção de propaganda e de produção de um sentido, e aquilo que realmente se concretiza e se materializa na cidade. Possibilitando assim, que se crie um quadro muito mais amplo e significativo sobre tal período. Contudo, o importante é observar que são criadas visões múltiplas sobre a cidade e que as fontes aqui estudadas estão diretamente ligada a essas visões e impressões.

Em seu texto Roca representa bem essa realidade vivenciada pelos goianienses. Segundo o autor, em Goiânia as ruas ainda não possuíam infraestrutura mínima, como calçamento, sendo a cidade tomada por poeira que impossibilita que as roupas fiquem limpas por muito tempo, problema este que provoca protestos vindos da sociedade, que nem mesmo podia usar uma roupa branca. Roca fala também dos problemas ligados aos transportes, em que os visitantes reclamam por meios básicos presentes nas grandes cidades, tais como os ônibus e bondes, bem como das críticas feitas por Monteiro Lobato ao Grande Hotel obra edificada para receber os visitantes quando dos festejos da inauguração da cidade em julho de 1942, bem como ainda cita a fala de um viajante que exclama “mas isso é a tal cidade?”. Dessa última podemos extrair uma importante conclusão, pois se o visitante exclama “essa é a tal cidade?” (Oeste, jul. 1944) é porque de alguma forma, existiam mecanismos que haviam criado referências e uma imagem da cidade. Outro dado importante dessa fala é que a cidade num todo, não apenas os bairros periféricos, apresentaram aos seus olhos condições bem rudimentares, claro que os bairros de trabalhadores eram, como retratado em outras reportagens, os que possuíam infraestrutura mais precária. Mas, contudo, a cidade de uma forma geral apresentava condições bem diferentes da idealizada.

Segundo Paulo A. Figueiredo um dos cronistas que mais representaram Goiânia de forma entusiasmada. Quando em entrevista transcrita no livro de José Mendonça Teles, *Memórias Goianienses*, assim descreve a Goiânia dos anos iniciais: “Quando fui para lá, Goiânia, materialmente falando, era como um “acampamento”. Havia a Praça Cívica, com seus palácios – alguns inacabados. Havia a rua 7, a rua 20, as mais movimentadas... E as grandes avenidas –

Tocantins, Anhanguera – então quase desertas” (FIGUEIREDO apud TELES, 2012, p. 205) A imagem abaixo pode nos apresentar um pouco do que foi descrito pelo autor:



Figura 12: Avenida Tocantins final da década de 1930.
Fonte: Adaptação de Pinto (2014, 97)

A imagem acima nos apresenta como era a cidade no final da década de 1930, ruas ainda sem calçamento, poucas casas e prédios construídos, número pequeno de veículos e poucos transeuntes. Avenida que se tornaria alguns anos mais tarde uma das principais e mais movimentadas vias da cidade. Sobre tal questão, Palacín revela que Monteiro Lobato, escritor que visitara Goiânia quando do seu batismo cultural disse em tom de sarcasmo: “Goiânia, cidade linda / que nos encanta e seduz / de dia não tem água / de noite não têm luz”. (1976, p. 88). Essa fala irônica de Monteiro Lobato exemplifica bem a visão que muitos dos visitantes da cidade tiveram, quando nela chegavam. Invertendo essa visão como a exposta por Lobato, temos uma publicação de *O Popular*, que também nos é reveladora:

[...] Cidade plantada corajosamente em pleno “hinterland”, nacional assediada pelas dificuldades naturais da deficiência de transportes, legítima precursora do avanço populacional para o Oeste sua vida nos oferece coisas inesperadas, porque, com efeito, **Goiânia excede**

sempre o otimismo dos leitores de jornais e dos ouvintes de rádios que não a visitaram [...] (*O Popular*, 08 mar. 1942)

Observamos que nesse caso o Jornal procura justamente inverter a relação que observamos na fala de Brito Roca. Pois, na fala de Roca aqueles que visitavam a cidade geralmente se surpreendiam negativamente com a realidade com que se deparavam. Já nesse trecho na reportagem de *O Popular*, o que percebemos é o contrário, as surpresas daqueles que visitavam a cidade eram positivas, em que as dificuldades em que passava a nova capital não eram vistos como defeito ou algo a ser criticado. Pelo contrário, nessa fala temos uma exaltação, pois, os visitantes elogiam as surpresas positivas que a cidade produz no olhar daqueles que tem a oportunidade de conhecê-la, para além dos jornais e notícias de rádio. O que nos demonstra que foram produzidas visões antagônicas e bastante diferentes por aqueles que visitavam a cidade, bem como por aqueles que noticiaram e a relataram. Ainda sobre tal questão completa Roca em seu texto:

Parece-me que a maioria dos turistas que chega à nova capital experimenta, a princípio, uma desilusão. Isso porque não se lembra, nos primeiros momentos, das circunstâncias em que se acha condicionado aquele fenômeno urbano; não se lembra de que a cidade tem seis anos e se encontra no Brasil central, uma região deserta, fora do alcance da estrada de ferro, a uma distância imensa do Rio; de que, com o apoio do Presidente Vargas, foi fundada e desenvolveu-se pela vontade de um homem – Pedro Ludovico – nesse Estado de Goiaz. (*Oeste*, jul. 1944) (grifo meu)

Ao falar dessa desilusão o autor nos demonstra a disparidade entre os discursos e as expectativas que ela gerava, e aquilo que estava sendo experienciado de “fato” no cotidiano da cidade. Nesse trecho o autor demonstra as algumas limitações existentes, tais como, as distâncias dos grandes centros, as limitações econômicas, advindas da baixa arrecadação e o pouco tempo de fundação da cidade, motivos esses que o autor identifica como sendo justificativas mais que plausíveis, para a situação da cidade. Contudo, não deixa de ressaltar a importância da construção de Goiânia, viabilizada, sobretudo, pelos esforços da dupla Getúlio Vargas/ Pedro Ludovico.

Assim, é importante destacar que essa decepção pode ser observada no depoimento até daqueles que foram responsáveis pela produção de uma imagem de cidade utópica e idealizado como é no caso de Ofélia Socrates do Nascimento Monteiro, que em entrevista transcrita no livro de José Mendonça Teles *Memórias Goianienses*, assim relata sua sensação ao se deparar com a nova capital: “Quando cheguei a Goiânia, tive uma grande decepção. Pensei que ao chegar já encontraria várias ruas formadas, e só encontrei um trecho de rua, a rua 20, naquele trecho que fica perto da catedral, onde existiam 10 casas”. (MONTEIRO apud TELES, 2012, p. 184). É possível observar essa sensação de desapontamento com a cidade na grande maioria das falas daqueles que experienciaram a cidade em seus primeiros anos, principalmente aqueles que inicialmente tiveram contato com a propaganda idealista sobre a cidade, que produzia uma imagem idealizada daquilo que ela realmente era.

Contudo, é importante destacar, mesmo apresentando as deficiências estruturais da cidade, o autor não deixa de defendê-la. Para ele, independente das marcas palpáveis que não fazia da cidade um grande centro, ela se tornara uma grande idéia, um símbolo, assim ele diz: “evidentemente, a cidade ainda nos dá impressão de coisa meio informe. Há muito de vazio, de indefinido nessas ruas traçadas para serem as de uma grande urbe, e por enquanto sem tráfego, sem calçamentos e com poucos prédios”. (Oeste, jul. 1944) Aqui ele descreve uma situação que fica em muito, distante do que lembra uma grande cidade, um centro urbano, aquela cidade futurista apregoada pela imagem construída pela narrativa utópica.

Sobre tal situação continua o autor: “Por Toda parte, sente-se, naturalmente, a transitoriedade da obra ainda em construção. Seria possível, em seis anos, fazer uma pequena cidade mais compacta. As ambições de Goiânia, porém, são muito grandes para que ela logre atingi-las em pouco tempo”. (Oeste, jul. 1944). Brito Roca lembra que talvez fosse possível fazer uma cidade mais compactada, contudo, as ambições de Goiânia eram maiores, por isso tamanhos espaços e vazios existiam na cidade, e o ambiente de um canteiro de obras eram o que ilustrava bem a cidade. Essa reportagem de Brito Roca é uma das poucas em que se consegue detectar uma visão mais realista da cidade em *Oeste*. Falando das

suas limitações, seus problemas, as dificuldades vivenciadas, em relação aos serviços públicos essenciais e outros. Contudo não deixa de existir uma “defesa” da cidade, motivo esse que atribuímos a publicação da crônica.

Ainda sobre sua descrição e impressões sobre a cidade Roca finaliza fazendo mais uma “defesa” efetiva da cidade, dizendo:

Lembre-mo-nos do que era Belo Horizonte, perto do Rio, num dos maiores Estados do Brasil, em zona rica e povoadíssima. Goiânia foi, como se sabe, fundada ao lado do arraial de Campinas. E como na capital as contruções tivessem de obedecer às rigorosas exigências de um plano urbano, que não prevalecia em Campinas, muita gente preferiu construir no arraial. Conseqüência: Campinas desenvolveu-se extraordinariamente, ganhando um feitio citadino mais definido do que Goiânia. Hoje é subúrbio da capital e, dentro de um pouco, será apenas um bairro... O turista deve compreender isso, quando vêem muitas avenidas, apenas meia dúzia de prédios. Já existem belos edifícios e a valorização dos terrenos indica o aceleração do ritmo das construções. (Oeste, jul. 1944)

Brito Roca continua suas justificativas dizendo que Campinas devido às exigências do plano urbano de Goiânia acabou se desenvolvendo mais que a própria capital, e que os turistas devem compreender tal situação. Devido principalmente ao fato de que as exigências do plano urbanístico de Goiânia, tenha sido um dos grandes responsáveis por tal situação. Assim, Roca tenta levar aqueles que visitam a cidade à uma breve reflexão, pois mesmo existindo esses vazios, a cidade já possui belos edifícios e os terrenos têm valorizados, indicando para novas possibilidades.

Voltando à questão da produção de sentido constituído narrativamente, Rüsen tipifica esse tipo de narrativa, como sendo uma narrativa “genética de sentido”, pois,

O tipo genético de constituição narrativa de sentido... põem o momento da mudança temporal no centro do trabalho da interpretação histórica. Tempo como mudança, adquire uma qualidade positiva, torna-se qualidade portadora de sentido... A plenitude das mudanças temporais, que se rememora, é integrada numa determinação de sentido (direção), que remete a um futuro para além do momento presente, e faz aparecerem como transitórias as circunstâncias atuais da vida. (2001, p. 59)

Essa transitoriedade a que Rüsen se refere, pode ser observada de forma efetiva na narrativa produzida por Brito Roca, pois, apesar de demonstrar em sua narrativa aspectos relevantes sobre a realidade da cidade, em sua narrativa descritiva, ele se utiliza da ideia do tempo como mudança atribuindo-lhe uma qualidade positiva, direcionando para o futuro a solução dos problemas da cidade. Utilizando como exemplo a cidade de Belo Horizonte, que se tornara zona povoada e desenvolvida. Assim, os problemas da cidade tomam características de transitoriedade, principalmente diante das situações atuais. É possível observar que mesmo uma narrativa como a de Brito Roca, produzido a partir de um olhar que se quis descritivo e realista. Em sua narrativa é possível também identificar as semelhanças com as ideias de Paulo A. de Figueiredo, que assim identifica a nova capital: “Goiânia não é coisa para ser vista, é coisa para ser compreendida. Não é um espetáculo para os olhos, mas um convite à inteligência. Não vale pelo que é, porém pelo que significa” (Oeste, jul. 1943).

Em sua fala Paulo A. Figueiredo, assim como Brito Roca procura todo o peso sobre a cidade por aquilo que ela representa aos olhos, na tentativa de amenizar as cobranças sobre aquilo que ela é enquanto estrutura física. Dizendo que Goiânia não é coisa para ser vista, mas para ser compreendida, bem como é um convite à inteligência não tendo valor pelo que é mas pelo que significa. Colocando novamente, Goiânia como esse lugar que não é um grande um centro, não possui ainda a fisionomia de uma grande urbe, mas tem um poder simbólico que transcende suas limitações.

Sobre tais questões, Gumercindo Ferreira demonstra suas impressões da nova capital e essa tensão entre o que ela representava e o que era enquanto concretização, materialização. O cronista explana: “Goiânia inteirinha, sem água e sem luz, como por milagre, é ainda a metrópole encantada do oeste, a soberana do Brazil Central, onde tôda gente encontra abrigo”. (*O Popular* 27 ago. 1950).

Sobre o significado de Goiânia que deveria ser maior que qualquer de suas limitações estruturais, Paulo A. de Figueiredo expressa a forma como a nova capital deveria ser vista: “De fato para que se compreenda o significado profundo de

Goiânia é necessário que se tenha um critério integral de apreciação de valores. É preciso que se possua o sentido da totalidade” (Oeste, jul. 1943). Vejamos que o autor procura desenvolver uma explicação de vários aspectos da cidade, demonstrando analiticamente as variações em torno de Goiânia, dizendo novamente que: “apenas uma visão ampla, que o surpreenda em seu conjunto, em sua natureza, em seus motivos, em suas relações históricas profundas com as outras classes de fenômenos nacionais, se poderá entender o fenômeno Goiânia” (Oeste, jul. 1943). Ou seja, Goiânia só pode ser interpretada dentro de um conjunto de fatores múltiplos, não é simples de ser interpretada enquanto tal, pois, é multifacetada e possui significados profundos em que “só através de um exame integral da nova urbs, em que se pesem todos os fatores e circunstâncias, de ordem política, social, étnica, econômica e etc., se poderá compreender o papel que ela está fadada a desempenhar em nossa história [...](Oeste, jul. 1943) A interpretação que podemos ter desse tipo de justificativa dada pelo autor principalmente quando ele diz do papel histórico a que Goiânia esta a desempenhar é a sua relação como o futuro. As explicações são sempre suavizadas, haja vista, que um dia aquele lugar ainda sem forma bem definida, com imensos vazios, se tornará um marco na história. O sentido simbólico de Goiânia se sobrepõe, as suas limitações físicas. Fazendo com que a nova capital só possa ser entendida em sua integralidade.

Sobre tais questões relativas entre à cidade pensada, desejada e a cidade concreta, Pesavento assim a entende:

Há a projeção de uma cidade que se quer imaginada e desejada, sobre a cidade que se tem, plano que pode vir a realizar-se ou não. O que importa resgatar do ponto de vista do urbano, é que **a “cidade desejo”, realizada ou não, existiu como elaboração simbólica na concepção de quem a projetou e quis concretizar.** (1995, p.282) (grifo meu)

Essa caracterização desenvolvida por Pesavento em relação à elaboração simbólica de uma cidade nos é fundamental para a compreensão de Goiânia e da forma como ela foi representada. Pois, estabelece essa relação entre a cidade utópica, a “cidade desejo” e as contradições de sua concretização. Segundo a autora, independente dela ter se realizado ou não, essa cidade desejo existiu

como elaboração simbólica, e teve sua importância na cidade que se concretizou. A cidade idealizada deixou seus desejos impressos de alguma forma, nessa que à medida que foi se desenvolvendo, teve suas formas e funções alteradas, tendo em seu bojo sempre a contradição entre o que pretendeu ser moderno e avançado e o tradicional que teimosamente permanecia.

Sobre a constituição da cidade, e seu campo de experiência, Arrais nos leva à seguinte reflexão:

É o próprio Argan que, lembrando Marcílio Ficino nos lembra uma outra dimensão do caráter de lição do projeto da nova capital de Goiás: a cidade não possui um sentido pré-definido. São os homens que atribuem valor às pedras, “e todos os homens, não apenas os arqueólogos ou os literatos (...) De fato, o valor de uma cidade é o que lhe é atribuído por toda a comunidade” (Argan, 1995: 228-229). Dessa forma, da explícita contradição entre o horizonte de expectativa –a cidade ideal, sua interpretação e antecipação do mundo –dos projetos para a nova capital goiana e o campo de experiência com o qual os projetistas se depararam –provinciana e sustentada por uma base tecnológica rudimentar, apoiada por um projeto de transformação social imposta pelo executivo – constituiu-se uma modernidade possível, truncada, adaptada aos modelos sociais próprios da periferia.

É possível observar nessas palavras não só as dificuldades reais encontrado pelos projetistas quando da realização ou construção da cidade, mas sobretudo, como existia uma disparidade significativa entre aquilo que foi projetado e idealizado e a realidade que acolhera tais projetos, e que o sentido dado à cidade, é dado coletivamente, experienciado de forma múltipla, e que as necessidades e condições na maioria das vezes fogem ao controle, pois são ações e atividades humanas, que diante das necessidades básicas se tornam inevitáveis. O que nos lembra Arrais, é que o campo de experiência foi completamente diferente da idealizada, e o termo “modernidade possível” se encaixa bem quando nos referimos à Goiânia, e que a adaptação aos modelos da periferia se deu de forma tensa e ambígua. Produzindo assim um campo de experiência singular e heterogêneo.

Segundo Chaveiro, sobre essa tensão que se estabelece entre o plano e sua concretização:

A construção de uma cidade põem em circuito objetivos, interesses e ideários de classes sociais que não sucumbem à hegemonia dos que a controlam, governam e dissimulam nos discursos, suas intenções; ao construir uma cidade o poder se destaca, insta no território o seu controle. **Mas a cidade não obedece cegamente, pois ela é obra coletiva, criada num conjunto de forças oriundas das práticas sociais diárias, imputando a ela signos deslizantes às intenções de seus criadores.** (Chaveiro, 2001, pg.49) grifo meu

Para o autor a cidade é obra coletiva e assim sendo, é lugar onde a força advinda das práticas sociais diárias estão sempre alterando e reconfigurando a cidade ideal, Goiânia é uma cidade que nasce de seus idealizadores, mas sua concretização esta envolta de todas essas relações e intenções. A cidade é produzida e reelaborada constantemente, não é obra individual ou apenas de pequenos grupos, contudo, é obra coletiva. Assim, mesmo que exista um discurso hegemônico e homogêneo a cidade em sua concretização se recria se rearticula, se tornando lugar heterogêneo e complexo devido as demandas humanas, tanto sociais como individuais. Ainda sobre essa cidade que recria os seus significados, no entendimento de Oliveira:

Pode-se dizer que havia uma Goiânia bem diferente daquela dos discursos ufanistas de políticos e de jornalistas. Esta Goiânia era habitada por pessoas de origens provincianas com costumes tradicionais; era uma cidade pequena na qual todos se conheciam e a exuberância da natureza adentrava os limites definidos como urbanos. (1999, p.62).

Estamos nos referindo, portanto, a um espaço caracterizado por suas contradições, contradições e ambiguidades. Que são expressas e podemos acessá-las principalmente pelos rastros deixados pela imprensa, enquanto lugar de memória. Portanto, mais importante que se questionar se Goiânia era uma metrópole ou não é identificar essas contradições, presentes principalmente entre cidade idealizada, sonhada e cidade concreta experienciada, encontrando, a partir dessa relação, uma história da cidade “esquecida” pela história oficial. Buscando as franjas de uma história não contada, ou relegada a segundo plano, mas que estão presente em diversas narrativas como podemos demonstrar.

Ou seja, a nova capital, por exemplo, nas palavras de Chaveiro: “ganhou desenho e características de uma cidade que, de certa maneira nasceu como sendo aquela, mas não o é. E embora não a sendo não é totalmente outra” (2001, p. 15). Goiânia e sua história, é nesse sentido um objeto que deve ser pensado a partir de sua ambiguidade, sua heterogeneidade e complexidade. Sobre o tema da relação entre o campo de experiência, vivenciando em Goiânia, bem como da relação entre o plano, o ideal e o real. É possível compreender ao analisar essas fontes, que uma certa visão se sobrepôs a outra. Nesse sentido é que tentamos reavivar uma história para além da já estabelecida, interpretando novas fontes que nos possibilitaram ampliar o campo de visão diante das representações já existentes. Assim, entendemos que a representação da cidade de forma unilateral, seja utópica ou realista, prejudica a nossa visualização, pois, homogeneíza um objeto que é complexo, e ambíguo.

Finalizamos esse capítulo compreendendo que a narrativa realista nos possibilitou “acessar” uma representação da cidade de Goiânia bem diferente daquela apresentada no capítulo anterior. Contudo, é preciso ressaltar que ambas as imagens e visões tanto realistas, como as utópicas devem ser ponderadas. Pois muito da visão idealizada e otimista da cidade independente de se concretizar ou não, esteve presente tanto na configuração física e espacial da cidade, bem como na mentalidade daqueles que a idealizaram e a vivenciaram. Uma visão maniqueísta, adotando por total qualquer uma das representações, no máximo, podem obscurecer e prejudicar a análise do objeto. Por isso a necessidade de ampliação das fontes e renovação das formas de abordagem, diante de tal complexidade.

CONCLUSÃO

Este trabalho foi desenvolvido com o intuito de analisar as narrativas produzidas sobre Goiânia, na década de 1940, pela imprensa e a literatura. Pois entendemos que essas narrativas comportam importantes representações e discursos sobre a cidade de Goiânia e a sua história. Não foi um trabalho pormenorizado sobre a imprensa e a literatura produzida sobre Goiânia. E sim um trabalho de fontes que entendíamos estarem nelas contidas narrativas por vezes conflitantes e concorrentes, e que justamente por isso, representavam a cidade em sua complexidade e pluralidade.

Portanto, tínhamos algumas perguntas iniciais, tais como, quais imagens e quais discursos a imprensa e a literatura produziram sobre a cidade de Goiânia na década de 1940? Bem como quais foram os desdobramentos desse tipo de construção? Quais os lugares de sua produção? Qual era o contexto e cultura histórica que estavam inseridos? Haja vista, que entendíamos essas fontes, como principais produtoras de uma representação narrativa sobre a cidade no período. Principalmente se levado em consideração as condições sócio-históricas existentes. Contudo, em contato com essas fontes e a partir da interpolação com a leitura da historiografia produzida sobre o assunto, outras importantes indagações e possibilidades de análise surgiram. A principal delas foi organizar o conjunto documental a partir de duas formas distintas de representação sobre a cidade, uma utópica e outra realista. O que nos levou a produzir duas tipificações de narrativas sobre Goiânia, nos baseando no conceito típico-ideal de Weber.

Sendo assim, fizemos a seleção dos textos e nos dedicamos a analisá-los. No primeiro capítulo nos dedicamos à análise das narrativas de cunho utópico, logo identifiquei que elas constituíram um discurso que se tornou hegemônico, tanto nos discurso políticos, bem como nas narrativas de temas diversos contidos nas fontes que pesquisávamos. Isso implicou em entender que teríamos alguns desafios a enfrentar. Pois, primeiramente, o conceito de utopia é amplo e polissêmico. Em segundo lugar, apesar de se tornar um discurso hegemônico ele não era homogêneo, haviam diferentes formas de expressão desse discurso utópico.

Contudo, foi possível identificar que em um ponto eles convergiam, a representação da cidade de Goiânia foi produzida como sendo a de uma cidade moderna. Pois ela se tornara o marco, símbolo de modernidade para o estado. Assim, não interessava as condições “reais” e “materiais”, interessava a produção de uma imagem positiva sobre a cidade. Voltando-nos ao discurso produzido, aquilo que não foi possível de ser modernizado culturalmente, politicamente e economicamente seria expresso através do empreendimento chamado Goiânia. Carvalho (2002) entende que foi essa interpretação de Goiânia, a forma de “materializar” e “revolucionar” a “revolução de 30”, que foi enfatizada na ideia de Goiânia como marco de rompimento com a decadência e o atraso. Essa foi a imagem construída sobre Goiânia, tanto no período que estamos a nos dedicar, a década de 1940, como nos estudos posteriores sobre o assunto.

Esse tipo de ênfase pode ser observado de forma generalizada nas narrativas utópicas, ressaltadas suas diferenças que vão da estrutura ao lugar de produção. Contudo, entendemos que a questão da produção de uma imagem de Goiânia como o lugar do progresso, a cidade da utopia, não pode ser buscado em uma causa única. Por exemplo, é preciso levar em consideração a questão política, apesar de não ter me dedicado a tal assunto no trabalho. Existia também a necessidade de uma materialização das ideias da revolução de 1930, como já levantamos. Contudo, não compactuamos com a ideia que esse ambiente de esperança, idealismo e utopia, observado através das narrativas que analisamos, esteja ligado, enquanto condição *si ne qua non*, àquilo que parte da historiografia sobre Goiânia, difundida até idos da década de 1980/90, considerava existente. Produzindo uma ideia que esse clima idealizado que se estabeleceu, tenha ocorrido em decorrência da necessidade de rompimento com o clima de derrotismo pós período da decadência da mineração em Goiás. Assim, como já esboçado, considero que o fator desencadeante desse utopismo é multifatorial.

Como demonstraram as fontes, existia uma questão de ordem nacional para Goiânia se integrar à nação, era necessário a sua modernização. Elementos considerados fatores determinantes nesse processo de modernização se tornaram marca de uma representação sobre a cidade. Tais como o seu planejamento moderno, localização geográfica, suas condições de higiene, trabalho, prosperidade

e riqueza. Esses elementos foram ressaltados de forma incisiva, na construção de uma imagem moderna referente à nova capital.

Assim, é importante ressaltar que esse tipo de produção idealizada e por vezes propagandiosa sobre o Estado, já havia se iniciado em Goiás há algum tempo. Não foi resultado apenas das questões que se deram na década de 1930, tais como a “revolução de 30”. Podendo ser identificada na imprensa, por exemplo, com a revista a *Informação Goyana*, que tinha por objetivo exaltar as potencialidades do Brasil Central, sua riquezas naturais, econômicas, seu folclore, sua literatura, sua história. Não diferente papel teve a literatura regionalista do período como a produzida por Hugo de Carvalho Ramos em *Tropas e Boiadas*, ao reconstruir a imagem do sertão e do sertanejo de forma positiva e que se tornou elemento de fundamental importância na constituição da nação (LISBOA, 2009).

Todas essas ideias estavam em consonância com o ideário nacionalista que se produzia nos anos 1920 e 1930 quando intelectuais e diversos pensadores se dedicaram a pensar um Brasil integrado. O ideário de implementação do moderno em Goiás é anterior à Goiânia, bem como a da representação que se produziu em seu favor. A nova capital seria nesse sentido a tentativa de materialização desses ideais, que foram elaborados discursivamente. Conduto, para além de sua materialização o importante é pensar o que a ela foi atribuído imagetivamente, simbolicamente.

Identifico assim, a utopia presente nas narrativas sobre Goiânia, caracterizada, sobretudo, devido a esse esforço constante de atualização a que chamamos modernização. Estabelecendo assim, uma conjuntura em que esse tipo de narrativa e visão de mundo utópico se disseminasse. Assim o moderno em Goiás, foi construído em oposição ao seu passado de atraso, pois, estabeleceu-se um marco em que da construção de Goiânia em diante, o Estado entraria nos trilhos do progresso. Nesse sentido Sandes e Arrais (2014, p. 401), demonstram que se estabeleceu uma “fissura que cristalizou dois tempos, determinando a leitura que daí por diante seria fixada na memória da região”, esse tempo moderno em oposição ao do atraso possibilitou, um ambiente propício à disseminação das ideias utópicas. Estabelecendo um novo regime de historicidade.

Daí o interesse em compreender as narrativas históricas que foram produzidas nesses documentos, pois, nelas estavam o argumento de efeito entre o passado atrasado, o futuro como redenção e o presente como condição, sendo identificado que foi discursivamente que essa relação se constituiu. A consciência de uma nova historicidade constituída através de uma narrativa que atribuía valores às diferentes temporalidades, como justificava para seu tempo. As qualidades atribuídas ao tempo presente, passado e futuro foram alteradas. E puderam ser observadas nesses textos aqui analisados.

Foi nesse terreno fértil que a produção massiva de imagens idealizadas sobre Goiânia se disseminaram. Pois a crença no progresso inexorável havia se estabelecido, portanto, se Goiânia ainda não se expressava materialmente como uma cidade moderna, o futuro lhe garantia enquanto salvação a realização dos desejos estabelecidos no presente. Entendemos assim, que essa Goiânia idealizada foi produto do seu tempo. O tempo do futuro. Contudo há ainda que se ressaltar que além da conjuntura de otimismo que se estabelecerá, existia um ambiente de controle e ordem, produzido sobre os órgãos de comunicação e imprensa.

No segundo capítulo, em contraposição a essa idealização identificada no capítulo I, foi possível “resgatar” uma representação sobre a cidade diferente dessa construída pelas narrativas utópicas. Pois, assim como as narrativas produzidas sob uma concepção idealizada, as narrativas realistas também em sua compreensão se tornam multifatoriais. Não existe um fator determinante que possa ser atribuído à sua existência. Contudo, compreendo que alguns pontos podem ser aqui elencados, o primeiro deles é demonstrar que existia uma cidade bem diferente daquela idealizada, frente principalmente os problemas enfrentados. Segundo, que por se tratar do cotidiano faziam uma análise fincada no tempo presente, não se constituía por projeção e sim por descrição, produzindo um contra-discurso, mesmo que timidamente, daquela visão idealizada da cidade.

Através das narrativas realistas presente nas fontes, se tornou possível ter contato com uma representação da cidade que se aproximava de sua forma mais verossímil, daquilo que entendemos ter sido o mundo vivido da cidade nos anos aqui estudados. Diferente da visão ufanista e idealizada, essas narrativas produziram a

imagem de uma cidade que enfrentara graves problemas em seus anos iniciais e eles puderam ao longo do trabalho ser apresentados. Assim, em contraposição a uma cidade, planejada, racional, lócus da limpeza e higiene, como fora apresentada imagetivamente por uma visão idealizada, as narrativas realistas nos apresentaram uma cidade que enfrentara graves problemas em seus anos iniciais. Relativo à questão de higiene e saúde, por exemplo, que foi um dos argumentos utilizados, no processo de convencimento da transferência da capital da cidade de Goiás para a região de Campinas, Freitas (1999) nos explica que ao analisar os números de mortalidade e condições sanitárias que em muito se assemelhavam as duas cidades Goiânia e a antiga capital cidade de Goiás.

Contudo, esse foi apenas um dos indicadores que demonstram haver uma diferença significativa entre a cidade imagetivamente produzida pelas narrativas utópicas e a as realistas. Outras importantes questões puderam ser observadas ao longo do trabalho que nos demonstram essa disparidade, tais como o grave problema com o fornecimento de energia elétrica: a cidade vivia em constantes apagões. Havia também um grave problema relativo às moradias, eram em sua maioria precária e insalubre, o que resultou em proliferação de doenças e possíveis epidemias.

Consequência dessa situação de precariedade experimentada na cidade foram os movimentos organizados pela população goianiense, incluindo nesse grupo, operários, estudantes e industriais que reivindicaram melhoria em diversas questões, tais como, atraso de salários, precariedade das condições de moradias, custo de vida, altos preços, fornecimento de energia e outros. Relevando-nos uma cidade com profundas contradições e tensões que se estabeleceram em seu cotidiano, mas que foram “suprimidos” ou “esquecidos”.

No aspecto relativo ao seu planejamento urbano, foi possível detectar graves deturpações, devido a falta de inserção do grande número de imigrantes em sua grande maioria trabalhadores, passando a cidade logo em seus anos iniciais a enfrentar problemas de distribuição espacial e de acesso à cidade, gerando exclusão e desencadeando em outros inúmeros problemas. Produzindo assim um campo de experiência bem distante daquela propagandeada pelos meios de

comunicação. Esses por vez, geralmente foram atrelados à especulação imobiliária e ao governo, sedento de criar uma imagem positiva e progressista da cidade, produziram e propagandearam uma imagem da nova capital, como sendo um eldorado de riquezas e prosperidade.

A contradição expressa nessas duas formas diferentes de representar a cidade, nos apresenta na verdade, a contradição que foi a própria constituição da cidade. Conforme comprova a historiografia construída após esse período, a visão utopista perdurou no imaginário daqueles que escreveram posteriormente sobre tal. Quadro que só passou a se alterar, como já citado anteriormente, nos idos dos anos 1980 e 90 quando novos elementos são incorporados à análise historiográfica, iniciando um processo de inclusão de novas fontes e, sobretudo, de uma nova forma de se observar o passado.

Nesse sentido a literatura nos foi bastante útil, pois, ela não teve a preocupação de resolver as ambiguidades presentes na vida da cidade (OLIVEIRA, 1999). O que nos possibilitou acessar uma imagem da cidade que foi construída mostrando os diferentes relevos que se constituía. Os paradoxos e contradições foram elevados a um plano de visibilidade, possibilitando-nos uma melhor compreensão da cidade.

Diante desse cenário, uma pergunta se tornou urgente. Saber o porquê dessa visão idealizada sobre Goiânia ter perdurado na visão daqueles que a retrataram durante décadas e ainda permanecem presente na historiografia. Talvez, essa questão não seja aqui totalmente resolvida, ou esgotada, mas dentre um conjunto multifatorial de implicações, elegemos a questão da noção de temporalidade, como fundamental. Essa representação se perpetuou devido a uma visão progressista da história, que se estabeleceu e perdurou em nossa visão de mundo, que foi reiterado pelos manuais de história. Por isso, foi dito no início do trabalho que para se compreender melhor uma sociedade em uma determinada época, faz-se necessário interpretar como essa se pensava historicamente.

Nesse sentido chegamos ao final do trabalho entendendo que duas representações distintas da cidade foram produzidas ao longo dos anos. Contudo, uma se estabeleceu e se tornou sólida, aquela que se atrelou a uma visão utopista e

idealizada da cidade. E porque não dizer da história e da sociedade daquele período como um todo. Para não sermos maniqueístas ou anacrônicos, devemos entender que os motivos da perpetuação desse modelo são vários, vão desde a conjuntura que se estabeleceu, de uma visão de mundo progressista, às questões relativas ao controle e censura, bem como das questões relativas à ideologização e especulação. Cabendo a nós no tempo presente, revisitar esse tempo passado e a memória histórica que dele se constituiu, afim de melhor compreendê-lo em sua complexidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Arquivos consultados:

Academia Goiana de Letras – Goiânia-GO

Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Goiânia-GO

Centro de Documentação do Jornal O Popular (CEDOC) – Goiânia-GO

Casa Altamiro de Moura Pacheco – Goiânia-GO

Casa Bariani e Ortêncio – Goiânia-GO

Instituto Histórico e Geográfico de Goiás IHGG – Goiânia-GO

Instituto Cultural José Mendonça Teles – Goiânia-GO

2. livros e artigos de livros

ÁLVARES, Geraldo Teixeira. *A luta na epopéia de Goiânia, uma obra da engenharia nacional-Documentário histórico: técnico; descritivo – Contribuição ao “Batismo cultural de Goiânia*. Rio de Janeiro, Of. Gráfica do jornal do Brasil, 1942.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Projeções Urbanas Um Estudo sobre as Formas de Representação e Mobilização do Tempo na Construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília*. (Tese de doutorado). Belo Horizonte, UFMG, 2008.

_____. *As imagens da cidade e a memória do conflito*. In: SANDES, Noé Freire. (Org). *Memória e Região*. Brasília. Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.

_____. *Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás*. Goiânia, editora UFG, 2013.

BACZKO, Bronislaw. *Utopia*. In *Enciclopédia Einaudi*, vol. 5 Antropos-Homem. Edição Portuguesa. Imprensa nacional casa da moeda, 1985.

BRASILIENSE, Eli. *Chão Vermelho*. Goiânia, IGL, Agepel, 2002.

CAPELATO, Maria Rolim, *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo, Contexto, EDUSP, 1988.

CARVALHO Eugênio Rezende de. *Construções de Goiânia*. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. (Org). *Goiânia cidade pensada*. Goiânia, editora UFG, 2002.

CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*, Goiânia: Editora UFG/ Editora UCG, 1997.

_____. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia, UFG, 1999.

COSTA, Gerson Castro. *Goiânia, a metrópole do Oeste*. Goiânia, prefeitura de Goiânia, 1985.

FERREIRA, Tânia Maria Bessone; MOREL, Marco; NEVES Lúcia Maria Bastos. (Orgs). *História e imprensa, representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro, DP&A: FAPERJ, 2006.

FILHO, Braz W. Pompêo de Pina. *Goiás: história da imprensa*. Goiânia, Departamento estadual de cultura, 1971.

FREITAS, Lena Castelo Branco Ferreira. (Org). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível: uma contribuição para a história da medicina em Goiás*. Goiânia, Editora UFG, 1999.

GINZBURG, Carlos. *Representação: a palavra, a idéia, a coisa*. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Companhia das letras, 2001, p. 85-103.

GODINHO, Lúri Rincón. *A construção: cimento, ciúme e caos nos primeiros anos de Goiânia*. Goiânia, Contato comunicação, 2013.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: Uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto, Editora PUC-Rio, 2006.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2ª Ed. Campinas, Editora Unicamp, Papirus, 1986.

MENEZES, Eleuzenira Maria de. *Migrantes nordestinos na construção de Goiânia*. Goiânia, Editora PUC-GO, 2012.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1979.

MORUS, Tomas. *Utopia*. Versão para e-book, 2001. fonte digital: www.jahr.org Acesso em: 12/01/2014.

MOYSÉS, Aristídes. *Goiânia: Metrópole não planejada*. Goiânia, Editora UCG, 2004.

NICOLA, José. *Literatura Brasileira das origens aos nossos dias*. 8ª Ed. 1988.

PALACÍN, Luis. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia, Oriente, 1976.

_____. *Quatro tempos de ideologia em Goiás*. Goiânia, Gráfica de Goiás – Cerne, 1986.

QUINTANERO, Tânia. BARBOSA, Maria Ligia. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. *Um toque de clássicos*, Durkheim, Marx e Weber. 3ª reimpressão, Belo Horizonte, ed. UFMG, 2000.

ROUANET, Sérgio Paulo. *A cidade iluminista*. In: Memória, cidade e cultura. SCHIAVO, Cléia; ZETTEL, Jaime (coord). Rio de Janeiro, Editora UERJ, 1997.

RÜSEN, Jorn. *Razão histórica: teoria da história fundamentos da ciência histórica*. Brasília, UNB, 2001.

_____. *História viva: teoria da história, formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília, UNB, 2007.

SANDES, Noé Freire. *Memória e história de Goiás*. In: *Memória e Região* (Org). SANDES, Noé Freire. Brasília: Ministério da Integração Nacional, UFG, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SOUZA, Candice Vidal, *A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro*. Goiânia, Editora UFG, 1997.

TELES, José Mendonça. (Org). *Memórias Goianienses*. 2ª Ed. Goiânia, Editora da PUC Goiás, 2012.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*, parte 1; trad. Augustin Wernet. Campinas, Ed. Cortez; Unicamp, 1992.

WHITE, Hayden. *Meta-história: A imaginação histórica do século XIX*. 2ª Ed. São Paulo, Editora da USP, 1995.

3. Teses e artigos científicos

ABREU Clarismar Gomes de. *História e literatura na cidade de Chão Vermelho*. (Dissertação de mestrado). Goiânia, UFG, 2010.

_____. *História, Literatura e cidade no romance Chão Vermelho*. II Seminário de Pesquisa da Pós Graduação UFG/UCG, 2009. Disponível em: <https://portais.ufg.br/up/113/o/IISPHist09_ClarismarGreu.pdf> Acesso em: 19/01/2014.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. *Utopia e Realidade*. Revista espaço acadêmico – n. 56 de janeiro de 2006 ano V. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/056/56andrioli.htm>> Acesso em: 06/07/2013.

BARROS José D'Assunção. *Sobre a noção de paradigma e seu uso nas ciências humanas*. Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s., Florianópolis, v.11, n.98, p. 426-444, jan/jun. 2010. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/1984-8951.2010v11n98p426/12858> > Acesso em: 12/01/2013.

BESKOW, Gabriela Carames. *Marchando para Oeste – Discursos Sobre as Políticas Varguistas de Integração Nacional*. XXIV Simpósio Nacional de História, São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0510.pdf>> Acesso em: 19/07/2013.

BORGES, Itamar Bento. *Verdade e ficção em textos utópicos*. Disponível em: <<http://revistas.ufg.br/index.php/philosophos/article/view/3151/3155#.VEUAovnF95I>>. 2002. Acesso em: 01/02/2014.

CASTILHO, Denis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*. (Tese de doutorado). Goiânia, UFG, 2014.

CASTILHO, Denis; ARRAIS, Tadeus Alencar. *Eletrificação e modernização do território em Goiás-Brasil*. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/Simposio/cCastilho_Electrificacion.pdf>. Acesso em: 10/13/2013.

CARVALHO, Eugênio Rezende de *La ideología del progreso y la utopía de Goiânia*. Espiral, Estudios sobre Estado y sociedad. Vol I N. 02 Enero-Abril de 1995. Disponível em: <<http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/espisal/espisalpdf/Espiral2/173-190.pdf>>. Acesso em: 01/07/2013.

COELHO, George Leonardo Seabra. *Marchando para o Oeste entre teoria e a prática*. (Dissertação de mestrado). Goiânia, UFG, 2010.

_____. *Literatura e política: discursos e projetos de integração nacional*. 3º Seminário nacional de história da historiografia: Aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009. Disponível em: <http://www.seminariodehistoria.ufop.br/t/george_leonardo_seabra_coelho.pdf> Acesso em: 10/10/2012.

CAMPOS, Francisco Itami. *Operários na construção de Goiânia*. Revista Unievangelica, n. 07/08 – janeiro/ dezembro – 2001. Disponível em: <http://revistas.unievangelica.com.br/index.php/revistaeducacaoemudanca/article/view/File/468/466> Acesso em: 24/12/2012.

CERRI, Luis Fernando. *Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história*. Revista de história regional 6(2): 93-112, 2001. Disponível em: <HTTP://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2133/1614> Acesso em: 10/10/2012.

CHAUÍ, Marilena. *Notas sobre utopia*. Revista ciência e cultura, vol. 60 no.spe1, São Paulo, july 2008. Disponível em:

<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252008000500003&script=sci_arttext> Acesso em: 23/03/2014

CHAUL, Nasr Fayad. *Goiânia capital do Sertão*, 2009. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/junho2009/goiania.pdf> Acesso em: 10/06/2013.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. *Goiânia uma metrópole em travessia*. (Tese de doutorado). São Paulo, USP, 2001.

COSTA, Maria Beatriz Ribeiro. *A Revolução de 1930 e a Revista Oeste na consolidação de Goiânia: Do bandeirantismo utópico à concretização do discurso*. (Dissertação mestrado). Goiânia, UFG, 1994.

COSTA, Marcelo Henrique da. *Goiânia mito ou modernidade? Um olhar publicitário sobre a identidade da cidade*. (Dissertação mestrado). Goiânia, UFG, 2007.

Dicionário online de português: Disponível em: < <http://www.dicio.com.br/ciclopico/>> Acesso em: 20/05/2014.

FAORO, Raimundo. *A questão nacional: a modernização*. Estudos avançados v. 6, n. 14 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9563/11132>> Acesso em: 13/12/2012.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Usos da história: Refletindo sobre identidade e sentido*. História em revista n. 6, 2000. Disponível em: < http://www2.ufpel.edu.br/ich/ndh/downloads/Volume_06_Manoel_Luiz_Salgado_Guimaraes.pdf > Acesso em: 19/02/2013.

_____. *A cultura histórica oitocentista e o nascimento da história*. ANPUH – XXII simpósio nacional de história – João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.417.pdf>> Acesso em: 19/02/2014.

JAGUARIBE, Beatriz. Modernidade Cultural e estéticas do realismo. Eco-pós v.9, n. 1, janeiro – julho 2006, pp. 222-243. Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/24724942/300158777/name/modernidade+cultural+e+est%C3%A9ticas+do+realismo.pdf>. Acesso em: 10/11/2012.

JÚNIOR, Edvaldo Góis. “Movimento higienista” na história da vida privada no Brasil: Do Homogêneo ao heterogêneo. Conscientia saúde, n. 1, 2002, pp. 47-52. Disponível em: http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/conscientiae_saude/csaude_v1/cnsv1_ediv_aldogois.pdf Acesso em: 19/10/2012.

LISBOA, Andréia Silva. *O Brasil - Central e suas potencialidades na “revista a informação goyana”*. (Dissertação de mestrado) Goiânia, UFG, 2009.

MACIEL, David. *Goiás e a questão da modernidade: Entre a ideologia do progresso e o Estado autoritário*. História Revista 2 (2); 53-76. jul/dez, 1997.

MACIEL, Dulce Portilho. *Goiânia: uma ideia recorrente e seu uso político*. XXII Simpósio nacional de história. João Pessoa, 2003. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.183.pdf> Acesso em: 14/07/2012.

MACIEL, Eunice de S. *A Eugenia no Brasil*. 1999. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ppghist/anos90/11/11art7.pdf> 1999 p. 65> Acesso em: 11/12/2012.

MEDEIROS, Wilton. *Goiânia metrópole: Sonho, vigília e despertar (1933/1973)*. (Tese de doutorado). Goiânia, UFG, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Resenha caminho de Goiás*. História revista. 3 (1/2): 127-130. Jan/dez 1998. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/10662/7081>> Acesso em: 27/10/2012.

MOSCATELI, Renato. *A narrativa histórica em debate: algumas perspectivas*. 2001. revista urutagua, n. 06 abr/jul. maringá – Pr. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/006/06moscateli.htm>> Acesso em: 12/11/2012.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Imagens e mudança cultural em Goiânia*. (Dissertação de mestrado). Goiânia, UFG, 1999.

PELLEGRINI, Tânia. Realismo: modos de usar. Estudos de literatura brasileira contemporânea, n. 39, jan/jul. 2012 p. 11-17. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-40182012000100001&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 25/08/2013.

PONTE, Cristina. *Contributos do realismo para o discurso jornalístico*. Caleidoscópico Revista de Comunicação e cultura n. 05/06, 2005. Disponível em: <http://recil.grupolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/2610/1/Contributos%20do%20Realismo.pdf>. Acesso em: 12/01/2014

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano*. Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reharticle/viewarticle/2008>>. Acesso em: 18/06/2011.

_____. *O mundo como texto: leituras da História e da Literatura*. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

RIBEIRO, Miriam Bianca Amaral. *História ensinada e a questão regional em Goiás: a obra de Ofélia Nascimento*. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1363007589_ARQUIVO_Historia_ensinadaeaguestaregionalemGoias.pdf> Acesso em: 05/10/2013.

SANDES, Noé Freire, ARRAIS, Cristiano P. Alencar. A historiografia goiana entre dois tempos: Goiás e Goiânia. *Opsis*, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 397-412 – jan/jun. 2014.

SILVA, Leicy Francisca. *Eternos órfão da saúde: Medicina, política, e construção da lepra em Goiás (1830-1962)*. (Tese de Doutorado). Goiânia, UFG, 2013.

4. Periódicos e revistas:

Revista Oeste. Governo do Estado de Goiás. Goiânia: AGEPEL, 2001. (Reprodução fac-similar da coleção completa da revista publicada em Goiânia, no período de 05 de julho de 1942 até 1945).

Jornal *Folha de Goyaz*, Goiânia, 1940-1947.

Jornal *Do Povo*, Goiânia, 1940-1946.

Jornal de *Goiânia*, Goiânia, 1940-1945.

Jornal *Araguatins*, 1944-1946.

Jornal *O Popular*, Centro de documentação jornal o Popular, CEDOC, Goiânia, 1938-1950.